

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 144/2025
Data: 25/09/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
MEGATERMINAL EM SANTOS: CADE ALERTA PARA RISCOS À CONCORRÊNCIA EM LEILÃO; ENTENDA	4
SETOR PRIVADO É CONTRA A CRIAÇÃO DE NOVA ARRECADAÇÃO PARA AS CIDADES; ENTENDA	5
MARINHA INAUGURA NOVO PRÉDIO NO PORTO DE SANTOS; SAIBA OS DETALHES	6
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	7
CONEXÕES TRANSNORDESTINA MOBILIZA SETORES AVÍCOLA E AUTOMOTIVO EM BELO JARDIM	7
NORDESTE JÁ SOMA R\$ 66 BI EM PROJETOS APROVADOS NA NOVA INDÚSTRIA BRASIL.....	9
MINISTROS ANUNCIAM LICITAÇÃO DA TRANSNORDESTINA PARA OUTUBRO	11
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	12
GOVERNO FEDERAL AVANÇA NA REESTRUTURAÇÃO DO GALEÃO PARA FORTALECER A INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA NACIONAL	12
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS REAFIRMA COMPROMISSO POR PASSAGENS MAIS ACESSÍVEIS E SERVIÇO AÉREO DE QUALIDADE	14
SUDESTE BATE RECORDE HISTÓRICO E JÁ MOVIMENTOU 82,9 MILHÕES DE PASSAGEIROS EM 2025	15
NOVO CONTRATO DE CONCESSÃO DO GALEÃO SERÁ ASSINADO NESTA QUINTA-FEIRA	16
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	17
RENAN FILHO AUTORIZA RECUPERAÇÃO TOTAL DA NOVA BR-349/AL E VISTORIA OBRAS DA PONTE PENEDO-NEÓPOLIS NESTA SEXTA (26)	17
RENAN FILHO ANUNCIA LANÇAMENTO DE EDITAL PARA OBRAS NA TRANSNORDESTINA EM PERNAMBUCO	17
OTIMIZAÇÃO DA RÉGIS BITTENCOURT É APROVADA PELO TCU NESTA QUARTA (24).....	18
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES RECUPERA 21 QUILÔMETROS DA RODOVIA JUSCELINO KUBITSCHEK, NO MATO GROSSO	19
RENAN FILHO DEFENDE CONTINUIDADE DOS INCENTIVOS ÀS DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA	20
INTEGRIDADE NO SETOR DE INFRAESTRUTURA É DESTAQUE EM FÓRUM REALIZADO NESTA QUARTA (24)	21
PORTAL PORTO GENTE	23
ABTP CELEBRA PACOTE DE R\$ 100 MILHÕES EM INVESTIMENTOS NO PORTO DO RECIFE.....	23
PAM DO PORTO DE SANTOS REALIZA O WORKSHOP "EMERGÊNCIA COM NITRATO DE AMÔNIO"	23
ECOVIAS IMIGRANTES AVANÇA COM 87% DA REVITALIZAÇÃO DE PAVIMENTO NO SISTEMA ANCHIETA-IMIGRANTES	24
INFRAERO ASSINA ORDEM DE SERVIÇO PARA RECAPEAR PISTA DO AEROPORTO DE LUZIÂNIA	25
MAIOR OBRA DE DRAGAGEM PORTUÁRIA DO PAÍS É LANÇADA EM SC	26
BE NEWS – BRASIL EXPORT	27
EDITORIAL – LULA, TRUMP E O PRAGMATISMO DIPLOMÁTICO	27
NACIONAL - HUB – CURTAS - SETOR AÉREO BRASILEIRO ENFRENTA DESAFIOS	28
<i>Sem fusão</i>	28
<i>Preços questionados</i>	28
<i>Reclamações crescem</i>	28
<i>Queda fatal</i>	28
<i>Investigação aberta</i>	28
<i>Novo diretor</i>	28
<i>Commodities</i>	28
NACIONAL - LULA SINALIZA DISPOSIÇÃO PARA UM ENCONTRO OFICIAL COM TRUMP	29
NACIONAL - ALCKMIN CITA “BOA QUÍMICA” ENTRE PRESIDENTES COMO CAMINHO PARA RESOLVER TARIFAÇÃO	30
NACIONAL - RENAN FILHO DEFENDE INCENTIVOS ÀS DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA	30
NACIONAL - CADE ANALISA RISCOS NO PROJETO DE CONCESSÃO DO TECON SANTOS 10	32
REGIÃO SUDESTE - TRÊS EMPRESAS APRESENTAM PROPOSTAS PARA INSTALAR O VTMIS DO PORTO DE SANTOS	33
REGIÃO NORDESTE - EDITAL PARA RETOMADA DA TRANSNORDESTINA EM PE SAI EM OUTUBRO	34
REGIÃO NORTE - GOVERNO CONFIRMA CAPACIDADE DE BELÉM PARA SEDIAR A COP30	35
BRASIL EXPORT - NORTE EXPORT DEBATE LOGÍSTICA, TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E INFRAESTRUTURA	37
BRASIL EXPORT - CONFIRMA A PROGRAMAÇÃO DO NORTE EXPORT.....	38
OPINIÃO – COMUNICAÇÃO - VOCÊ MERECE A VERDADE	38
BAHIA ECONÔMICA - BA	41
CÂMARA APROVA TRANSFERIR CAPITAL DO BRASIL PARA BELÉM DURANTE COP30	41
NOVONOR, EX-ODEBRECHT, TEVE PREJUÍZO DE R\$ 16,9 BILHÕES EM 2024 E QUER AO MENOS 5% DA BRASKEM PARA SAIR DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	41



JORNAL O GLOBO – RJ.....	42
BRASIL PODE ACENAR COM TERRAS-RARAS E DATA CENTER EM NEGOCIAÇÃO COM OS EUA; SETOR PRIVADO ENTRARIA COM INVESTIMENTO	42
A RECEITA DO SETOR PRIVADO PARA O BRASIL NEGOCIAR COM TRUMP: REDUZIR RESISTÊNCIAS EM TEMAS SENSÍVEIS	45
O QUE ESPERAR DO ENCONTRO DE TRUMP E LULA? ESPECIALISTAS INDICAM OS PONTOS QUE DEVEM ENTRAR NA NEGOCIAÇÃO.....	46
MINISTRO PREVÊ QUE GALEÃO CHEGARÁ A 30 MILHÕES DE PASSAGEIROS EM TRÊS ANOS.....	48
GALÍPOLO MINIMIZA COBRANÇA DE HADDAD POR QUEDA DE JUROS: 'ACHO UM LUXO MINISTRO DA FAZENDA COMENTAR POLÍTICA MONETÁRIA COM GENTILEZA'	50
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	51
HIDROGÊNIO VERDE TRAVA NA BAHIA, E EMPRESA BUSCA SOLUÇÃO PARA USAR EQUIPAMENTO MILIONÁRIO	51
MRV ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 1 BILHÃO PARA CRIAR BAIRRO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	52
NEGOCIAÇÃO COM EUA SERÁ ATÍPICA, SEM JOGO TRADICIONAL DE PEDIDO E OFERTA, DIZ EX-DIRETOR DA OMC.....	55
BRASKEM FECHA PARCERIA PARA USINA SOLAR DENTRO DE FÁBRICA EM ALAGOAS.....	55
VALLOUREC APOSTA EM PROJETO DA PETROBRAS PARA AMPLIAR PARCERIA COM A ESTATAL	56
MOTIVA, EX-CCR, CONFIRMA QUE VENDA DE SEUS 20 AEROPORTOS SERÁ EM BLOCO ÚNICO.....	57
EMBRAER COMPRA COMBUSTÍVEL DE AVIAÇÃO SUSTENTÁVEL DA VIBRA PARA ACELERAR PESQUISAS.....	58
BRASIL SÓ TERÁ CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL COM SACRIFÍCIO, DIZ CAMPOS NETO	59
VALOR ECONÔMICO (SP).....	60
RETOMAMOS O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA FORTALECER O GALEÃO, DIZ MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS	60
ESTADOS DO SUL DEIXAM MELHORIAS EM ESTRADAS PARA CONCESSIONÁRIAS	61
PORTOS DIZEM QUE INTEGRAÇÃO COM OUTROS MODAIS É CRUCIAL PARA A REGIÃO SUL	63
EMPRESAS DO SUL OPERAM NO LIMITE POR GARGALOS NA INFRAESTRUTURA REGIONAL	65
RODOVIAS FEDERAIS CONCENTRAM UM TERÇO DOS PROBLEMAS LOGÍSTICOS DO SUL	67
PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL QUEREM AUMENTAR USO DE TRENS	68
GOVERNO FEDERAL PROGRAMA RELICITAR MALHA SUL EM 2027.....	70
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	71
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	71



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

MEGATERMINAL EM SANTOS: CADE ALERTA PARA RISCOS À CONCORRÊNCIA EM LEILÃO; ENTENDA

Conselho emitiu nesta quarta-feira parecer ao TCU

Por Maurício Martins 25 de setembro de 2025



Megaterminal ocupará mais de 620 mil metros quadrados no cais do Saboó, na Margem Direita do Porto (Alexsander Ferraz/AT)

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) enviou ao Tribunal de Contas da União (TCU), nesta quarta-feira (24), nota técnica reconhecendo a existência de “riscos de natureza concorrencial” no leilão do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no Porto de Santos. Esses riscos, diz o parecer do Cade, ocorreriam em uma eventual concessão do megaterminal a empresas que já têm terminais de

contêineres no cais santista (sobreposição horizontal) ou que atuam em outros elos da cadeia, como as armadoras, as donas de navios (integração vertical).

Apesar disso, o Cade afirma que essas preocupações são hipotéticas e que apenas uma análise concreta, em processo de concentração econômica devidamente instruído, permitiria conclusões definitivas. “A identificação de um risco potencial é etapa preliminar e indicativa, portanto, não equivale a uma conclusão de que esse risco se materializará em conduta anticompetitiva”, detalha.

A manifestação do Conselho foi pedida pelo TCU, em processo que avalia o edital elaborado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). No documento, a Antaq restringiu a participação de empresas que já atuam no segmento em Santos, sob justificativa de concentração de mercado. Elas só poderiam participar em uma eventual segunda etapa, caso não houve interessados na primeira.

Longa jornada

O parecer do Cade é mais uma etapa no debate que se arrasta desde maio, quando o TCU passou a examinar o edital. Em agosto, a área técnica da Corte se posicionou favoravelmente a um leilão aberto, sem restrições, sugerindo como alternativa que eventuais vencedores fossem obrigados a se desfazer de ativos já operados no Porto.

A manifestação do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) também é aguardada, o prazo termina nesta sexta-feira (26). Somente após essas contribuições o TCU tomará a decisão final sobre o modelo do certame.

Enquanto isso, o ministro Silvio Costa Filho mantém a previsão de realizar o leilão entre os dias 15 e 18 de dezembro, na Bolsa de Valores (B3), em São Paulo.

O Tecon Santos 10, no cais do Saboó (STS10), deve receber mais de R\$ 6 bilhões em investimentos e será o maior terminal de contêineres da América do Sul, com capacidade para 3,25 milhões de TEU (unidade de medida padrão de um contêiner de 20 pés) por ano.

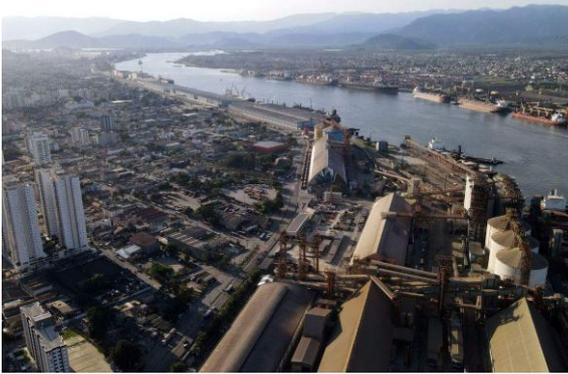
Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 25/09/2025

SETOR PRIVADO É CONTRA A CRIAÇÃO DE NOVA ARRECADAÇÃO PARA AS CIDADES; ENTENDA

Medida para municípios portuários está prevista no Projeto de Lei 733/2025, que faz revisão da Lei dos Portos

Por Bárbara Farias 25 de setembro de 2025



Projeto estabelece o repasse, aos municípios portuários, de 1% da receita bruta anual da Autoridade Portuária com as tarifas portuárias (Alexander Ferraz/AT)

A proposta de criação de uma nova fonte de arrecadação para municípios portuários, a partir da receita dos portos, foi debatida na audiência pública da comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa o Projeto de Lei (PL) 733/2025, de revisão do marco legal portuário, realizada nesta quarta-feira (24), em Brasília. A medida, no entanto, enfrenta resistência

de entidades representativas dos terminais portuários e da Autoridade Portuária de Santos (APS), que se posicionaram contra a iniciativa.

A discussão foi centralizada nos artigos 92 a 97, que estabelecem diretrizes voltadas à relação Porto-Cidade. O Artigo 97 estabelece o repasse, aos municípios portuários, de 1% da receita bruta anual da Autoridade Portuária com tarifas portuárias e 5% do valor de outorga ofertado em lances de leilões de concessões ou arrendamentos. Caso o terminal ou porto abranja mais de um município, a divisão será proporcional ao volume de cargas movimentado em cada local nos últimos 12 meses. Os repasses serão feitos diretamente pela autoridade portuária aos municípios beneficiados.

Presente à sessão pública, o presidente da APS, Anderson Pomini, afirmou que o Porto de Santos está conectado a cinco cidades. “Se nós atribuirmos uma percentagem de repasse aos municípios, no caso de Santos, eu terei cinco prefeitos fazendo lobby para as empresas do seu interesse ocuparem esses espaços, para receberem esses repasses legítimos, se nós aprovarmos em norma”.

Pomini defendeu ainda que, caso a norma seja aprovada, que a decisão final sobre o percentual de arrecadação seja “do próprio CAP (Conselho de Autoridade Portuária) e do próprio Porto”.

“O Porto não é instrumento de arrecadação ou para origem de impostos municipais”, comentou Pomini, citando ainda Lei Complementar 793/2013, da Prefeitura de Santos, que disciplina a exigência do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) às empresas portuárias. “Somente com essa lei, a Prefeitura de Santos arrecadou dos terminais da Margem Direita mais de R\$ 500 milhões”.

Operadores

Participando por videoconferência, o presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, rejeitou o Artigo 97 do PL 733/2025. “Já existem vários instrumentos legais adequados para equilibrar o desenvolvimento urbano e a atividade portuária. O próprio Estatuto das Cidades estabelece contrapartidas para cada projeto a ser desenvolvido dentro do Porto”.

O presidente da Associação Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, comentou que os portos públicos e os terminais privados são muito diferentes, “então, fazer uma política pública que se aplique a todas as instalações portuárias que existem no Brasil, talvez, seja complicado. A posição da ATP é que seja feita uma reanálise dos artigos 92 ao 97”, que estabelecem diretrizes para arrecadação de receitas aos municípios.

O diretor executivo da Associação Brasileira de Terminais de Contêineres (Abratec), Caio Morel, disse que o setor portuário já contribui com o ISS. Então, não seria exequível transferir recursos da Autoridade Portuária para o Município. “Lembrando que as autoridades portuárias já têm programas

de transferências de recursos para os municípios. Essa questão não deveria ser tratada no PL 733. Já existe um grande nível de cooperação entre terminais e autoridades portuárias”.

O presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino, entende que o Artigo 97 precisa ser revisto. “As empresas já pagam impostos sobre tarifas. Em relação aos 5% sobre a outorga, não tem sentido pagar isso e mais a tarifa de Impacto de Vizinhança (EIV), porque isso reduzirá investimentos no Porto”. Aquino sugeriu ainda que as previsões de repasses adicionais sejam revistas pelo relator. “Deveria haver critérios de garantias de aplicação ao que se destina”.

A favor

Já o relator do PL 733/2025 na comissão especial, deputado federal Arthur Oliveira Maia (União-BA), disse que é favorável aos artigos 92 ao 97. “Nós temos normas programáticas, mas os portos trazem grandes problemas para as vidas das pessoas. Temos que garantir uma receita do porto tal qual aos royalties para a cidade. Eu, pessoalmente, simpatizo com o artigo que estabelece o pagamento de 1% da receita de tarifas da autoridade portuária e de 5% de outorga para ascidades”, disse o parlamentar.

Na semana que vem, integrantes da comissão farão visitas técnicas ao Porto de Santos. Na terça-feira, será às 15 horas; na quarta, às 10 horas.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 25/09/2025

MARINHA INAUGURA NOVO PRÉDIO NO PORTO DE SANTOS; SAIBA OS DETALHES

Nova edificação será aberta na segunda-feira para ensino profissional marítimo da Capitania dos Portos de SP

Por ATribuna.com.br 25 de setembro de 2025



Espaço conta com uma estrutura ampla e moderna, possuindo salas de aula conversíveis em auditório (Divulgação/CPSP)

A Marinha do Brasil, por meio da Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP), realizará na próxima segunda-feira (29), às 10 horas, a inauguração de um novo prédio, que será destinado ao Centro de Treinamento de Ensino Profissional Marítimo.

O novo espaço fica no cais da Marinha, entre os Armazéns 27 e 29, com acesso pela Avenida Perimetral.

Infraestrutura

Segundo a CPSP, o espaço conta com uma estrutura ampla, possuindo salas de aula conversíveis em auditório, refeitório, banheiros acessíveis, simuladores de navegação e operação de equipamentos, além de uma usina de energia solar, que garantirá autossuficiência energética e sustentabilidade ao empreendimento.

A estrutura foi construída integralmente com recursos repassados por emenda parlamentar pela deputada federal Rosana Valle (PL), que afirma já ter destinado mais de R\$ 5 milhões à Marinha.

“Com recursos do nosso mandato, a Marinha do Brasil vai inaugurar o moderno centro de treinamento profissional para aquaviários e portuários de Santos. Será um dos três únicos do Brasil”, explica a deputada federal.

Formação

Em nota, a CPSP informa que “representa um importante investimento para a formação e capacitação da comunidade marítima”.

A iniciativa, acrescenta a Capitania, reforça o compromisso da Marinha do Brasil com a formação e capacitação baseadas na segurança da navegação, na salvaguarda da vida humana no mar e na prevenção da poluição hídrica, “deixando um legado duradouro para o ensino profissional marítimo em São Paulo”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 25/09/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

CONEXÕES TRANSNORDESTINA MOBILIZA SETORES AVÍCOLA E AUTOMOTIVO EM BELO JARDIM

Belo Jardim recebeu 4º Conexões Transnordestina, debatendo impactos da ferrovia no Agreste. Governo federal anunciou licitação de 73 km para outubro. Setor avícola espera redução de 60% no frete com trecho Salgueiro-Suape

Por Ângela Fernanda Belfort - De Recife angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



Mobilização pela retomada das obras da Transnordestina em Pernambuco marca evento em Belo Jardim. Foto: Márcio Didier/ME

A quarta edição do Conexões Transnordestina – A Ferrovia que Mudará Pernambuco discutiu o impacto que a ferrovia vai ter no Agreste e a importância do debate provocado pela iniciativa sobre o traçado Salgueiro-Suape para que o empreendimento seja o mais competitivo possível. O evento contou com a participação de políticos, empresários, técnicos e representantes da academia em Belo Jardim nesta quinta-feira (25). Na quarta-feira (24), os ministros

Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos) e Renan Filho (Transportes) anunciaram o edital de licitação das obras de um trecho de 73 km a ser lançado no final de outubro.

O superintendente da Sudene, Francisco Alexandre, afirmou que o debate gerado pelo evento “com a indústria, comércio e serviços” é importante. “E a gente observa que esses agentes, eles são importantes do ponto de vista de influenciar, de pedir e, às vezes, até de pressionar para que a ferrovia continue”, comentou ele, se referindo ao trecho Salgueiro-Suape que está com as obras paralisadas desde 2016.



“Não só para Belo Jardim, é São Bento do Una, Arcoverde, São Caetano, Cachoeirinha, entre outras. Toda essa região aqui vai ser beneficiada com a passagem do trecho Salgueiro-Suape”, comentou Francisco Alexandre, acrescentando que o governo federal está tomando as medidas para a retomada da obra.

Representantes dos setores público e privado participaram de debate em Belo Jardim sobre a Transnordestina. Foto: Márcio Didier/ME

Belo Jardim foi a quarta cidade a receber o seminário, que conseguiu juntar diferentes lados políticos em defesa da retomada das obras do trecho Salgueiro-Suape. “Estamos colhendo os resultados efetivos do que vem sendo discutido aqui nos seminários. O resultado prático é que o governo federal começa a tomar medidas efetivas. Este é o quarto de

uma série de sete. O governo de Pernambuco esteve presente em todos. E a gente vem defendendo aqui, como sempre defendeu, o avanço da Transnordestina no trecho Salgueiro–Suape, mas como uma estratégia maior de conexão do Porto de Suape até a região do Matopiba”, comentou o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Guilherme Cavalcanti. O Matopiba é uma grande região produtora de grãos formada pelo Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia

De acordo com Cavalcanti, o grupo de trabalho do qual o governo do Estado participa junto com o Ministério dos Transportes e com a Infra S.A. começa a produzir os primeiros resultados. “Agora, estamos na fase de orçamento. Ou seja, a obra está efetivamente se movendo e a gente tem uma perspectiva de, no curtíssimo prazo, começar a ver resultados reais”, contou.



Secretário de Desenvolvimento Econômico, Guilherme Cavalcanti, defende conexão da Transnordestina com a região do Matopiba. Foto: Márcio Didier/ME

O trecho Salgueiro-Suape da Transnordestina, segundo o secretário, “vai integrar de vez um dos melhores portos do País, – o de Suape –, com essa grande região produtiva. E, claro, puxar esse ramal até chegar na Norte-Sul. Essa é uma defesa que a gente tem feito de forma muito firme”. O secretário lembrou que Pernambuco é um grande produtor de proteína animal e que o trecho Salgueiro-Suape da ferrovia vai tornar todo este polo muito mais competitivo.

Também palestrante do evento, o vice-presidente da Associação Avícola de Pernambuco (Avipe) e presidente do Instituto Ovos Brasil, Edival Veras, afirmou que o trecho Salgueiro-Suape é importante para o setor porque traz uma expectativa de reduzir em 60% o preço do frete.

O setor avícola de Pernambuco traz o grão de uma distância média de 1.500 km de caminhão, o que deixa o setor com um custo de produção mais alto do que, por exemplo, São Paulo. “A avicultura de Pernambuco pode transportar 48 mil contêineres por ano. Há uma expectativa muito grande de retomada desta obra”, comentou o empresário. A avicultura de Pernambuco produz 14 milhões de ovos e 14 milhões de frangos por ano. Cerca de 75% dos custos do setor são os grãos.



Superintendente da Sudene, Francisco Alexandre, afirmou que o debate gerado pelo evento “com a indústria, comércio e serviços” é importante. Foto: Márcio Didier/ME

O impacto da Transnordestina na Baterias Moura

Instalada em Belo Jardim, a Baterias Moura produz 60% das baterias que estão nos veículos do Brasil e está a cerca de 4 mil quilômetros dos principais centros consumidores do País. “Primeiro, quero ressaltar a importância do Movimento Econômico vir escutar as empresas daqui do Agreste Central. A implantação do trecho Salgueiro-Suape vai ter um impacto fundamental no escoamento do nosso produto”, resumiu o diretor de Metalurgia e Compras da Baterias Moura, Flávio Bruno.

Na apresentação que fez no evento, o diretor afirmou que a ferrovia vai contribuir para reduzir os custos tanto do produto final como dos insumos. Somente para o leitor ter ideia, somente uma das três empresas de logística da Moura, a LAM, que tem sede em Suape, movimenta 72 mil toneladas de carga por ano.

Flávio Moura também citou que o transporte ferroviário pode reduzir a pegada de carbono da empresa como um todo se a ferrovia usar combustíveis limpos. A empresa compra grande quantidade de plástico e de metal para fabricar as baterias. A companhia emprega cerca de 4 mil pessoas em Belo Jardim.

Mediadora do debate, a jornalista e CEO do Movimento Econômico, Patrícia Raposo, reafirmou que o objetivo do seminário é mobilizar os pernambucanos em torno da retomada das obras do trecho Salgueiro-Suape da Transnordestina. “Em cada cidade, entendemos mais o impacto que a Transnordestina vai trazer. O evento faz uma pressão legítima e o Movimento Econômico está fazendo o seu papel de induzir o desenvolvimento econômico num momento que é muito importante discutir o traçado desta obra”, argumentou.

Melhorias no traçado

Um dos maiores especialistas em transporte em Pernambuco, o professor aposentado da UFPE e professor da Unicap, Maurício Pina, durante o evento, lembrou que o projeto antigo trecho Salgueiro-Suape previa o uso da bitola métrica e que esta não é a mais adequada para o tipo de carga a ser transportada por Suape, que é uma carga diversa.

Ele defendeu que deveria ser usada a bitola mista, para que a ferrovia transportasse vários tipos de carga de forma competitiva. Ainda de acordo com ele, tem um trecho do traçado Salgueiro-Suape que seria necessário uma terceira locomotiva para puxar os trens por causa da inclinação e rampas do traçado. “Isso tornaria a operação do trecho Salgueiro-Suape mais caro”, concluiu Maurício Pina.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 25/09/2025

NORDESTE JÁ SOMA R\$ 66 BI EM PROJETOS APROVADOS NA NOVA INDÚSTRIA BRASIL

Nordeste concentra 14% dos recursos nacionais da política de neointustrialização, puxado pela Bahia e Ceará

Por Vanessa Siqueira - De Alagoas vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br



Ceará é um dos estados com maior número de projetos no Nordeste no Nova Indústria Brasil. Foto: Governo do Ceará

A política de neointustrialização implementada pelo governo federal por meio da Nova Indústria Brasil (NIB) vem tendo forte adesão no Nordeste. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), a região soma R\$ 66,3 bilhões em projetos já aprovados desde 2023, abrangendo 96 mil iniciativas nos nove estados.

Esse volume representa 14% do total de recursos destinados nacionalmente até o momento e consolida o Nordeste como região estratégica para a reindustrialização do país. A maioria das propostas está concentrada em agroindústria, que lidera com 76,9 mil projetos e mais de R\$ 9,2 bilhões aprovados. Em seguida aparecem os segmentos de descarbonização e bioeconomia, com 10,6 mil projetos e R\$ 12,4 bilhões, e infraestrutura, com R\$ 33,9 bilhões para 3,6 mil projetos.

A adesão massiva à política federal ficou ainda mais evidente com o encerramento da chamada pública de setembro voltada exclusivamente para o Nordeste. Segundo o Consórcio Nordeste, foram apresentadas 246 propostas, totalizando uma demanda de R\$ 127,8 bilhões em crédito, 13 vezes acima da estimativa inicial. O resultado foi anunciado no último dia 17, durante a 3ª ICID, em Fortaleza.

As propostas apresentadas vieram dos nove estados do Nordeste e contemplaram as cinco áreas estratégicas: transição energética (54 projetos, R\$ 15,3 bi), bioeconomia (44, R\$ 5,4 bi), hidrogênio verde (32, R\$ 54,3 bi), data centers verdes (35, R\$ 16,9 bi) e setor automotivo e máquinas agrícolas (40, R\$ 25,2 bi). Outras 41 se dividiram em mais de um tema (R\$ 10,4 bi).

Ainda segundo o Consórcio Nordeste, desse total, 88% das propostas tiveram participação de Pequenas e Médias Empresas (PMEs), 73% envolveram cooperação com instituições de ciência e tecnologia e cerca de 30% foram projetos em consórcio. As propostas passarão por análise até 28 de novembro. A partir daí, os projetos selecionados receberão suporte conjunto das instituições financeiras, que irão estruturar os instrumentos de apoio mais adequados.



Bioeconomia na Bahia é uma das áreas com mais projetos aprovados na Bahia. Foto: Wenderson Araújo

Bahia e Ceará lideram projetos no Nordeste

Além de Alagoas, que já soma R\$ 4,28 bilhões em projetos aprovados, com destaque para a infraestrutura e a agroindústria, outros estados nordestinos também se destacam no avanço da política de neointustrialização. A Bahia lidera em volume financeiro e número de propostas, com R\$ 17,42 bilhões aprovados em 27 mil projetos, tendo a infraestrutura e a bioeconomia como principais eixos. O

Ceará aparece em seguida, com R\$ 12,43 bilhões distribuídos em 18 mil propostas, puxadas sobretudo por projetos de infraestrutura e transformação digital.

Pernambuco acumula R\$ 8,2 bilhões em 10 mil propostas, com investimentos expressivos em infraestrutura, bioeconomia e digitalização. O Maranhão já conta com R\$ 6,26 bilhões aprovados em 12 mil iniciativas, sendo a agroindústria e a infraestrutura os principais destinos dos recursos. O Piauí soma R\$ 4,31 bilhões em 10 mil projetos, com destaque para os segmentos agroindustriais e de descarbonização.

O Rio Grande do Norte registrou a aprovação de 6 mil propostas que totalizam R\$ 4,48 bilhões, impulsionadas pelas áreas de infraestrutura e bioeconomia. A Paraíba conta com R\$ 3,63 bilhões em 7 mil propostas aprovadas, majoritariamente voltadas à infraestrutura e descarbonização. Já Sergipe, embora com menor número de projetos, alcançou R\$ 2,34 bilhões em 3 mil propostas, concentradas em infraestrutura e na agroindústria.

A agroindústria aparece como o setor mais popular em todos os estados, refletindo a vocação produtiva da região. Já os investimentos mais robustos em valores se concentram em infraestrutura, bioeconomia e digitalização, mostrando o alinhamento com as missões estratégicas da NIB.

Em nota, o Ministério da Indústria e Comércio disse ao Movimento Econômico que vê de forma positiva a integração dos estados do Nordeste ao Nova Indústria Brasil, sobretudo nas áreas de energias renováveis e descarbonização. “Um dos objetivos da NIB é promover a desconcentração regional da indústria, alavancando as áreas de maior potencial de cada região; e o Nordeste, com sol e ventos em abundância, deve ter papel central nas políticas de transição energética, entre outras áreas”, disse.

Instituições financeiras ampliam crédito para industrialização regional

O avanço da Nova Indústria Brasil no Nordeste tem sido viabilizado pelo engajamento de diferentes instituições financeiras públicas. O Banco do Nordeste (BNB) lidera em número de projetos na região, com 81 mil propostas aprovadas que somam R\$ 26,11 bilhões. O BNDES também tem forte presença no território nordestino, com 13 mil projetos e R\$ 16,34 bilhões em financiamentos.

A Caixa Econômica Federal aparece com R\$ 19,38 bilhões destinados a 2 mil propostas na região. Já a Finep aprovou 164 projetos voltados ao Nordeste, totalizando R\$ 1,49 bilhão em aportes. O Banco da Amazônia, com atuação mais concentrada nos estados do Maranhão e do Piauí, aprovou 90 projetos que somam R\$ 13,29 milhões.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 25/09/2025

MINISTROS ANUNCIAM LICITAÇÃO DA TRANSNORDESTINA PARA OUTUBRO

Obra de 73 km terá investimento de R\$ 200 milhões; evento em Belo Jardim discute impactos regionais

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Ministros Renan Filho e Silvio Costa Filho anunciam edital de licitação da Transnordestina ao lado de prefeitos/Foto: divulgação

Acompanhado do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o ministro dos Transportes, Renan Filho, anunciou nesta quarta-feira (24), em Brasília, que o edital de licitação para as obras do lote SPS-4 da Ferrovia Transnordestina será publicado até 30 de outubro. O trecho, com 73 quilômetros de extensão, ligará os municípios de Custódia a Arcoverde, no Sertão de Pernambuco,

com investimento previsto de R\$ 200 milhões. A previsão é que as obras comecem em janeiro de 2026.

Anúncio acontece um dia antes de mais uma edição do seminário Conexões Transnordestina, promovido pelo portal Movimento Econômico, nesta quinta-feira em Belo Jardim.

O anúncio foi feito durante reunião com mais de 20 prefeitos pernambucanos, entre representantes do Sertão e do Consórcio de Municípios do Agreste e Mata Sul (Comagsul). A iniciativa faz parte do compromisso do Governo Federal com a retomada da Transnordestina, que teve trechos paralisados por quase uma década. Segundo dados do Ministério dos Transportes, 179 quilômetros da ferrovia em Pernambuco já foram executados, o que corresponde a aproximadamente 38% da extensão prevista no estado.



Após reunião, Renan Filho lembrou que retomar as obras em Pernambuco era um compromisso do governo do presidente Lula. “Vocês lembram que o presidente Lula não deixou tirar Pernambuco do desenvolvimento do Nordeste. E hoje estamos anunciando que esse pedaço de Custódia até Arcoverde, agora em outubro, nós vamos publicar o edital de licitação para reiniciar a obra após 10 anos”, garantiu Renan.

Ministros Silvio Costa e Renan Filho/Foto: divulgação

O projeto executivo do trecho a ser licitado já está concluído, o que deve permitir maior agilidade na contratação e no início das obras. A execução será conduzida pela estatal Infra S.A., que também ficará responsável pela supervisão do cronograma.

Portos secos e integração logística

Além do lançamento do edital, foi confirmada a realização de estudos para implantação de dois portos secos em Pernambuco, conduzidos pela Infra S.A. As estruturas deverão funcionar como polos logísticos intermodais: um no Sertão, na região de Salgueiro, e outro no Agreste, com possibilidade de instalação nos municípios de Agrestina ou Quipapá.

A proposta dos portos secos é facilitar o escoamento da produção do interior, reduzindo custos logísticos e promovendo integração entre modais ferroviário e rodoviário. As estruturas devem contar



com áreas para armazenamento e manutenção de cargas, com potencial para fortalecer o papel de Pernambuco como hub logístico regional.

Além do lote SPS-4, o Governo Federal estuda a viabilidade de novos trechos em Pernambuco, incluindo a conexão com o Complexo de Suape. A extensão até o litoral é considerada estratégica para consolidar o terminal portuário como ponto final da ferrovia e ampliar os corredores de exportação no Nordeste.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou que a retomada da Transnordestina representa uma “janela de oportunidades” para Pernambuco. Segundo ele, a obra contribuirá para a consolidação do Porto de Suape como centro logístico estratégico e ampliará a capacidade de conexão com o Norte e o Sul do país. “Esse é um projeto estruturante para o desenvolvimento do interior, que vai gerar emprego, atrair investimentos e melhorar a competitividade das empresas pernambucanas”, afirmou.

Evento discute papel da Transnordestina no desenvolvimento

Nesta quinta-feira (25), o município de Belo Jardim sedia o quarto evento da série Conexões Transnordestina, promovido pelo Movimento Econômico, que reúne autoridades públicas, lideranças do setor produtivo e especialistas em infraestrutura para debater os impactos econômicos e logísticos da ferrovia. O encontro destaca a importância da Transnordestina na ampliação da competitividade das cadeias produtivas do Agreste e Sertão, além da conexão estratégica com o Porto de Suape.

Com a retomada das obras, a expectativa é de que a ferrovia viabilize o escoamento de cargas agrícolas, minerais e industriais do interior pernambucano com maior eficiência. Em 2023, o Porto de Suape movimentou mais de 25 milhões de toneladas de cargas, com destaque para grãos líquidos, combustíveis e produtos metalúrgicos, de acordo com dados da Antaq.

A ferrovia deve beneficiar diretamente regiões como o Araripe — responsável por mais de 90% da produção nacional de gesso — e o Vale do São Francisco, que responde por mais de 70% das exportações brasileiras de uvas e mangas. No Agreste, o polo de confecções do entorno de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru concentra mais de 18 mil unidades produtivas, com forte demanda por infraestrutura de transporte para reduzir gargalos logísticos.

Os recursos para o lote SPS-4 serão financiados com verba orçamentária federal, com apoio do Novo PAC. A previsão do Ministério dos Transportes é de que os demais trechos da Transnordestina também entrem no radar de investimentos até 2026, conforme avanço dos estudos técnicos e liberações ambientais.

A Transnordestina é considerada estratégica para a logística de exportação do Nordeste. O projeto tem potencial de integrar-se à Ferrovia Norte-Sul, ampliando os corredores de transporte e beneficiando cadeias produtivas como a de gesso no Araripe, frutas no Vale do São Francisco e mineração no Sertão Central.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 25/09/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

GOVERNO FEDERAL AVANÇA NA REESTRUTURAÇÃO DO GALEÃO PARA FORTALECER A INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA NACIONAL

Repactuação define futuro da concessão do Galeão e prepara leilão no próximo ano



Acordo possibilita a retomada do planejamento estratégico para consolidar o Galeão como hub internacional - Foto: Eduardo Oliveira/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou nesta quinta-feira (25/9), no Rio de Janeiro, da cerimônia de assinatura do termo de autocomposição que formaliza a repactuação do contrato de concessão do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antônio Carlos Jobim.

Durante o evento, o ministro afirmou que o Galeão é um ativo do povo brasileiro e parte da história do Rio e do país. Ele lembrou que, desde 2023, houve uma construção coletiva com a prefeitura, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o Tribunal de Contas da União (TCU) e a concessionária para viabilizar a reestruturação do aeroporto.

“Hoje celebramos a retomada de um planejamento estratégico que consolida o Galeão como hub internacional da América do Sul. Saímos de pouco menos de 5 milhões de passageiros em 2023 para mais de 18 milhões neste ano, e a projeção é alcançar 30 milhões nos próximos três anos. Essa reestruturação fortalece o turismo, a logística e a geração de emprego e renda, reafirmando o papel do Galeão como um ativo estratégico para o Brasil”, destacou.

O acordo prevê leilão de venda assistida da concessionária, em março de 2026, com lance mínimo de R\$ 932 milhões e contribuição variável de 20% sobre o faturamento bruto até 2039. Também inclui a saída da Infraero, que detém 49% das ações, até março de 2026; a exclusão da obrigação de construção de uma terceira pista; e a criação de mecanismo de compensação em caso de restrições no Santos Dumont.

Para o presidente da concessionária Riogaleão, Alexandre Monteiro, o contrato é resultado de um esforço técnico e transparente. “Ele alinha o Galeão aos modelos mais modernos de concessão no país, garante a continuidade da gestão e reforça o papel do aeroporto como porta de entrada internacional do Brasil e motor da economia carioca”, disse.

Na avaliação do secretário-executivo do Ministério de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, o acordo reforça a segurança jurídica para investidores. “É uma sinalização clara de que o Brasil é um lugar seguro para investir, gerar empregos e impulsionar o desenvolvimento econômico e social”, apontou.

O diretor-presidente substituto da Anac, Rui Chagas Mesquita, destacou que o processo foi construído ao longo de quase três anos. “É uma modelagem excepcional, adaptada ao caso concreto, que reafirma o compromisso com eficiência, sustentabilidade financeira e interesse público”, afirmou.

Presente na cerimônia, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, ressaltou a importância da decisão política que garantiu a continuidade do terminal. “O Galeão representa muito mais do que um aeroporto: é a principal porta de entrada do Rio e motor da economia fluminense”, afirmou.

Os indicadores recentes confirmam o avanço nas operações aéreas do terminal. Entre janeiro e agosto de 2025, o Galeão movimentou 66,8 mil toneladas de cargas, alta de 54% em relação ao mesmo período de 2023, consolidando o terminal como o quarto do país em volume de carga aérea.

O crescimento também foi observado na movimentação de passageiros. De janeiro a agosto deste ano, mais de 11,2 milhões de viajantes passaram pelo terminal fluminense, alta de quase 25% na comparação com igual período do ano passado.

Visita técnica

Durante visita ao Rio de Janeiro, Costa Filho também esteve presente no aeroporto Santos Dumont, onde realizou uma visita técnica ao terminal para avaliar as condições operacionais das obras que

estão sendo realizadas. Na oportunidade, o ministro reforçou a importância da integração entre os dois aeroportos para o fortalecimento da aviação civil brasileira, sobretudo para o avanço do turismo no país.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 25/09/2025

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS REAFIRMA COMPROMISSO POR PASSAGENS MAIS ACESSÍVEIS E SERVIÇO AÉREO DE QUALIDADE

Em audiências na Câmara, Secretaria de Aviação Civil destaca medidas para ampliar a concorrência, reduzir custos e fortalecer a aviação brasileira



Entre as prioridades está a ampliação da concorrência como forma de estimular a redução de preços e diversificar a oferta de voos - Foto: Vosmar Rosa/Mpor

A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados recebeu nesta semana a secretária Nacional de Aviação Civil em exercício, Clarissa Barros, em audiência pública sobre o setor aéreo brasileiro. O debate também contou com representantes da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e de

entidades do setor.

Clarissa destacou que o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) vem atuando em diferentes frentes para garantir serviços de qualidade e tarifas mais justas à população. Entre as prioridades está a ampliação da concorrência como forma de estimular a redução de preços e diversificar a oferta de voos. “Nosso papel é criar condições para que as companhias tenham segurança jurídica e ambiente favorável para investir, de forma que o consumidor final seja beneficiado com mais opções de voos e preços competitivos”, afirmou a secretária.

Judicialização e impacto nos custos

Um dos gargalos apontados por Clarissa é o elevado índice de judicialização no Brasil, que encarece as operações e desestimula novos entrantes. Esse cenário gera custos expressivos para as empresas e afasta possíveis investidores internacionais. Para mitigar esse impacto, o Ministério de Portos e Aeroportos, em parceria com o Supremo Tribunal Federal (STF), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a ANAC, assinou recentemente um acordo de cooperação para compartilhamento de dados e informações, com o objetivo de fornecer subsídios mais claros ao judiciário em casos de atrasos e cancelamentos de voos, muitas vezes causados por fatores externos, como condições climáticas.

Laís Macedo, superintendente substituta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), ressaltou as atribuições da agência na regulação e fiscalização da aviação civil brasileira. “A Anac é a autoridade responsável por regular e fiscalizar a aviação civil no Brasil. Nosso papel central é garantir a segurança operacional, pilar inegociável do setor. Mas também temos uma missão estratégica: promover um ambiente competitivo e estimular a entrada de novas empresas, de forma a gerar mais diversidade de serviços, qualidade e preços justos ao consumidor”, afirmou Laís.

Ela destacou ainda que a agência trabalha para desburocratizar processos, revisar normas e ampliar a transparência, citando iniciativas como o programa Voo Simples, que modernizou regras e facilitou a atuação de novos operadores. Além disso, lembrou que todas as informações coletadas pela Agência sobre tarifas, oferta de voos, atrasos, cancelamentos e qualidade de serviço são públicas e disponibilizadas em painéis abertos à sociedade.

Desafios de frota e rotas regionais

Outro ponto debatido durante a audiência foi a escassez global de aeronaves e peças de reposição, que tem limitado a capacidade de expansão da malha aérea. "O olhar de política pública do ministério é justamente identificar caminhos para ampliar a concorrência e atrair operadores que possam atuar nesses mercados menores. Isso ajuda a garantir conectividade regional e, ao mesmo tempo, contribui para a redução de preços", destacou Clarissa.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 25/09/2025

SUDESTE BATE RECORDE HISTÓRICO E JÁ MOVIMENTOU 82,9 MILHÕES DE PASSAGEIROS EM 2025

Região cresce mais de 9% em relação a 2024, lidera voos internacionais e reforça seu papel como principal hub aéreo do país



Entre janeiro e agosto deste ano, 67,2 milhões de passageiros voaram dentro do Brasil usando os aeroportos do Sudeste - Foto: Vosmar Rosa/MPor

O setor aéreo brasileiro vive um momento de expansão e o destaque está no Sudeste. De janeiro a agosto de 2025, os aeroportos da região movimentaram 82,9 milhões de passageiros, um crescimento de 9,1% em relação ao mesmo período de 2024, quando foram registrados 76 milhões de viajantes. Somente em agosto, foram 11 milhões de embarques e desembarques, o maior volume mensal desde o início

da série histórica da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), em 2000.

A maior parte desse fluxo corresponde ao mercado doméstico. Entre janeiro e agosto deste ano, 67,2 milhões de passageiros voaram dentro do Brasil usando os aeroportos do Sudeste, contra 61,8 milhões no mesmo período de 2024. O aumento reflete a combinação entre maior oferta de assentos pelas companhias aéreas e a retomada da demanda por turismo e viagens corporativas.

"O crescimento da aviação no Sudeste mostra a força da região como principal porta de entrada e saída do Brasil para o mundo. Estamos trabalhando para ampliar ainda mais essa conectividade, fortalecendo os grandes hubs e, ao mesmo tempo, criando condições para que aeroportos regionais também ganhem novas rotas. Isso significa mais turismo, mais negócios e mais oportunidades para a população brasileira", celebrou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

"Isso significa mais turismo, mais negócios e mais oportunidades para a população brasileira". Silvio Costa Filho

Nos voos internacionais, o Sudeste manteve sua posição de liderança e apresentou crescimento robusto. De janeiro a agosto de 2025, os aeroportos da região registraram 15,7 milhões de embarques e desembarques em rotas internacionais, contra 14 milhões no mesmo período de 2024, uma alta de 11,8%. Na prática, isso significa que quase 7 em cada 10 passageiros internacionais que circulam pelo Brasil passam por terminais do Sudeste.

A liderança é puxada por grandes hubs como Guarulhos (SP) e Galeão (RJ), que concentram a maior parte das conexões do país com a Europa, América do Norte e Ásia. Mas o avanço também reflete o crescimento gradual de aeroportos como Confins (MG) e Vitória (ES), que ampliam rotas e diversificam a malha aérea internacional da região.

Destaques da aviação no Sudeste



Diversidade de perfis

O Sudeste concentra diferentes vocações que explicam a diversidade da movimentação aérea:

- São Paulo se mantém como principal centro de conexões nacionais e internacionais, articulando negócios e turismo.
- Rio de Janeiro alia a força do turismo de lazer e de eventos à conectividade para América Latina, Europa e América do Norte.
- Minas Gerais, com o Aeroporto Internacional de Confins, se consolida como hub regional e amplia gradualmente suas ligações diretas.
- Espírito Santo, por meio do aeroporto de Vitória, fortalece a aviação regional e tem avançado na integração logística.

Essa rede de aeroportos garante que o Sudeste atue como porta de entrada e saída para milhões de brasileiros e estrangeiros, fortalecendo a conectividade aérea de todo o país.

Para os passageiros, significa mais opções de horários e destinos, conexões mais rápidas e tarifas mais competitivas. Para o país, representa impacto direto no turismo, nos negócios e na geração de empregos em diferentes setores, desde o transporte aéreo até a cadeia de serviços que orbita em torno dos aeroportos.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 24/09/2025

NOVO CONTRATO DE CONCESSÃO DO GALEÃO SERÁ ASSINADO NESTA QUINTA-FEIRA

Assinatura marca nova etapa na gestão do aeroporto, com mudanças aprovadas pelo Tribunal de Contas da União

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participa nesta quinta-feira (25/9), no Rio de Janeiro, da cerimônia de assinatura do termo que ajusta o contrato de concessão do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antonio Carlos Jobim.

O acordo, aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), redefine pontos centrais da concessão, como a venda assistida da concessionária por meio de um processo competitivo simplificado, que terá lance mínimo de R\$ 932 milhões. Também está prevista a cobrança de uma contribuição variável de 20% do faturamento bruto da concessionária até 2039, além da criação de uma compensação financeira caso haja restrição na movimentação de passageiros no Santos Dumont.

O termo ainda estabelece a saída da Infraero da administração do Galeão, prevista para ocorrer até março de 2026.

Credenciamento

Profissionais de imprensa interessados em cobrir o evento devem realizar credenciamento pelo e-mail ascom@mpor.gov.br



Serviço

O quê: Cerimônia de assinatura do novo contrato de concessão do Galeão

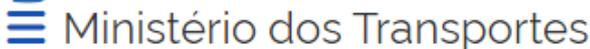
Data: Quinta-feira, 25 de setembro de 2025

Horário: 11h

Local: Lounge RIOgaleão Exclusive, antigo Salão Nobre – Aeroporto Internacional do Galeão, Ilha do Governador – Rio de Janeiro/RJ

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 24/09/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

RENAN FILHO AUTORIZA RECUPERAÇÃO TOTAL DA NOVA BR-349/AL E VISTORIA OBRAS DA PONTE PENEDO-NEÓPOLIS NESTA SEXTA (26)

Entre as melhorias na rodovia, destaca-se a revitalização da travessia urbana de Coruripe; 300 mil pessoas, de 6 cidades alagoanas, serão diretamente beneficiadas com as intervenções

O ministro dos Transportes, Renan Filho, autoriza, nesta sexta-feira (26), o início das obras que irão garantir a revitalização completa de uma extensão de 126,90 quilômetros da BR-349/AL, recentemente federalizada. O trecho abrange as antigas rodovias estaduais AL-101, AL-455 e AL-105, que conectam importantes destinos turísticos do litoral sul alagoano.

Com investimento de R\$41,2 milhões, o projeto prevê a recuperação do pavimento da rodovia, melhorias em acessos estratégicos, como Praia do Gunga, e a revitalização da travessia urbana de Coruripe, entre outras intervenções. As obras irão beneficiar diretamente 300 mil moradores, de seis cidades alagoanas cortadas pela BR-349.

Ainda na sexta-feira, Renan Filho irá vistoriar o andamento das obras da ponte que, em breve, ligará as cidades de Penedo, em Alagoas, e Neópolis, em Sergipe. Demanda histórica da população, a estrutura, que recebeu investimento de R\$ 203 milhões, irá substituir a travessia feita por balsas, garantindo mais segurança, conforto e integração entre os dois estados.

Cobertura de imprensa

Não é necessário credenciamento prévio para os jornalistas interessados na cobertura dos eventos.

Serviço

Assinatura da ordem de serviço para revitalização da BR-349/AL

Data: Sexta-feira, 26 de setembro

Horário: 10h30

Local: Estacionamento do Cesp - Avenida Vereador Venâncio Rocha dos Santos, distrito de Pindorama - Coruripe (AL)

Vistoria das obras da Ponte Penedo (AL) - Neópolis (SE)

Horário: 12h30

Local: Às margens do Rio São Francisco - Penedo (AL)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 25/09/2025

RENAN FILHO ANUNCIA LANÇAMENTO DE EDITAL PARA OBRAS NA TRANSNORDESTINA EM PERNAMBUCO

Infra S.A. conduzirá estudos para construção de porto seco com hubs no Sertão e no Agreste

O ministro dos Transportes, Renan Filho, anunciou, nesta quarta-feira (24), que as obras da Transnordestina em Pernambuco serão retomadas. Durante reunião com prefeitos pernambucanos, o ministro confirmou que, no próximo mês de outubro, a Infra S.A. lançará o edital para continuidade das obras do lote SPS-4 da ferrovia, que liga os municípios de Custódia e Arcoverde, totalizando 73 quilômetros de extensão. O investimento previsto é de R\$ 200 milhões.



Renan Filho anuncia que obras da Transnordestina em Pernambuco serão retomadas em breve; edital será publicado em outubro. - Foto: Marcio Ferreira/MT

Do total do trecho pernambucano da ferrovia, que vai de Salgueiro a Fortes, 179 quilômetros já estão concluídos, representando 38% da obra. “Há mais de 10 anos não ocorriam obras na região. A Infra S.A. publicará o edital até o dia 30 de outubro para dar continuidade às obras, com o objetivo de entregar esse trecho, gerar emprego e movimentar a economia local”, destacou Renan Filho.

A retomada completa das obras da Transnordestina é tratada como prioridade pelo Governo Federal, que enxerga o projeto não apenas pela sua viabilidade econômica, mas também como instrumento de promoção do desenvolvimento regional no Nordeste. “Os municípios precisam estar preparados para receber esses investimentos, que terão impacto direto na vida da população local”, completou o ministro.

Porto seco

Na mesma ocasião, o ministro Renan Filho também anunciou que a Infra S.A. dará início aos estudos para construção de um porto seco com hubs logísticos no Sertão, na região de Salgueiro, e no Agreste, contemplando os municípios de Quipapá e Agrestina.

Presente na reunião, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou que o porto seco representa um investimento estratégico para Pernambuco e um importante reforço à operação do Porto de Suape. “Esse investimento abre uma nova janela de oportunidades para Suape, que poderá atender não só Pernambuco, mas também estados vizinhos, como Ceará e Piauí, integrando-se ainda à Ferrovia Norte-Sul”, afirmou.

O porto seco funciona como um terminal intermodal para ferrovias e rodovias, conectado a um porto marítimo, e pode incluir instalações para armazenamento e manutenção de mercadorias. A implantação dessas estruturas contribui para aliviar a pressão por espaço alfandegário nos portos marítimos, além de reduzir custos logísticos.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 24/09/2025

OTIMIZAÇÃO DA RÉGIS BITTENCOURT É APROVADA PELO TCU NESTA QUARTA (24)

Ministério dos Transportes avança na repactuação da BR-116/PR/SP, com investimentos superiores a R\$ 13 bilhões para os próximos 15 anos

Uma das rodovias mais importantes do país, a BR-116/PR/SP, conhecida como Régis Bittencourt, terá mais de R\$ 13 bilhões em investimentos no principal eixo de ligação entre as regiões Sul e Sudeste. A repactuação do contrato foi aprovada nesta quarta-feira (24) pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em acordo firmado com o Ministério dos Transportes, que prevê a realização de uma nova concessão.



Repactuação da Régis Bittencourt é aprovada pelo TCU; nova concessão da rodovia será realizada em 2026. - Foto: Jonny Lindner/Arteris

“Fazer a otimização desses contratos não só garante mais investimentos, mas também permite modernizá-los, trazendo, por exemplo, a gestão por incentivos, em que o valor do pedágio só sobe depois que as obras são entregues. Seguimos trabalhando para aprimorar a infraestrutura do país”, destacou a

secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse.

Atualmente operada pela concessionária Arteris, a Régis Bittencourt foi incluída entre as prioridades do Governo Federal para ter seu contrato ajustado, diante da necessidade de adequações aos condicionantes financeiros que proporcionam a funcionalidade e a modernização do empreendimento.

“A BR-116, que liga São Paulo a Curitiba, é indispensável não só para esses estados, mas também para a conexão com a região do Mercosul”, completou.

A nova concessão, que terá contrato assinado em 2026, permitirá a realização de obras essenciais ao longo dos próximos 15 anos, como mais de 90 quilômetros de iluminação em trechos considerados perigosos, especialmente nas serras; cerca de 60 quilômetros de terceiras faixas; além de melhorias nos acessos, passarelas, ciclovias e passagens para fauna.

A Régis Bittencourt possui 383 quilômetros de extensão e abrange 16 municípios, destacando-se como uma rota essencial para o transporte de cargas e o escoamento da produção industrial e agrícola. Em função de sua localização entre duas potências econômicas nacionais, o Sul e o Sudeste, o trecho apresenta intenso tráfego de veículos, que enfrenta maiores dificuldades principalmente durante o período chuvoso.

Junto com outras rodovias que foram mapeadas com problemas técnicos e financeiros, que paralisaram obras ou atrasaram a execução de serviços, a BR-116/PR/SP integra o Programa de Otimização de Contratos do Ministério dos Transportes, que visa encontrar soluções mais ágeis, com redução de custos e garantia da continuidade das operações aos usuários. A projeção da pasta é que, no ciclo de atração de recursos privados até 2026, sejam realizados 45 leilões, que proporcionarão mais de R\$ 350 bilhões entre novas concessões e repactuações.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 24/09/2025

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES RECUPERA 21 QUILOMETROS DA RODOVIA JUSCELINO KUBITSCHEK, NO MATO GROSSO

Com investimento de R\$ 12,2 milhões, obras na BR-364 beneficiam diretamente o escoamento da produção regional e a fluidez no tráfego

Para melhorar a infraestrutura rodoviária e facilitar a vida da população mato-grossense, o Ministério dos Transportes, por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), concluiu a restauração do pavimento e a renovação da sinalização em 21 quilômetros da BR-364, no oeste de Mato Grosso. O investimento total foi de R\$ 12,2 milhões, com recursos do Governo Federal.

Os trabalhos abrangeram dois trechos: do km 1.146,8 ao km 1.160,9, entre Sapezal e Campos de Júlio, com 14,1 quilômetros recuperados; e do km 1.190,2 ao km 1.197,3, entre Campos de Júlio e

Comodoro, totalizando 7,1 quilômetros. As intervenções fazem parte do Programa BR-Legal 2, iniciativa voltada à melhoria da segurança viária e à modernização da malha rodoviária federal



Trechos revitalizados da BR-364/MT promovem mais segurança para usuários e melhor escoamento da produção. - Foto: Divulgação/DNIT

Os serviços incluíram a aplicação de CBUQ (concreto betuminoso usinado a quente), técnica que garante maior durabilidade ao pavimento, além da execução de nova sinalização horizontal, com pintura de faixas e instalação de tachas refletivas. As melhorias aumentam a visibilidade da via, especialmente

no período noturno e em condições climáticas adversas.

Logística agrícola

A BR-364 é uma das principais rotas logísticas do estado, essencial para o transporte de passageiros e o escoamento da produção agrícola. Com a conclusão das obras, os usuários passam a contar com uma rodovia mais segura e eficiente.

Com informações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 24/09/2025

RENAN FILHO DEFENDE CONTINUIDADE DOS INCENTIVOS ÀS DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA

“Manter os benefícios fiscais é essencial para atrair investimentos privados, financiar obras estratégicas e garantir o crescimento econômico sustentável do país”, afirmou o ministro



Renan Filho defende continuidade das debêntures incentivadas e dos mecanismos de financiamento do setor de infraestrutura, durante evento em Brasília - Michel Corvello/MT

O ministro dos Transportes, Renan Filho, defendeu, nesta quarta-feira (24), a continuidade dos mecanismos financeiros que regulam a tributação das debêntures incentivadas do setor de infraestrutura. Atualmente, tramita no Congresso Nacional a MP (Medida Provisória) 1.303, que visa alterar a dinâmica do incentivo econômico.

“Entre 2018 e 2022, as emissões de debêntures de infraestrutura tiveram média anual de R\$ 6 bilhões. Com a aprovação da nova lei, o mercado entrou em outro patamar: R\$ 9,2 bilhões em 2023, um salto histórico de R\$ 38,7 bilhões em 2024 e R\$ 40,1 bilhões em 2025. Em apenas dois anos, foram emitidas mais de 13 vezes a média registrada no período anterior”, destacou Renan Filho durante o evento Impactos dos Projetos Legislativos na Infraestrutura, em Brasília (DF).

O ministro também ressaltou que o avanço decorreu da articulação entre o Ministério dos Transportes e o Ministério da Fazenda, que modernizaram diretrizes logísticas e criaram um ambiente favorável à expansão dos investimentos.

Impactos da mudança



A MP em análise prevê o fim da isenção do Imposto de Renda para pessoas físicas e a elevação da alíquota para empresas que adquirirem títulos voltados a projetos de infraestrutura. Segundo Renan Filho, a medida teria reflexos negativos diretos sobre os investimentos no setor.

“Não podemos ignorar o que aconteceria se esse incentivo fosse retirado. Teríamos um verdadeiro choque negativo no círculo virtuoso da infraestrutura, com queda na competitividade da economia. Haveria redução do funding para obras essenciais, tanto nas debêntures incentivadas quanto nos instrumentos usados pelos bancos de fomento”, explicou.

Projeções da MoveInfra indicam que, caso a emissão de debêntures seja reduzida pela metade, o Executivo precisaria aportar cerca de R\$ 67 bilhões por ano, R\$ 335 bilhões em cinco anos, para compensar a perda de recursos privados. Entre os efeitos esperados estão o aumento do custo de capital, a menor participação nos leilões de concessão, a elevação de tarifas e a redução na geração de empregos e renda.

“Não se trata apenas de números ou planilhas. Trata-se de gente, de qualidade de vida. De criar um círculo virtuoso em que o capital privado financia obras públicas essenciais, o Estado regula, o país cresce e o povo vive melhor”, completou o ministro.

Mobilização pelo setor

O chefe da pasta reforçou que continuará articulando com o Congresso Nacional para assegurar a manutenção dos incentivos às debêntures e discutir alternativas para o financiamento de outros setores.

“Manter a isenção do Imposto de Renda nas debêntures incentivadas de infraestrutura, portanto, é assegurar o futuro. É garantir que o Brasil continue atraindo investimentos privados, nacionais e estrangeiros, para obras que integram o território, reduzem as desigualdades regionais e abrem novos caminhos para a economia”, ressaltou Renan Filho.

Criadas em 2011, as debêntures incentivadas oferecem isenção de Imposto de Renda para investidores pessoas físicas. Em 2024, a modalidade foi ampliada com as debêntures de infraestrutura, que concedem incentivos fiscais também às empresas emissoras, permitindo dedução de parte dos juros pagos do lucro líquido e da CSLL. Esses instrumentos têm sido fundamentais para viabilizar projetos de logística de longo prazo, complementando a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“Se chegarmos a R\$ 50 bilhões em emissões no futuro próximo, somados a outros financiamentos, certamente transformaremos o país e traremos grandes benefícios para a população”, concluiu.

O evento foi promovido pela Casa Parlamento e contou com a presença do vice-presidente do Senado, Eduardo Gomes (PL-TO), do deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) e de autoridades ligadas ao setor de transportes.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 24/09/2025

INTEGRIDADE NO SETOR DE INFRAESTRUTURA É DESTAQUE EM FÓRUM REALIZADO NESTA QUARTA (24)

Evento promovido pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias reuniu especialistas, gestores públicos e representantes do setor privado

Pilar essencial para garantir credibilidade, segurança jurídica e eficiência nos projetos de infraestrutura, a integridade esteve no centro do debate promovido nesta quarta-feira (24), na sede do Ministério dos Transportes.

“Os principais fundos de infraestrutura do mundo exigem uma imagem, uma reputação muito focada na questão de valores, de compliance, de ética. Integridade agrega valor, capacidade e reduz riscos operacionais”, destacou o secretário-executivo do MT, George Santoro.



Evento realizado no Ministério dos Transportes debate a importância da integridade no setor de infraestrutura. - Foto: Michel Corvello/MT

A 1ª Conferência do Fórum de Integridade da Infraestrutura, que reuniu especialistas, gestores públicos e representantes do setor privado, foi realizada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

“Esse não é um evento isolado, é um grupo de trabalho que se reúne mensalmente, com apoio das grandes lideranças de todos os modais. Temos pautas e projetos definidos, incluindo metas de integridade, e uma metodologia para medir a aderência às boas práticas. O mais interessante é o esforço de cada participante para superar essas metas”, explicou o diretor-presidente da ABCR, Marco Aurélio Barcellos.

No caso do Ministério dos Transportes, as boas práticas, adotadas como políticas internas, são amplamente reconhecidas.

Depois de liderar o ranking de transparência ativa da Controladoria Geral da União (CGU) em 2023, o ministério repetiu o bom desempenho em 2024, atingindo a nota máxima de 100%. A meta agora é alcançar o Nível 5 de excelência em integridade até dezembro, dentro de um processo contínuo de aprimoramento institucional.

A avaliação integra o Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP), ferramenta desenvolvida pela CGU para medir a conformidade de órgãos públicos com boas práticas de governança, transparência e combate à corrupção.

Ao assumir a gestão do Ministério dos Transportes em 2023, a pasta, liderada por Renan Filho, não atingia sequer o nível 1 do MMIP. Pouco mais de dois anos depois, chega ao nível 3, resultado da implantação de comitês de Controle Interno, Governança, Política Pública de Sustentabilidade, Nepotismo e Partes Relacionadas.

“As agendas da CGU visam fortalecer programas de integridade nas empresas, promovendo um ambiente de negócios mais saudável, ético e rigoroso, contribuindo para o desenvolvimento do país e a reorganização das relações entre estado e mercado”, afirmou o ministro da CGU, Vinicius de Carvalho.

Vander Costa, presidente da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), principal entidade representativa do setor de transporte e logística no Brasil, também participou do evento.

“No passado algumas concessões não deram certo, talvez por ter faltado a responsabilidade, a transparência e a integridade. E agora, nos novos modelos, são contratos que trazem a transparência, que possibilitam sua efetividade”, disse.

A cerimônia de abertura do fórum contou ainda com a presença da secretária-executiva adjunta do Ministério de Portos e Aeroportos, Thairyne Oliveira, e a diretora-executiva da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON), Cristiane Ferreira.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 24/09/2025

PORTAL PORTO GENTE

ABTP CELEBRA PACOTE DE R\$ 100 MILHÕES EM INVESTIMENTOS NO PORTO DO RECIFE

Redação Portogente

⚓ A Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP) celebra o pacote de investimentos anunciado pelo governo federal para o Porto do Recife, que inclui a dragagem de readequação do porto e o lançamento do edital de arrendamento do Terminal Marítimo de Passageiros (TMP Recife). As medidas visam fortalecer a infraestrutura portuária e melhorar o ambiente de negócios na região.



Investimentos Porto do Recife

💰 Com valor estimado em R\$ 100 milhões, a dragagem vai ampliar a profundidade dos canais internos e externos, garantindo calado operacional de até 12 metros. A intervenção permitirá a atracação de embarcações de maior porte, proporcionando mais segurança, eficiência e capacidade operacional ao porto.

“A melhoria no acesso aquaviário aumenta significativamente a competitividade dos terminais do Porto do Recife, que já investem continuamente em eficiência e inovação. É fundamental que o poder público também garanta infraestrutura e segurança, criando um ambiente favorável ao crescimento do setor. Anúncios como este são bem-vindos e devem ser celebrados”, afirma Jesualdo Silva, diretor-presidente da ABTP.

🚢 Quanto ao Terminal Marítimo de Passageiros, o edital contempla intervenções em mais de 15 mil m², ampliando a capacidade anual de 30 mil para 50 mil passageiros. O projeto inclui modernização de mobiliário e equipamentos, renovação das áreas de espera, criação de espaços administrativos, atualização dos sistemas de segurança e reforço na climatização. O contrato de arrendamento terá 25 anos (2025–2049), com o futuro arrendatário responsável por investimentos adicionais para manutenção e aprimoramento da infraestrutura.

“O arrendamento é um exemplo claro da importância da parceria público-privada para elevar a qualidade e a eficiência do serviço. Para que a parceria seja sustentável, é essencial que a iniciativa privada tenha segurança jurídica e liberdade para investir, aspectos tratados no PL 733/25, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados”, acrescenta Jesualdo Silva.

📊 A ABTP reforça que o fortalecimento da infraestrutura portuária é essencial para o desenvolvimento econômico e para a integração do Brasil ao comércio e turismo globais, atuando em defesa de um ambiente regulatório moderno que estimule investimentos, inovação e competitividade no setor.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 24/09/2025

PAM DO PORTO DE SANTOS REALIZA O WORKSHOP "EMERGÊNCIA COM NITRATO DE AMÔNIO"

Redação Portogente

⚠ O Plano de Ajuda Mútua do Porto de Santos (PAM), coordenado pela Autoridade Portuária de Santos (APS), promove nesta quinta-feira (25/09) o workshop "Emergência com Nitrato de Amônio". O evento contará com o consultor Haroldo Martins, um dos principais especialistas do País no combate a emergências com esse produto químico, e será realizado a partir das 14h no Centro de Treinamento da APS.



Workshop Emergência Nitrato de Amônio

👤 O workshop é voltado para profissionais que atuam em emergências no Porto – tanto da APS e dos terminais e operadores portuários quanto de órgãos intervenientes como Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, CETESB, IBAMA e SAMU. As vagas são limitadas e gratuitas, e a inscrição deve ser realizada previamente: [Clique aqui para se inscrever](#).

🌟 Por se tratar de substância com potencial explosivo (o mesmo produto que provocou a explosão no Porto de Beirute há cinco anos), seu manuseio e armazenamento exigem cuidados especiais, seguindo normas de Segurança do Trabalho e regulamentações da ANTT.

“A realização de treinamentos contínuos é fundamental para manter as equipes preparadas e garantir a segurança operacional do Porto, protegendo trabalhadores, a comunidade e o meio ambiente”, explica Evandro Lourenço, coordenador-geral do PAM e técnico em Segurança do Trabalho da APS.

🌐 “Com iniciativas como esta, o Porto de Santos reforça seu compromisso em manter operações seguras, sustentáveis e eficientes, fortalecendo a integração entre os diferentes atores que atuam na prevenção e resposta a emergências”, complementa.

SERVIÇO

- 📍 O quê: Workshop "Emergência com Nitrato de Amônio", com Haroldo Martins
- 📅 Quando: 25/09/2025, das 14h às 17h
- 📍 Onde: Centro de Treinamento da APS
- 📄 Inscrições: [Clique aqui](#)

Sobre a Autoridade Portuária de Santos: A APS é uma empresa pública vinculada ao Ministério dos Portos e Aeroportos, responsável pelo planejamento logístico e administração da infraestrutura do Porto Organizado de Santos, o maior da América Latina, por onde passam aproximadamente 30% das trocas comerciais brasileiras. O complexo portuário possui 53 terminais, sendo 39 arrendamentos, 8 retroportuários e 6 TUPs, localizados em Santos e Guarujá.

Fonte: *Portal Porto Gente*

Data: 24/09/2025

ECOVIAS IMIGRANTES AVANÇA COM 87% DA REVITALIZAÇÃO DE PAVIMENTO NO SISTEMA ANCHIETA-IMIGRANTES

Redação *Portogente*

🚧 A Ecovias Imigrantes, concessionária responsável pela gestão do Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), concluiu a revitalização do pavimento no trecho de baixada santista da rodovia dos Imigrantes, aplicando mais de 269 mil toneladas de asfalto em 1.082 km de faixas e acostamentos. Com isso, o programa de revitalização do pavimento já atingiu 87% de execução.

O restante do programa – aproximadamente 196 km – será executado de forma escalonada, com conclusão prevista para o segundo semestre de 2027. As frentes de obra seguem em andamento no trecho de planalto, entre os km 11 e 30, e na rodovia Anchieta (SP-150), entre os km 54 e 65,

garantindo maior segurança viária e fluidez em um dos trechos de maior movimentação de veículos de carga do país.



Revitalização Rodovia dos Imigrantes

Para 2026, está prevista a revitalização do trecho de serra da rodovia, entre os km 30 e 40, em ambos os sentidos. Durante as obras, haverá bloqueios alternados de faixas devido ao intenso tráfego. “A modernização da malha do SAI segue diretrizes de planejamento e priorização técnica, refletindo o compromisso da Ecovias Imigrantes com segurança, mobilidade e gestão eficiente da infraestrutura”, afirma Fernanda Meireles, gerente de engenharia.

O programa integra investimentos previstos no contrato de concessão, abrangendo conservação do pavimento, tecnologia, infraestrutura e segurança viária, com foco em melhorar a experiência do usuário e apoiar a economia regional.

Sobre a Ecovias Imigrantes: Faz parte do grupo EcoRodovias e é responsável pela administração do SAI, principal ligação entre a Região Metropolitana de São Paulo e a Baixada Santista. Opera sob fiscalização da Artesp e investe continuamente em infraestrutura, tecnologia e segurança viária para garantir fluidez e qualidade no atendimento aos usuários.

Sobre a EcoRodovias: É a maior operadora de malha rodoviária do país, controlada pelo Grupo ASTM, com 12 concessões em oito estados, somando 4,8 mil km, além de ativo portuário e plataforma logística. Atua em corredores de escoamento da produção agrícola e industrial e em eixos turísticos, promovendo inovação, eficiência e sustentabilidade na infraestrutura rodoviária. Integra importantes índices da B3, como ISE, ICO2 e Idiversa.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 24/09/2025

INFRAERO ASSINA ORDEM DE SERVIÇO PARA RECAPEAR PISTA DO AEROPORTO DE LUZIÂNIA

Redação Portogente

 O Aeroporto de Luziânia - Brigadeiro Araripe Macedo, em Goiás, passará por recapeamento total da pista de pousos e decolagens de aeronaves, em um investimento de R\$ 4,021 milhões.



Foto: Marcos Barreiro

A obra será realizada no período noturno, sem impactos às operações da aviação geral, que ocorrem das 6h às 18h, com prazo de execução de 60 dias. A pista possui 1.200 m de comprimento por 20 m de largura, garantindo mais segurança nos pousos e decolagens. “A segurança é um valor para a Infraero. Seguimos provendo aeroportos regionais com infraestrutura adequada para o transporte aéreo, essencial para a conexão de pessoas e cargas”,

afirmou Guilherme Ribeiro, presidente em exercício da Infraero.

A Infraero recebeu a outorga do Aeroporto de Luziânia em julho de 2024 e iniciou a operação em novembro do mesmo ano. Nesse período, foram implementadas importantes ações nas áreas de operação, segurança e manutenção.

Operações e Segurança:

- Implementação do zoneamento de segurança na área patrimonial e operacional;
- Manutenção de vias de serviço operacionais para patrulhamento sistemático;
- Inspeções diárias na pista de pouso e decolagem;
- Elaboração e aprovação do Plano de Emergência do aeroporto.

Engenharia e Manutenção:

- Roçagem de toda extensão do sítio aeroportuário;
- Limpeza da cerca e fechamento de orifícios para evitar entrada de animais;
- Levantamento topográfico e mapeamento com drone.

Os benefícios do planejamento incluem melhoria da infraestrutura, ampliação da conectividade com outras regiões e geração de empregos diretos e indiretos, por meio de contratos de serviços de limpeza, vigilância, manutenção, entre outros. A localização estratégica do aeroporto, a apenas 60 km de Brasília e próximo às rodovias BR-040 e GO-330, reforça sua importância para a região. 🌐

Sobre a Infraero: Com mais de 50 anos de experiência, administra 24 aeroportos no Brasil e atua na implantação, operação e exploração da infraestrutura aeroportuária, oferecendo soluções completas desde engenharia, manutenção, gestão até treinamento técnico e soluções digitais. 🏢

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 24/09/2025

MAIOR OBRA DE DRAGAGEM PORTUÁRIA DO PAÍS É LANÇADA EM SC

Redação Portogente

🇺🇸 Governo Federal e Estadual anunciam R\$ 436 milhões em investimento histórico no litoral norte de Santa Catarina, voltado à dragagem da Baía da Babitonga, que visa ampliar a competitividade dos portos catarinenses e permitir a atracação de navios de maior porte.



Dragagem Baía da Babitonga

O ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o governador Jorginho Mello assinaram a ordem de serviço em São Francisco do Sul. A obra, prevista para conclusão no segundo semestre de 2026, traz três marcos inéditos: a primeira PPP entre portos brasileiros, o maior engordamento de praia do país e a reutilização de sedimentos dragados para praias. 🏖️

Santa Catarina concentra cinco portos entre os dez mais movimentados do Brasil e, em 2024, movimentou mais de 50 milhões de toneladas em cargas, especialmente produtos de alto valor agregado. A densidade portuária, aliada à malha rodoviária (BR-101 e BR-470) e ao Aeroporto Internacional de Navegantes, consolida o estado como polo logístico competitivo. 🚢

O Navepark surge como solução estratégica para suprir a demanda por infraestrutura integrada e de alto padrão. Localizado a menos de 15 minutos dos portos de Navegantes e Itajaí e a 2 km do aeroporto, o condomínio oferece galpões modulares Triple A, tecnologia e flexibilidade para atender indústrias, operadores logísticos e e-commerce. 🏠

Segundo a Cushman & Wakefield, condomínios logísticos próximos a portos e aeroportos podem reduzir até 30% dos custos operacionais, explicando o sucesso da expansão do Navepark. Na segunda fase recém-lançada, mais da metade das unidades já foi vendida.

Para Thiago Cabral, CEO do Navepark: "A dragagem da Baía da Babitonga reforça a vocação do estado como polo portuário e abre novas perspectivas para empreendimentos como o Navepark."



Com infraestrutura moderna e localização estratégica, estamos prontos para potencializar os ganhos que esse investimento histórico trará para a cadeia logística e para a economia regional.”

Com alíquota de ISS reduzida (2%) e taxa de vacância de apenas 3%, o empreendimento se torna um dos investimentos mais atrativos do país, com rentabilidade média de 12,29% ao ano, podendo chegar a 27% considerando valorização imobiliária. O Navepark atrai investidores de estados como SP, PR, MT e RS, e empresas dos setores de autopeças, químicos, etiquetas e alimentos. 📦

O fortalecimento da infraestrutura pública e a consolidação de empreendimentos privados como o Navepark colocam Santa Catarina em um novo ciclo de desenvolvimento logístico, reafirmando sua posição entre os estados mais competitivos e internacionalizados do Brasil. 🌐

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 24/09/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – LULA, TRUMP E O PRAGMATISMO DIPLOMÁTICO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao encerrar sua agenda oficial na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), demonstrou pragmatismo ao manifestar disposição para um encontro oficial com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. A posição, apresentada em entrevista coletiva, reforça a importância de se manter um diálogo aberto entre as duas maiores democracias das Américas, independentemente de afinidades ideológicas.

O presidente destacou que a retomada de uma relação diplomática e comercial ativa deve seguir a lógica do “ganha-ganha”, onde ambos os países se beneficiam. Essa postura sugere que a política externa brasileira busca resultados concretos para a economia nacional, priorizando o comércio, a indústria, a agricultura e a segurança das relações bilaterais. O inesperado e cordial contato com Trump nos bastidores da ONU, embora informal, serviu como um prelúdio para a possibilidade de um encontro formal futuro.

A importância de uma proximidade entre Trump e Lula reside na necessidade de se desarmar tensões comerciais e impulsionar o crescimento. Um canal de comunicação direto entre as lideranças pode ser um fator decisivo para reduzir o impacto do tarifaço norte-americano, que tem afetado exportadores brasileiros. A negociação e a diplomacia são as ferramentas mais eficazes para mitigar barreiras comerciais e abrir caminho para o comércio bilateral.

Adicionalmente, a melhora no clima diplomático tende a impulsionar novos investimentos de empresas dos Estados Unidos no Brasil. A confiança dos investidores depende, em grande parte, da estabilidade e da previsibilidade nas relações internacionais. Um acordo que seja de “ganha-ganha” pode sinalizar para o mercado que o Brasil é um destino seguro para o capital estrangeiro.

O papel estratégico do diálogo e a necessidade de manter um bom canal de comunicação entre as lideranças de dois países tão importantes para a economia mundial, sem que um ou outro reduza sua soberania, foram enfaticamente destacados pelo presidente. A conversa deve se pautar pelo respeito mútuo, reconhecendo os interesses legítimos de cada nação.

A menção à exploração de terras raras e minerais críticos exemplifica essa postura. O Brasil está disposto a discutir a exploração dessas riquezas com o mundo, mas não aceita ser apenas um exportador de matéria-prima. A criação do Conselho de Política Mineral visa a garantir que o País desenvolva a industrialização desses recursos em seu próprio território, agregando valor e impulsionando a economia, o que é uma clara defesa da soberania sobre a riqueza nacional.



A disposição para o diálogo com a liderança norte-americana, mesmo com as diferenças políticas, é um sinal de maturidade diplomática e foco nos interesses nacionais. O pragmatismo, nesse caso, é a chave para transformar um encontro informal em uma oportunidade de crescimento econômico para o Brasil.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 25/09/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - SETOR AÉREO BRASILEIRO ENFRENTA DESAFIOS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

Empresas descartam fusão, Cade investiga preços, cresce insatisfação de passageiros e acidente fatal marca setor

SEM FUSÃO

Em audiência na Câmara realizada na terça-feira, dia 23, representantes das empresas aéreas Gol e Azul descartaram qualquer fusão. Executivos afirmaram que a possibilidade chegou a ser estudada durante a pandemia, mas foi completamente abandonada com a recuperação do setor aéreo.

PREÇOS QUESTIONADOS

O Cade informou que analisa denúncias de possível combinação de preços entre Gol, Azul e Latam. Embora não haja conclusão, indícios apontam problemas de concorrência, com redução de voos e aumento de tarifas em trechos operados em conjunto durante a pandemia.

RECLAMAÇÕES CRESCEM

Deputados e especialistas destacaram a insatisfação dos consumidores com o setor aéreo. De 2023 a agosto de 2025, mais de 240 mil reclamações foram registradas na plataforma consumidor.gov.br, envolvendo atrasos, cancelamentos e qualidade do serviço.

QUEDA FATAL

Quatro pessoas morreram na queda de um avião de pequeno porte em Aquidauana (MS), a 150 km de Campo Grande, na tarde de terça-feira (23). Entre as vítimas está o chinês Kongjian Yu, 62 anos, um dos arquitetos e urbanistas mais influentes do mundo e criador do conceito de cidades-esponja. Também morreram o piloto Marcelo Pereira de Barros, 59, dono da aeronave, o cineasta Luiz Ferraz, 42, e o diretor de fotografia Rubens Crispim Jr., de 51.

INVESTIGAÇÃO ABERTA

Investigadores do 4º Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos estiveram no local coletando material para esclarecer as causas da queda do Cessna 175, prefixo PT-BAN. A Força Aérea Brasileira informou que não há prazo para conclusão, mas que o Cenipa divulgará relatório final com o objetivo de evitar novos acidentes.

NOVO DIRETOR

O consultor de investimentos internacionais e presidente do Conselho Internacional do Brasil Export, Joel Julius, é o novo diretor de Relações Governamentais para o Brasil da operadora logística Rocktree. Na função, terá o objetivo de gerar novas oportunidades de negócios para a companhia no País.

COMMODITIES

A Rocktree realiza serviços de transbordo de minério de ferro de Corumbá (MS) até o Uruguai, pela Hidrovia Paraguai-Paraná. A empresa, que já conta com uma frota de barcaças e um estaleiro, têm 1,400 colaboradores em 13 escritórios pelo mundo e considera a América do Sul como região estratégica para o fornecimento de commodities.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 25/09/2025

NACIONAL - LULA SINALIZA DISPOSIÇÃO PARA UM ENCONTRO OFICIAL COM TRUMP

Presidente defende acordo “ganha-ganha” e ressalta importância de valorizar minerais críticos e terras raras do Brasil

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



O presidente Lula relatou ter sido surpreendido pelo contato com Trump nos bastidores da Assembleia Geral da ONU, logo após seu discurso de abertura, na última terça-feira

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou na quarta-feira (24), ao final de sua agenda oficial na Assembleia Geral da ONU, que está disposto a conversar com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, caso um encontro oficial seja organizado. A posição foi apresentada em entrevista coletiva, em Nova York, diante da expectativa de jornalistas sobre uma possível reunião

bilateral.

Segundo Lula, restabelecer uma relação diplomática e comercial com os Estados Unidos é positivo e atende aos interesses tanto do Brasil quanto do país norte-americano. “Quando tiver eleição nos Estados Unidos, eu não me meto. E quando tiver eleição no Brasil, ele não se mete”, disse, em referência indireta ao pleito brasileiro de 2026.

O presidente destacou que o diálogo deve seguir a lógica do “ganha-ganha”. “No caso do Brasil, a gente não tem que perder, a gente tem que ganhar e também os outros têm que ganhar, porque tem que ser um acordo de ganha-ganha. Essa é a minha disposição e eu espero que seja a disposição dos Estados Unidos também, porque será bom, será bom para a nossa economia, para a nossa indústria, para o nosso comércio, para a nossa agricultura e para a relação das duas democracias mais importantes da América”, afirmou.

Apesar da insistência dos jornalistas, Lula não indicou datas para o encontro e disse que o formato, se presencial ou por videoconferência, será definido pelas equipes dos dois países. “Não trataremos de segredos de Estado, por mim pode ser público”, acrescentou.

O presidente relatou ter sido surpreendido pelo contato com Trump nos bastidores da 80ª Assembleia Geral da ONU, logo após seu discurso de abertura. Questionado sobre a “química” mencionada pelo presidente norte-americano, Lula disse, sorrindo: “Eu fui surpreendido, porque eu já estive ali outras vezes e não encontrei sempre com o presidente (dos Estados Unidos). E era normal não encontrar com o presidente. Eu já estava saindo, ia pegar as minhas papeletas e ir embora quando o Trump veio para o meu lado, com uma cara muito simpática, muito agradável, sabe? E eu acho que pintou uma química mesmo, eu acho.” A declaração provocou risos entre os jornalistas presentes.

Terras raras e minerais críticos

Lula também comentou sobre a possibilidade de discutir a exploração de terras raras e minerais críticos em negociações internacionais, ressaltando que o modelo deve seguir a lógica do “ganha-ganha” e que o Brasil não pode se limitar a exportar recursos sem agregar valor. “Nós discutimos com o mundo inteiro as nossas terras raras, nós queremos discutir com o mundo inteiro os nossos minerais críticos, nós queremos que empresas que quiserem explorar vão para o Brasil explorar. O que a gente não quer é permitir que aconteça como aconteceu até agora com os minérios: a gente é só exportador, só exportador, só exportador e não faz o processo de industrialização dentro do Brasil”, explicou.

O presidente lembrou que a criação do Conselho de Política Mineral, vinculado à Presidência da República, pretende fornecer base técnica para que o Brasil “assuma a responsabilidade pela nossa riqueza”, incluindo o mapeamento das áreas ainda pouco conhecidas no território nacional. “O Brasil ainda não conhece 70% do seu território”, disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/09/2025

NACIONAL - ALCKMIN CITA “BOA QUÍMICA” ENTRE PRESIDENTES COMO CAMINHO PARA RESOLVER TARIFAÇO

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O presidente em exercício, Geraldo Alckmin, afirmou na quarta-feira (24) que a “boa química” entre os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e dos Estados Unidos, Donald Trump, pode ajudar a resolver o chamado “tarifaço” norte-americano, que aplica taxas de até 50% sobre produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos. Alckmin participou de um evento sobre mercado de capitais promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio de Janeiro, e disse: “Nos Estados Unidos, uma boa química entre presidentes vai ajudar a buscarmos a melhor solução para resolvermos um tarifaço que não se justifica”.

O comentário faz referência ao encontro rápido entre Lula e Trump na terça-feira (23), durante a 80ª Assembleia Geral da ONU, em Nova York. Em seu discurso, Trump descreveu Lula como “homem muito agradável” e afirmou que houve “uma química excelente” entre eles, anunciando que os dois líderes devem realizar um encontro bilateral na próxima semana. Segundo o Palácio do Planalto, a reunião foi proposta por Trump e aceita imediatamente por Lula, mas ainda não há definição sobre o formato ou a data.

Alckmin ressaltou que, mesmo com a expectativa de diálogo, o governo brasileiro considera o tarifaço injustificado. “O Brasil tem, é importante destacar isso, uma tarifa (de importação) média dos Estados Unidos de 2,7%, é uma tarifa média baixa. Dos 10 produtos que os Estados Unidos mais exportam para o Brasil, oito têm tarifa zero”, detalhou. Perguntado sobre a possibilidade de incluir na negociação a redução da tarifa aplicada ao etanol americano, o presidente em exercício afirmou que “sempre tem espaço para o diálogo em questões tarifárias, não tarifárias e muita oportunidade de investimentos”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/09/2025

NACIONAL - RENAN FILHO DEFENDE INCENTIVOS ÀS DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA

Ministro dos Transportes alerta para impacto na capacidade de financiamento de obras caso isenção do IR seja revogada

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O ministro dos Transportes, Renan Filho, defendeu seu ponto de vista sobre as debêntures durante o evento Impactos dos Projetos Legislativos na Infraestrutura, realizado em Brasília

O debate sobre o futuro dos incentivos fiscais às debêntures de infraestrutura ganhou novo capítulo na quarta-feira (24), com a defesa pública do ministro dos Transportes, Renan Filho, pela manutenção das regras atuais. A posição foi apresentada durante o evento Impactos dos Projetos

Legislativos na Infraestrutura, realizado em Brasília (DF), em meio à tramitação da Medida Provisória (MP) 1.303 no Congresso Nacional.



CRIADAS EM 2011, AS DEBÊNTURES INCENTIVADAS OFERECEM ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA PARA INVESTIDORES PESSOAS FÍSICAS. EM 2024, O MECANISMO FOI AMPLIADO COM AS DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA, QUE CONCEDEM BENEFÍCIOS FISCAIS TAMBÉM ÀS EMPRESAS EMISSORAS, PERMITINDO DEDUÇÃO DE PARTE DOS JUROS PAGOS DO LUCRO LÍQUIDO E DA CSLL

A MP propõe mudanças na tributação desses títulos, prevendo o fim da isenção do Imposto de Renda para pessoas físicas e a elevação da alíquota para empresas que investirem em debêntures voltadas a projetos de infraestrutura. Para o ministro, alterações desse tipo podem comprometer o ciclo de investimentos que o setor vem registrando desde a criação do mecanismo.

“Entre 2018 e 2022, as emissões de debêntures de infraestrutura tiveram média anual de R\$ 6 bilhões. Com a aprovação da nova lei, o mercado entrou em outro patamar: R\$ 9,2 bilhões em 2023, um salto histórico de R\$ 38,7 bilhões em 2024 e R\$ 40,1 bilhões em 2025. Em apenas dois anos, foram emitidas mais de 13 vezes a média registrada no período anterior”, destacou Renan Filho.

Segundo o ministro, o avanço recente das emissões é resultado de articulação entre o Ministério dos Transportes e o Ministério da Fazenda, que trabalharam para modernizar as diretrizes logísticas e criar um ambiente propício à participação privada.

Ao comentar a MP, Renan Filho afirmou que o fim dos incentivos teria impacto direto sobre a capacidade de financiamento de novas obras. “Não podemos ignorar o que aconteceria se esse incentivo fosse retirado. Teríamos um verdadeiro choque negativo no círculo virtuoso da infraestrutura, com queda na competitividade da economia. Haveria redução do funding para obras essenciais, tanto nas debêntures incentivadas quanto nos instrumentos usados pelos bancos de fomento”, explicou.

Cálculos da MoveInfra indicam que, caso o volume de emissões seja reduzido pela metade, o governo precisaria aportar cerca de R\$ 67 bilhões por ano — o equivalente a R\$ 335 bilhões em cinco anos — para compensar a retração do capital privado. O estudo projeta ainda aumento no custo de capital, menor participação em leilões de concessão, alta nas tarifas e efeitos negativos na geração de emprego e renda.

Para o ministro, o tema vai além do impacto financeiro. “Não se trata apenas de números ou planilhas. Trata-se de gente, de qualidade de vida. De criar um círculo virtuoso em que o capital privado financia obras públicas essenciais, o Estado regula, o país cresce e o povo vive melhor”, afirmou.

Renan Filho disse que seguirá articulando com o Congresso Nacional para buscar alternativas que preservem a atratividade das debêntures e mantenham o fluxo de investimentos privados no setor. “Manter a isenção do Imposto de Renda nas debêntures incentivadas de infraestrutura, portanto, é assegurar o futuro. É garantir que o Brasil continue atraindo investimentos privados, nacionais e estrangeiros, para obras que integram o território, reduzem as desigualdades regionais e abrem novos caminhos para a economia”, reforçou.

Isenção

Criadas em 2011, as debêntures incentivadas oferecem isenção de Imposto de Renda para investidores pessoas físicas. Em 2024, o mecanismo foi ampliado com as debêntures de infraestrutura, que concedem benefícios fiscais também às empresas emissoras, permitindo dedução de parte dos juros pagos do lucro líquido e da CSLL. Esses instrumentos vêm sendo usados para viabilizar projetos de logística de longo prazo, complementando o financiamento público tradicional, especialmente por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“Se chegarmos a R\$ 50 bilhões em emissões no futuro próximo, somados a outros financiamentos, certamente transformaremos o país e traremos grandes benefícios para a população”, concluiu o ministro.

O encontro reuniu parlamentares e representantes do setor, incluindo o vice-presidente do Senado, Eduardo Gomes (PL-TO), e o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), além de autoridades ligadas aos segmentos de transporte e infraestrutura.

“NÃO PODEMOS IGNORAR O QUE ACONTECERIA SE ESSE INCENTIVO FOSSE RETIRADO. TERÍAMOS UM VERDADEIRO CHOQUE NEGATIVO NO CÍRCULO VIRTUOSO DA INFRAESTRUTURA, COM QUEDA NA COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA”

RENAN FILHO
ministro dos Transportes

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 25/09/2025

NACIONAL - CADE ANALISA RISCOS NO PROJETO DE CONCESSÃO DO TECON SANTOS 10

Órgão vê riscos concorrenciais se empresas já atuantes no Porto de Santos disputarem megaterminal na primeira fase da licitação

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) considera que fazer a concessão do Tecon Santos 10, o megaterminal de contêineres e carga geral planejado para o Porto de Santos (SP), a empresas que já atuam no mercado de contêineres do complexo marítimo, apresenta "riscos de natureza concorrencial". E, como consequência, se manifesta pela manutenção das restrições propostas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que sugere a realização do leilão da instalação em duas fases, com as empresas já atuantes no segmento proibidas de participar da primeira e só disputando o avo na segunda, que ocorreria se a primeira não vesse interessados.

A avaliação do Cade consta da Nota Técnica Conjunta Nº 1/2025/SG-DEE/CADE, documento de 10 páginas finalizado pelo órgão na tarde dessa quarta-feira. Em sua conclusão, o texto destaca que, "não sendo possível confirmar, neste momento, os efeitos líquidos negativos à concorrência da participação dos atuais incumbentes do Porto de Santos, ainda assim, dentro do framework legal e regulatório vigente, seria possível a manutenção dessa vedação, que certamente resulta em diminuição da concorrência pelo mercado, porém, essa restrição poderia ser justificável por alguma outra fundamentação que não concorrencial."

Ao estudar a proposta do Ministério de Portos e Aeroportos e da Antaq para a implantação e consequente concessão do Tecon Santos 10 e seus eventuais riscos concorrenciais, a equipe técnica do Cade explica que uma concessão de um terminal portuário pelo poder público "não constitui um ato de concentração econômica sujeito à notificação obrigatória ao Cade nos termos da Lei nº 12.529/2011. Diferentemente de uma fusão ou aquisição entre empresas privadas, trata-se de uma outorga de concessão, cuja modelagem e regras competitivas são de responsabilidade primária do poder concedente e da agência reguladora setorial".

Apesar da ressalva, o Cade não se furtou a abordar "potenciais riscos concorrenciais que poderiam emergir a depender do agente econômico que se sagre vencedor da licitação". No estudo, foram consideradas duas categorias de riscos: os "inerentes à sobreposição horizontal" - caso o vencedor da concessão já atue no mercado de movimentação ou de armazenagem alfandegada de carga containerizada no Porto de Santos - e os "inerentes à integração vertical" - se o futuro arrendatário atue em outros elos da cadeia de cargas containerizadas.

Nos dois casos, o Conselho apontou a "existência de riscos concorrenciais hipotéticos associados a eventual sobreposição horizontal ou integração vertical". Porém, enfatizou que "a identificação de um risco potencial é etapa preliminar e indicava, portanto, não equivale a uma conclusão de que esse risco se materializará em conduta anticompetitiva". E complementa: "Uma avaliação conclusiva sobre

a determinação quanto à existência de um dano efetivo à concorrência, que justifique intervenção, dependeria integralmente de uma apreciação de caso concreto pelo Cade, com base em dados e evidências”.

Apesar dessas considerações, na sequência, o Cade analisa como “possível” a manutenção das vedações propostas pela Antaq.

A nota do Conselho, que é subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, é assinada pelo superintendente geral do órgão, Alexandre Barreto de Souza, pela economista-chefe, Lílian Severino, pelo superintendente adjunto, Felipe Mundim, e pela chefe de gabinete, Rebeca Falcão. A manifestação do órgão foi pedida pelo ministro do Tribunal de Contas da União, Antônio Anastasia, que analisa o processo de leilão do terminal na Corte de Contas.

Há a expectativa de que o ministro Anastasia apresente seu relatório sobre a proposta de concessão do Tecon Santos 10 entre o final deste mês e o início do próximo. As considerações do TCU serão seguidas pelo Ministério de Portos e Aeroportos na elaboração do edital da concessão, como já adiantou o ministro Silvio Costa Filho. Ele acredita que conseguirá realizar o pregão para o arrendamento do terminal em dezembro deste ano - mais precisamente entre os dias 15 e 18.

Durante o processo de avaliação sobre a proposta do leilão, a equipe do TCU vem considerando várias posições. A Antaq propôs que a concessão ocorra com restrições à participação de empresas que já atuam no segmento de contêineres do Porto de Santos. Já o Ministério da Fazenda considerou que a disputa deve ser aberta a todo o mercado e, caso a empresa vencedora já conte com um arrendamento de terminal, ela terá de realizar seu desinvestimento, ou seja, abrir mão do ativo.

Projeto

O Tecon Santos 10 deve se tornar o maior arrendamento portuário em volume de investimentos já previsto no Brasil. O megaterminal, projetado para aumentar em até 50% a movimentação de contêineres no Porto de Santos, busca atender à crescente demanda do setor. O investimento esmado é de R\$ 6,45 bilhões, com capacidade para movimentar até 3,5 milhões de TEU — unidade padrão equivalente a um contêiner de 20 pés — por ano. O projeto prevê quatro berços de atracação, aptos a receber os maiores navios em operação no mundo, e deve garantir mais de 3 mil empregos diretos, desde a fase de obras até o início das atividades.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 25/09/2025

REGIÃO SUDESTE - TRÊS EMPRESAS APRESENTAM PROPOSTAS PARA INSTALAR O VTMS DO PORTO DE SANTOS

Sistema promete monitorar em tempo real o tráfego de navios e aumentar a segurança da navegação no maior porto do país

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebene.com.br



Segundo a APS, o sistema VTMS será implementado em quatro locais, sendo eles: Ilha da Moela, Morro do Tejereba, em Guarujá, topo da Serra do Mar e Ilha Barnabé, em Santos

Três empresas apresentaram propostas no processo de licitação que prevê a implementação do VTMS — Sistema de Gerenciamento e Informações do Tráfego de Embarcações —, no Porto de Santos (SP). A tecnologia será instalada em diversos pontos do Porto Organizado e vai otimizar o tráfego de embarcações no principal porto do país.



Em sessão pública realizada no auditório da Autoridade Portuária de Santos (APS) na última segunda-feira, 22 de setembro, foram entregues as propostas de avaliação técnica e de preço à comissão de licitações da companhia.

Entregaram as propostas as seguintes empresas: Atech Negócios em Tecnologias; Consórcio Portulano; e Consórcio VTMISS Santos.

Segundo explicou a APS, nesta primeira fase foram abertos os envelopes contendo as propostas técnicas para o projeto, que posteriormente serão analisadas pela comissão técnica da Autoridade Portuária. Os envelopes contendo as propostas de preço seguirão lacrados com a equipe responsável.

Finalizada a análise das propostas técnicas, o julgamento será disponibilizado no site do Porto de Santos. Após esta etapa, serão abertas as propostas de preços das concorrentes, para definição do vencedor do processo licitatório.

A data da abertura dos envelopes, conforme explicou a APS, ocorrerá em data ainda a ser divulgada pela companhia.

O projeto

O VTMISS é um importante projeto e bastante aguardado pela comunidade portuária de Santos, e faz parte do pacote tecnológico da atual gestão da APS.

O sistema será implementado em quatro locais, sendo eles: Ilha da Moela, Morro do Tejereba (Guarujá), topo da Serra do Mar e Ilha Barnabé (Santos). Serão realizadas obras de infraestrutura para adequar todo aparato e equipamento necessário para o VTMISS, que incluem torres, instalação de radar marítimo, equipamentos meteorológicos, câmeras eletro-ópticas.

Segundo a Autoridade Portuária, as imagens geradas serão apresentadas, em tempo real, em um Centro Operacional que será instalada na própria sede da APS, que terá a capacidade de interagir com o tráfego de embarcações e responder a todas as situações, desde a aproximação dos navios, áreas de fundeio, canal de acesso e terminais privados.

O VTMISS Santos também compartilhará dados para apoiar as operações da Polícia Marítima (Nepom-PF), Marinha do Brasil, Receita Federal, entre outros aliados na prevenção e repressão aos ilícitos contra navios e instalações portuárias. O sistema consegue detectar e identificar, em tempo real, embarcações suspeitas ou não autorizadas a navegar na área marítima do Porto organizado.

A expectativa da Autoridade Portuária é que as obras para o VTMISS tenham início no começo de 2026.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/09/2025

REGIÃO NORDESTE - EDITAL PARA RETOMADA DA TRANSNORDESTINA EM PE SAI EM OUTUBRO

Ministro Renan Filho garante continuidade do trecho SPS-4 e destaca impacto econômico e geração de empregos na região

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A publicação do edital para retomada das obras da Transnordestina em Pernambuco já tem data definida. O ministro dos Transportes, Renan Filho, confirmou na quarta-feira (24) que a Infra S.A. lançará, até 30 de outubro, o edital para a continuidade das obras do lote SPS-4 da ferrovia, que liga os municípios de Custódia e Arcoverde, no Sertão, em um trecho de 73 quilômetros de extensão.

O anúncio foi feito durante reunião com prefeitos pernambucanos. Segundo o ministro, o investimento previsto para a obra é de R\$ 200 milhões. Ele lembrou que a região está sem frentes de trabalho há mais de uma década. “Há mais de 10 anos não ocorriam obras na região. A Infra S.A. publicará o edital até o dia 30 de outubro para dar continuidade às obras, com o objetivo de entregar esse trecho, gerar emprego e movimentar a economia local”, disse.



Segundo o Ministério dos Transportes, o trecho da ferrovia que vai de Salgueiro a Fortes já tem 179 quilômetros concluídos, o que representa 38% do total da obra em Pernambuco

De acordo com dados do Ministério dos Transportes, o trecho da ferrovia que vai de Salgueiro a Fortes já tem 179 quilômetros concluídos, o que representa 38% do total da

obra em Pernambuco. A retomada das obras da Transnordestina, que integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), é tratada pelo governo federal como prioridade. Para o ministro, o projeto vai além da questão logística. “Os municípios precisam estar preparados para receber esses investimentos, que terão impacto direto na vida da população local”, afirmou.

Além da confirmação do edital, o ministro Renan Filho anunciou que a Infra S.A. iniciará estudos para implantação de um porto seco com hubs logísticos no Sertão e no Agreste de Pernambuco. As estruturas estão previstas para a região de Salgueiro e para os municípios de Quipapá e Agrestina.

O anúncio contou com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, que destacou a relevância do projeto para o estado e para a operação do Porto de Suape. “Esse investimento abre uma nova janela de oportunidades para Suape, que poderá atender não só Pernambuco, mas também estados vizinhos, como Ceará e Piauí, integrando-se ainda à Ferrovia Norte-Sul”, disse.

O porto seco funcionará como um terminal intermodal para ferrovias e rodovias, conectado a um porto marítimo. As instalações poderão incluir áreas de armazenagem e manutenção de mercadorias. Segundo especialistas do setor, esse tipo de estrutura contribui para reduzir custos logísticos e aliviar a pressão sobre os terminais alfandegários nos portos marítimos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/09/2025

REGIÃO NORTE - GOVERNO CONFIRMA CAPACIDADE DE BELÉM PARA SEDIAR A COP30

Ministro Rui Costa destaca investimentos em infraestrutura, turismo e saneamento, e anuncia medidas legais contra preços abusivos

Da Redação redacao.jornal@redebene.com.br



O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que a COP30 será o início de um novo ciclo de desenvolvimento para a capital paraense, com impactos duradouros para a população

O Governo Federal avaliou na quarta-feira (24) que Belém (PA) possui estrutura adequada e preços compatíveis para receber a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), que será realizada em novembro. Integrantes da comitiva federal visitaram hotéis, residências, portos e áreas de

eventos na cidade para constatar a capacidade de receber delegações internacionais e delegados.



MUITO SE FALOU NAS ÚLTIMAS SEMANAS, E HOUVE QUEM DEFENDESSE A RETIRADA DA COP DE BELÉM EM FUNÇÃO DE UMA SUPOSTA ESCASSEZ DE LEITOS. EU VIM AQUI DEMONSTRAR QUE HÁ IMÓVEIS DE EXCELENTE QUALIDADE, A PREÇOS COMPATÍVEIS COM O PADRÃO INTERNACIONAL, DISPONÍVEIS PARA ALUGUEL”

RUI COSTA
ministro-chefe da Casa Civil

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que o evento será o início de um novo ciclo de desenvolvimento para Belém, com impactos duradouros para a população. “Nós fizemos uma grande mobilização com a criação de uma plataforma virtual para que os proprietários possam disponibilizar seus imóveis para alugar durante a COP”, destacou. A plataforma, criada com apoio do governo do Estado do Pará, limitará diárias a US\$ 600, conforme reforçou o ministro: “Acima disso, nós não colocamos e não colocaremos na plataforma”.

NO TOTAL, MAIS DE R\$ 4 BILHÕES FORAM INVESTIDOS PELO GOVERNO FEDERAL NA PREPARAÇÃO DO EVENTO, GARANTINDO MELHORIAS URBANAS, RENOVAÇÃO DE INFRAESTRUTURA, REQUALIFICAÇÃO VIÁRIA E AVANÇOS AMBIENTAIS

Em entrevista coletiva no Parque da Cidade, que será palco das negociações e cuja estrutura está 99% concluída, Rui Costa destacou a importância de desconstruir críticas sobre a capacidade da cidade de receber o evento. “Muito se falou nas últimas semanas, e houve quem defendesse a retirada da COP de Belém em função de uma suposta escassez de leitos. Eu vim aqui demonstrar que há imóveis de excelente qualidade, a preços compatíveis com o padrão internacional, disponíveis para aluguel”, afirmou. Ele reconheceu, no entanto, que alguns empreendimentos hoteleiros estão praticando preços considerados abusivos e adiantou que medidas legais serão discutidas ainda nesta semana.

A comitiva visitou também o Porto de Outeiro, que receberá dois navios de cruzeiro adaptados como hotéis flutuantes para delegações da conferência. Rui Costa destacou que o investimento terá impacto duradouro: “Esse é um grande investimento e um grande legado que ficará para Belém e para o Pará. O porto passará a ser um novo vetor do turismo, entrando na rota dos transatlânticos turísticos”.

Segundo o ministro, a COP30 também impulsiona investimentos em obras de macrodrenagem e esgotamento sanitário, com recursos do Governo Federal em parceria com o Estado. “Todas as obras de canais receberam muitos investimentos para evitar alagamentos. Juntamente com essas macrodrenagens e esses canais, estamos realizando o esgotamento sanitário”, detalhou.

As visitas incluíram a Vila Líderes, com 90% das obras concluídas, que será utilizada como sede administrativa do governo estadual após a conferência. O Aeroporto Internacional de Belém já apresenta 95% de execução, e a revitalização do Porto Futuro 2 está 99% concluída. No total, mais de R\$ 4 bilhões foram investidos pelo Governo Federal na preparação do evento, garantindo melhorias urbanas, renovação de infraestrutura, requalificação viária e avanços ambientais.

Participaram das agendas a vice-governadora e presidente do Comitê Estadual da COP30, Hana Ghassan; o ministro do Turismo, Celso Sabino; a secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior; o secretário extraordinário para a COP30, Valter Correia; além de outras autoridades estaduais.

Abusos de preços

Sobre hospedagens com valores considerados excessivos, Rui Costa informou que já há tratativas com a Advocacia-Geral da União. “Nós vamos acionar juridicamente, buscando trazer esses preços para o patamar da razoabilidade. Não é correto, não é justo que hotéis — inclusive alguns que utilizam prédios públicos e que acessaram recursos subsidiados — estejam cobrando valores

estratosféricos”, afirmou. O ministro acrescentou que medidas judiciais serão adotadas caso não haja acordo com os proprietários.

Rui Costa ressaltou a importância de que os preços reflitam a imagem que se deseja projetar internacionalmente. “A COP não é o fim, é o começo. É como se fosse um cartão de visita que estamos entregando ao mundo. Se a imagem ao final da COP for a de que em Belém se praticam preços abusivos, impossíveis de serem pagos por qualquer pessoa comum, o grande legado da COP não será positivo. E qual é o grande legado? A imagem de um povo acolhedor, caloroso, com uma culinária maravilhosa. É isso que queremos deixar para que o mundo inteiro tenha curiosidade de conhecer a Amazônia e a cidade que sediou a COP30”, concluiu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/09/2025

BRASIL EXPORT - NORTE EXPORT DEBATE LOGÍSTICA, TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E INFRAESTRUTURA

Autoridades e especialistas se reúnem em Belém para discutir modernização de terminais, uso do espelho d’água, concessões e descarbonização do transporte

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



As atividades serão abertas pela manhã, com a visita técnica de uma comitiva liderada pelo Brasil Export ao Aeroporto Internacional de Belém, que já se prepara para a COP30

Belém (PA) recebe nesta quinta e sexta-feira (25 e 26) o Norte Export 2025, último fórum regional do ano promovido pelo Grupo Brasil Export. O evento reúne autoridades, empresários e especialistas para discutir os principais desafios da infraestrutura na região, com

painéis sobre terminais portuários, operações de gás e combustíveis, transição energética, uso do espelho d’água em operações de carga e soluções para agilizar investimentos em hidrovias, rodovias e ferrovias. Toda a programação será transmitida ao vivo pela TV BE News, no canal do YouTube (@tv_benews).

As atividades do Norte Export serão abertas pela manhã, com a visita técnica de uma comitiva liderada pelo Brasil Export ao Aeroporto Internacional de Belém. O terminal se prepara para a COP30, a conferência da ONU sobre mudanças climáticas.

O Inova Export começa às 9h, com presença de Fabrício Guimarães Julião, CEO do Grupo Brasil Export, e lideranças como Angelino Caputo (Abtra), Murillo Barbosa (ATP), Marcel Botelho (Fapespa), Daniel Pereira (Sindomar) e Evandro Pause (Ogmo Santos). Haverá debates sobre inovação aberta na infraestrutura, apresentação do HUB Brasil Export em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos, keynote sobre captação de recursos, painel sobre economia azul e pitches de startups.

À tarde, o painel do InfraESG discutirá crescimento sustentável na modernização de portos e aeroportos. Em seguida, o InfraJur abordará descarbonização do transporte aquaviário e o AFRMM. Às 16h, haverá debate sobre o PL 733 e o futuro do sistema portuário brasileiro.

O primeiro painel principal do fórum está marcado para as 17h15, com moderação de Leopoldo Figueiredo, diretor-geral da Rede BE News, e participação de Murillo Barbosa (ATP), Ricardo Sobreira Dias (Atem), Mariana Pescatori (Hidrovias do Brasil) e Dino Basta, secretário nacional de Hidrovias e Navegação. A noite terá sessão solene e coquetel de confraternização.



Na sexta-feira, a programação começa às 9h com painel sobre operações de gás e combustíveis, seguido de apresentação institucional do Banco da Amazônia. Às 10h45, será debatido o uso do espelho d'água em operações de carga, com enfoque jurídico e regulatório. A última mesa, ao meio dia, tratará de soluções para agilizar investimentos e concessões de hidrovias, rodovias e ferrovias na região, com representantes do governo federal, governo do Pará, CNT, Movimento Pró-Logística e Sudam.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 25/09/2025

BRASIL EXPORT - CONFIRA A PROGRAMAÇÃO DO NORTE EXPORT

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

Confira a programação do Norte Export

25 | SETEMBRO | HOJE

Opção 1: VISITA AO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BELÉM (limitada a 40 profissionais e preferencial para patrocinadores e conselheiros do Norte Export)

09h30 Saída do transporte oficial da FIEPA

10h00 Recepção no Aeroporto Internacional de Belém com chegada pelo Portão A

10h15 Visita ao Terminal de passageiros e welcome coffee em frente à área de desembarque internacional

11h00 Saída do Aeroporto pelo Portão E, embarque no transporte oficial e deslocamento até o Hotel Transamerica Executiva, recém instalado no complexo aeroportuário

11h30 Encerramento da visita

Opção 2: INOVA EXPORT

08h30 Credenciamento

09h00 Abertura e atividades do Inova Export

-Iniciativa tem como proposta principal conectar pessoas, ideias e soluções nos setores de infraestrutura, logística, agronegócio, portos, comércio exterior, energia e gás

Participação: Fabrício Guimarães Julião, CEO do Grupo Brasil Export; Angelino Caputo, Presidente-Executivo da Associação Brasileira dos Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA); Murilo Barbosa, Diretor-Presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP); Marcel Botelho, Diretor-Presidente da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA); Daniel Pereira, Presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Maranhão (SINDOMAR); Evandro Pausa, Diretor-Executivo do OGMO Santos; Demais autoridades e convidados

09h40 Painel: Inovação aberta e novos caminhos para a infraestrutura e logística na região Norte
 Moderação: Angelino Caputo, Presidente-Executivo da Associação Brasileira dos Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA)

Debatadores: Marcel Botelho, Diretor-Presidente da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA); Greicy Franzmann, Colfounder do Impact Hub Belém; José Bonifácio Sena, Diretor de Exportação da Native RFI; Carlos Zacca, Gestor da área de Infraestrutura, Portos e Navegação do escritório Fonseca Brasil Advogados; Aika Queiroz, Superintendente da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Belém

10h30 Conectando Horizontes: Ações que estão transformando o setor portuário e logístico no Brasil

-Apresentação institucional com as ações realizadas pelo HUB Brasil Export em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos

Palestrante: Karina Martins, Diretora-Executiva do HUB Brasil Export

10h40 Keynote | Do caos ao capital: estratégias de captação inteligente para o setor logístico
 Palestrante: Daniel Pereira, Presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Maranhão (SINDOMAR)

11h00 Intervalo

11h15 Painel: Economia Azul, inovação e sustentabilidade no uso dos recursos da Amazônia
 Moderação: Karina Martins, Diretora-Executiva do HUB Brasil Export

Debatadores: Caroline Souza, Diretora de Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do Instituto Federal do Pará; Roberto Vilhena, Professor do Instituto Federal do Pará - IFPA Campus Belém; Gilberto Nobumasa, CEO da Fortparacil; Daniel Pereira, Presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Maranhão (SINDOMAR)

12h00 Pitchs de startups

-Italo Freitas (CEO - Ludus Studio); Gilberto Nobumasa (CEO - Fortparacil); Bruno Ferreira (CEO - Eco Smart Group); Leonardo Márynes (CEO - Ondrone); Tatiana Iamamoto (CEO - Amazon Rhair); Bruno Kato (CEO & Founder - Horta da Terra)

12h20 Encerramento do Inova Export

14h00 Painel do InfraESG, uma iniciativa da ANTT em parceria com o Grupo Brasil Export, o Ministério dos Transportes e a CNT

Temas: O desafio de conciliar crescimento e sustentabilidade na modernização de portos e aeroportos

Moderação: Níria Bianco, Diretora de Inteligência de Mercado do Grupo Brasil Export

Debatadores: Thairnyne Oliveira, Secretária-Executiva Adjunta do Ministério dos Portos e Aeroportos; Filipe Sampaio Cunha, Presidente do Instituto de Regulação, Inovação e Sustentabilidade (IRIS); Arthur Thiago Costa, Diretor Administrativo, Financeiro e Comercial da NOA Airports

14h45 Abertura do InfraJur, Encontro Regional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes

15h00 Apresentação: Dra. Cristina Wadner, especialista em Direito Marítimo, Portuário, Aduaneiro e Direito Processual Civil com 25 anos de experiência na área, além de pós-graduação em Direito Internacional pela PUC/PR

Temas: Descarbonização no transporte aquaviário

15h15 Dinâmica: Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM)

Apresentação: Samara da Silva Gualberto, Advogada e Especialista em Logística Portuária e Direito Marítimo na Advocacia Ruy de Mello Miller

Comentários: José Rebelo III, Presidente da Associação para Desenvolvimento da Navegação Interior (ABANI)

16h00 Painel: PL 733 e o futuro do sistema portuário brasileiro
 Debatadores: Celso Paes, Coordenador Científico do Conselho Jurídico do Brasil Export; Sergio Aquino, Presidente a Federação Nacional as Operações Portuárias; Renato Borges, Gerente Regulatório da Hidrovias do Brasil; Sandra Silva, Gerente Jurídica da Cargill

16h45 Intervalo

17h15 Painel: Desafios e oportunidades para os terminais da região Norte
 Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Debatadores: Murilo Barbosa, Diretor-Presidente da ATP; Ricardo Sobreira Dias, Diretor da ATEM; Mariana Pescatori, Diretora Regulatória e Institucional da Hidrovias do Brasil; Dino Batista, Secretário Nacional de Hidrovias e Navegação

18h00 Sessão solene com autoridades convidadas: Fabrício Guimarães Julião, CEO do Grupo Brasil Export; René de Oliveira e Sousa Júnior, Secretário da Fazenda do Estado do Pará, neste ato representando o governador Helder Barbalho; Dino Batista, Secretário Nacional de Hidrovias e Navegação do Ministério e Portos e Aeroportos; Marcos Antônio Ferreira das Neves, Subprocurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Pará; Jardel Rodrigues da Silva, Diretor-Presidente da Companhia Docas do Pará; Clóvis Carneiro, Vice-Presidente Executivo da FIEPA; Rui Marques Lourenço, Diretor-Presidente do SINDOPAR; José Roberto Campos, Presidente do Conselho Nacional do Brasil Export; Sergio Aquino, Presidente do Conselho do Norte Export; Elizabeth Grunwald, Presidente da Associação Comercial do Pará; Marco Mendes, Secretário de Indústria, Comércio e Tecnologia da Prefeitura de Barcarena; Felipe Carnevalle, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Barcarena; Níbia Regina de Oliveira Ferreira, Presidente da Associação Empresarial de Barcarena; Vice-Almirante Adriano Marcelino Batista, Comandante do 4º Distrito Naval

19h30 Coquetel de confraternização

26 | SETEMBRO | SEXTA-FEIRA

08h30 Credenciamento

09h00 Painel: Operações de gás, combustíveis e a transição energética em portos e terminais da região Norte
 Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Debatadores: Antônio Batista Ribeiro Neto, Diretor de Atração de Investimento da Agência Amapá; Helano Gomes, Vice-Presidente Executivo da Ultracargo; Jardel Rodrigues da Silva, Diretor-Presidente da Companhia Docas do Pará; Marcello Di Gregório, Diretor da Super Terminais; Rubens Carqueira Freitas, Especialista em Regulação da ANP; Thiago Lemgruber, Diretor da Hidrocean

10h00 Apresentação do Banco da Amazônia

10h15 Intervalo

10h45 Painel: Aperfeiçoamento do uso do espelho d'água em operações de carga e seus desdobramentos
 Moderação: Níria Bianco, Diretora de Inteligência de Mercado do Grupo Brasil Export

Debatadores: Fernanda Araújo, Gerente Jurídica da Companhia Docas do Pará; Renato Freitas, Superintendente da Transglobal; Thiago Miller, Sócio da Ruy de Mello Miller Advocacia; Adalberto Tokarski, Presidente da ADECON

12h00 Painel: Soluções para agilizar investimentos e concessões de hidrovias, rodovias e ferrovias na região Norte
 Moderação: Bruno Merlin, Diretor de Comunicação do Grupo Brasil Export

Debatadores: Dino Batista, Secretário Nacional de Hidrovias e Navegação do Ministério e Portos e Aeroportos; Danielle Bernardes, Gerente-Executiva da Confederação Nacional do Transporte (CNT); Adier Garcley Almeida da Silveira, Secretário de Infraestrutura e Logística do Estado do Pará; Edson Vaz Ferreira, Presidente do Movimento Pró-Logística de Mato Grosso; Wilson Luiz Alves Ferreira, Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos da SUDAM

13h00 Encerramento

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 25/09/2025

OPINIÃO – COMUNICAÇÃO - VOCÊ MERECE A VERDADE



LIZ CORBIN

diretora de Notícias da União Europeia de Radiodifusão (UER),
opiniao@portalbenews.com.br



VINCENT PEYRÈGNE

CEO da Associação Mundial de Editores de Notícias (Wan-Iffra, na sigla em inglês)

Todos nós queremos entender o mundo ao nosso redor. Talvez queiramos mais clareza sobre a guerra em Gaza, ou o que nosso governo está fazendo sobre a assistência médica da qual nossa família depende. Pode ser algo tão simples como as mudanças em uma linha de ônibus que afetarão



nosso trajeto diário. Não importa o quão importante ou trivial seja o assunto, temos o direito a notícias em que podemos confiar.

Todos nós já passamos por isso, navegando pelo feed, vendo um clipe impressionante ou uma história chocante que precisa ser compartilhada. Mas agora temos que questionar constantemente o que é real e o que é uma criação de inteligência artificial.

As informações geradas por AI são tão convincentes hoje e moldam tanto a informação que consumimos que corremos o risco de não conseguir mais confiar em nada. E a desconfiança é o combustível que alimenta teorias da conspiração, a polarização social e o desengajamento democrático.

Na realidade, a integridade do que chamamos de 'noticias' está sendo erodida pelas ferramentas que deveriam nos ajudar a entender o mundo.

Neste Dia Mundial do Jornalismo, queremos enfatizar que o público tem direito aos fatos que os jornalistas profissionais e as organizações para as quais trabalham mundialmente se comprometem a encontrar, corroborar e compartilhar.

No entanto, as empresas de tecnologia que constroem sistemas de IA que milhões de pessoas usam diariamente estão falhando em sua responsabilidade para com a verdade.

Uma pesquisa original realizada este ano pela BBC descobriu que metade das respostas geradas por IA para perguntas relacionadas a notícias omitiram detalhes importantes e cometeram outros erros cruciais.

Os assistentes de IA que eles testaram consistentemente produziram fatos confusos, citações fabricadas ou mal atribuídas, informações descontextualizadas ou reportagens parafraseadas sem crédito. E daí?

IA é útil e economiza tempo, vai melhorar, podemos viver com os erros. Exceto que não estamos falando de uma receita de bolo ou recomendações de férias. A democracia está em jogo, porque uma sociedade sem um entendimento comum do que é verdade não pode fazer escolhas informadas. E indivíduos que confiam em uma distorção enganosa do jornalismo originalmente independente e preciso correm o risco de se perderem em um pântano tóxico de meias-verdades e manipulação de má-fé.

Isso não é uma paranoia abstrata e distante. A internet já está inundada de falsificações sintéticas projetadas para enganar, gerar cliques e promover interesses particulares. Vozes, rostos e manchetes gerados por IA estão degradando o ecossistema de informações, muitas vezes sem procedência ou responsabilidade claras.

Enquanto isso, o trabalho de jornalistas que servem ao interesse público, especialmente na mídia local, regional e independente, está sendo extraído sem permissão, reempacotado algorítmicamente e redistribuído sem crédito ou compensação.

Esse fenômeno é, sem dúvida, mais pernicioso do que as deepfakes gritantes e ultrajantes que todos vimos, porque as imprecisões são sus, plausíveis e mais propensas a enganar. Estamos testemunhando a sabotagem das notícias em que precisamos poder confiar, e isso está esgotando as já escassas reservas de confiança pública.

Então, o que pode ser feito?

A União Europeia de Radiodifusão e a WAN-IFRA, juntamente com um coletivo em rápido crescimento de outras organizações que representam milhares de jornalistas profissionais e redações em todo o mundo, estão pedindo mudanças urgentes na forma como os desenvolvedores de IA interagem com as notícias e as pessoas que as produzem.



Muitas das emissoras e editoras de notícias que representamos estão usando a IA de forma responsável para aprimorar seu jornalismo sem comprometer a integridade editorial, como através da automação de tradução, ajudando a detectar desinformação ou personalizando o conteúdo. Elas estão cientes de que a implantação dessas ferramentas deve ser baseada em princípios, deve ser transparente e cuidadosamente gerenciada.

É por isso que estamos apresentando cinco requisitos claros para as empresas de tecnologia de IA. Esses requisitos não são radicais; são padrões realistas e de bom senso que qualquer desenvolvedor de tecnologia ética pode e deve adotar:

1. Nenhum conteúdo sem consentimento. Os sistemas de IA não devem ser treinados com conteúdo de notícias sem permissão. Esse conteúdo é propriedade intelectual criada por meio de trabalho rigoroso e confiança pública. A extração não autorizada é um roubo que mina ambos.

2. Respeitar o valor. O jornalismo de alta qualidade é caro de produzir, mas vital para o bem-estar da sociedade. As ferramentas de IA que se beneficiam desse trabalho devem compensar seus criadores de forma justa e de boa-fé.

3. Ser transparente. Quando o conteúdo gerado por IA se baseia em fontes de notícias, essas fontes devem sempre ser claramente citadas e vinculadas a sua origem, porque a precisão e a atribuição importam. Temos o direito de saber de onde a informação veio e se ela difere do original.

4. Proteger a diversidade. As ferramentas de IA devem amplificar o jornalismo pluralista, independente e de interesse público. Um ambiente de informação robusto e saudável exige uma representação diversificada de vozes.

5. Trabalhar conosco. Convidamos as empresas de IA a iniciar um diálogo sério e focado em soluções com a indústria de notícias. Juntos, podemos desenvolver padrões para precisão, segurança e transparência, mas apenas se as empresas de tecnologia virem os jornalistas como parceiros, e não como fornecedores de dados gratuitos para serem extraídos e monetizados.

Consideramos isso um desafio cívico que afeta cada pessoa que depende de informações confiáveis para tomar decisões sobre sua vida, formar opiniões confiáveis ou decidir em quem votar.

As empresas de tecnologia falam muito sobre confiança, mas a confiança não é construída com palavras. Estamos pedindo aos líderes da revolução da IA que lidem com este problema agora. Eles têm o poder de moldar o futuro da informação, mas ainda não os vemos levando a sério as perigosas deficiências de suas ferramentas e os seus potenciais consequências.

Sem uma ação corretiva urgente, a IA não apenas distorcerá as notícias — ela destruirá a capacidade do público de confiar em qualquer coisa e em qualquer pessoa, o que será uma notícia desastrosa para todos nós.

Este artigo foi encomendado para marcar o Dia Mundial do Jornalismo, uma campanha da indústria jornalística para destacar o valor do jornalismo e que conta com o apoio e a participação dos veículos da Rede BE News.

AS INFORMAÇÕES GERADAS POR AI SÃO TÃO CONVINCENTES HOJE E MOLDAM TANTO A INFORMAÇÃO QUE CONSUMIMOS QUE CORREMOS O RISCO DE NÃO CONSEGUIR MAIS CONFIAR EM NADA. E A DESCONFIANÇA É O COMBUSTÍVEL QUE ALIMENTA TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO, A POLARIZAÇÃO SOCIAL E O DESENGAJAMENTO DEMOCRÁTICO



BAHIA ECONÔMICA - BA

CÂMARA APROVA TRANSFERIR CAPITAL DO BRASIL PARA BELÉM DURANTE COP30

Por Victoria Isabel - 25/09/2025 16:58



Foto:Rafa Neddermeyer/COP30 Brasil Amazônia/PR

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta quinta-feira (25), projeto de lei (PL) que determina a transferência simbólica da capital do Brasil para Belém (PA) entre os dias 11 e 21 de novembro, enquanto durar a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30).

O texto agora segue para análise do Senado. De autoria de deputada Duda Salabert (PDT-MG), o PL 358 de 2025 permite a transferência dos poderes Executiva, Legislativo e Judiciário de Brasília para a capital paraense.

Com isso, os atos e despachos do presidente da República e dos ministros de Estados assinados no período da COP30 serão datados na cidade de Belém. Segundo Salabert, a transferência permite maior interlocução entre autoridades brasileiras e estrangeiras.

“Essa medida demonstraria o compromisso do governo e do Parlamento brasileiro com as questões ambientais e a necessidade de encontrar soluções efetivas para um problema que afeta todo o planeta”, escreveu a parlamentar ao submeter o projeto na Câmara.

O relator do PL em plenário, deputado José Priante (MDB-PA), por sua vez, apontou que essa medida não é inédita, uma vez que a capital foi transferida para o Rio de Janeiro (RJ) em 1992, durante a Rio 92, que foi a primeira conferência da ONU sobre clima.

“Isso retrata a importância de que todos os brasileiros possam, nesse momento, através desse gesto da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, reconhecer o simbolismo desse evento no coração da Amazônia”, justificou Priante.

Foram 304 votos favoráveis e 64 contrários. Apenas o partido Novo e a liderança da oposição se posicionaram contrários ao texto.

“A transferência da capital, mesmo sendo simbólica, envolve pagamento de aluguel de veículos, aluguel de local, despesa com TI [Tecnologia da Informação]”, disse o deputado Luiz Lima (Novo-RJ).

De acordo com o texto, o Executivo regulamentará a Lei, estabelecendo as medidas administrativas, operacionais e logísticas necessárias à transferência temporária da sede do governo federal.

Fonte: Bahia Econômica
Data: 25/09/2025

NOVONOR, EX-ODEBRECHT, TEVE PREJUÍZO DE R\$ 16,9 BILHÕES EM 2024 E QUER AO MENOS 5% DA BRASKEM PARA SAIR DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Redação - 24/09/2025 17:35 - Atualizado 25/09/2025



A Novonor, ex-Odebrecht, está em recuperação judicial desde 2019 e em 2024, a companhia registrou um prejuízo de R\$ 16,9 bilhões. A dívida bruta consolidada da empresa soma R\$ 110,8 bilhões. Desse total, cerca R\$ 46 bilhões vêm da dívida corporativa da Braskem, já que a holding ainda é formalmente sua controladora. Sem ela, o passivo da Novonor ficaria mais próximo de R\$ 65 bilhões.

A recuperação judicial da Novonor foi aprovada pelos credores em meados de 2020 em um modelo que juntou no mesmo processo dezenas de empresas da antiga Odebrecht, misturando ativos e passivos em um único bolo.

Mas sem a Braskem, o plano de recuperação não tem combustível para se manter, por isso a empresa quer manter pelo menos 5% do controle da petroquímica.

A participação é considerada estratégica: essas ações poderiam ser usadas como garantia em novas operações ou mesmo para dar acesso a linhas de crédito.

Além da Braskem, a Novonor ainda controla um conjunto de empresas, mas nenhuma delas tem escala para sustentar a reestruturação. A Odebrecht (também conhecida como OEC), braço de engenharia pesada, voltou a conquistar contratos e fechou 2024 com uma carteira de obras contratadas de cerca de US\$ 3,9 bilhões, distribuída em 31 projetos — 21 no Brasil e 10 no exterior.

Entre eles estão linhas de transmissão de energia, obras de saneamento em capitais nordestinas e contratos de infraestrutura em Angola e nos Estados Unidos, além de negociações para atuar na Guiana. O avanço comercial, porém, não foi suficiente para aliviar o peso do passivo: em junho de 2024, a companhia pediu uma recuperação judicial própria, com dívidas de US\$ 4,6 bilhões.

Nesta semana, a OEC deu mais um passo na tentativa de retomar espaço em grandes obras públicas ao se habilitar e disputar a licitação dos três lotes da Linha 19 do Metrô de São Paulo. A empreiteira apresentou propostas de R\$ 5,24 bilhões, R\$ 6,7 bilhões e R\$ 6,9 bilhões, respectivamente, para realizar as obras, concorrendo com empresas como Andrade Gutierrez e Power China. O resultado dos certames, que vão avaliar o valor da proposta e a capacidade técnica das empresas, sairá nos próximos meses.

No setor imobiliário, o grupo tem a OR, enquanto a recém-criada Nova Infra Invest nasceu para atuar em concessões de transporte, energia e saneamento. Há também iniciativas no setor de defesa (ICN) e a Supervia no Rio de Janeiro. Com informações da InvestNews.

Fonte: *Bahia Econômica*
Data: 25/09/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

BRASIL PODE ACENAR COM TERRAS-RARAS E DATA CENTER EM NEGOCIAÇÃO COM OS EUA; SETOR PRIVADO ENTRARIA COM INVESTIMENTO

Lula diz que minerais críticos estão na mesa com qualquer nação do mundo, mas país não quer ser apenas exportador

Por Eliane Oliveira, Ivan Martínez-Vargas, João Sorima Neto e Leticia Messias — Brasília, São Paulo e Nova York



O presidente Donald Trump chega para discursar na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) — Foto: SPENCER PLATT / GETTY IMAGES NORTH AMERICA / Getty Images via AFP

Diante da disposição do presidente Donald Trump para um encontro com Luiz Inácio Lula da Silva para tratar do tarifaço, governo e setor privado brasileiro já trabalham em um cardápio de itens que podem entrar em negociação. A lista de produtos que despertam interesses comerciais nos Estados Unidos vai desde automóveis até filmes de Hollywood, de biocombustíveis a tecnologia da informação, de carnes a minerais críticos e terras-raras.

Em conversas reservadas, empresários avaliam que a disposição ao diálogo pode ser o primeiro passo para rediscutir as relações comerciais entre os dois países, desde que Trump impôs um tarifaço de 50% a produtos brasileiros. O governo brasileiro quer ampliar as exceções à tarifa para itens como frutas, café, carnes, máquinas e equipamentos, calçados e pescados.

O empresariado ainda mostra ceticismo quanto à possibilidade de redução de tarifas, embora avalie que o encontro ajuda a restabelecer canais diplomáticos. O Brasil tem a oferecer investimentos nos EUA, que criam empregos e oportunidade de negócios. E pode colocar na mesa de negociação minerais críticos, data centers e energia renovável.

Indagado a respeito do que está na mesa de negociação, o presidente Lula afirmou ontem que não poderia antecipar a conversa antes de ela começar. Mas mostrou otimismo e disse que vai respeitar Trump como presidente dos EUA e que será respeitado como presidente do Brasil:

— O Trump faz 80 anos em junho do ano que vem. Eu faço em outubro deste ano. Portanto, sou mais velho do que ele. Somos dois homens de 80 anos, e não tem que ter brincadeira (...). Acho que vamos conversar como dois seres humanos civilizados, não tem espaço para brincadeiras.

Em Nova York: 'Acho que pintou uma química mesmo', diz Lula sobre encontro com Trump na ONU
Interlocutores do governo brasileiro avaliam que o Brasil está em uma situação mais confortável do que há dois meses para uma negociação, porque os dados econômicos mostraram estrago nas exportações brasileiras menor do que o inicialmente imaginado após o tarifaço.

Lula não descartou um encontro presencial. Não há restrição a temas, mas afirmou que soberania e democracia são inegociáveis, ou seja, a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro pelo Supremo Tribunal Federal (STF) não será colocada sobre a mesa.

— Obviamente eu vou colocar na mesa os problemas sob a ótica do Brasil, e ele vai colocar da ótica dos EUA. Uma conversa começa assim — diz Lula. — Se Trump está preocupado com o trabalho do povo americano, é um direito dele. Se acha que é preciso taxar um ou outro produto (para) evitar muitos produtos estrangeiros nos EUA, é um direito dele. O que eu quero é que a gente debata isso na Organização Mundial do Comércio, para que a gente possa fortalecer o multilateralismo.

Dois maiores países

Lula reiterou a disposição para uma aproximação entre os dois países:

— Se nós somos as duas maiores economias e os dois maiores países do continente, não há porque de Brasil e Estados Unidos viverem momentos de conflito.



Segundo documento produzido pelo Representante do Escritório de Comércio dos EUA (USTR, na sigla em inglês), o Brasil impõe tarifas relativamente altas sobre importações em setores como automóveis, autopeças, tecnologia da informação e eletrônicos, produtos químicos, plásticos, máquinas industriais, pneus, equipamentos médicos, carne suína, aço, têxteis e vestuário. Pedir mais abertura para esses bens no mercado brasileiro poderia entrar em um acordo.

O governo americano indicou que quer acesso aos minerais críticos e estratégicos do Brasil, como lítio, cobre, nióbio, cobalto e terras-raras. Ontem, Lula disse que o tema está na mesa para negociação com qualquer país.

A possibilidade de maior acesso existe, mas o governo brasileiro pretende exigir compensações, como investimentos no Brasil e transferência de tecnologia.

— Minerais críticos e estratégicos do Brasil são demandados em todo o mundo, inclusive pelos EUA, União Europeia e Ásia, além de essenciais para superar a crise climática — diz o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Raul Jungmann.

Redata pode ajudar

Um dos setores que acreditam ser possível um entendimento é o de data centers, que projeta chegar a 2027 com receita de US\$ 1,9 bilhão. A avaliação das empresas é que a aprovação da medida provisória (MP) que criou o Redata, regime especial de tributação para o segmento, atende às principais demandas da área e beneficia os clientes e fornecedores de equipamentos de alta tecnologia que operam no Brasil, que são americanos.

— O Redata é um motivo pra mostrar que o Brasil faz um ato que beneficia muito os EUA no Brasil. Os americanos são os grandes fornecedores dos hardwares instalados em todos os data centers. As operadoras de data center e grande parte do capital vêm dos EUA, são principalmente os americanos que investem no Brasil, e as maiores fornecedoras do setor são dos EUA — diz Renan Lima Alves, presidente da Associação Brasileira de Data Center (ABDC).

No setor aeronáutico, a Embraer, que ficou livre da tarifa adicional de 40% (os produtos serão taxados em 10%, a alíquota mínima), já havia anunciado investimentos de US\$ 500 milhões ao longo de cinco anos para ampliar sua fábrica em Melbourne, na Flórida, onde fabrica jatos executivos, como os modelos Phenom e Legacy. Lá, a Embraer tem 3 mil funcionários e pode abrir mais 2,5 mil vagas com a ampliação.

Outros US\$ 500 milhões podem ser investidos para montar nos EUA o avião multimissões KC-390, caso a aeronave seja escolhida pela Força Aérea americana.

Reaproximação estratégica

Em missão aos EUA, no início de setembro, organizada pela Confederação Nacional da Indústria, 130 empresários e representantes de associações se reuniram com empresas e autoridades do comércio dos EUA. Os setores estratégicos listados foram minerais críticos e terras-raras, energia renovável e data centers.

“Essa reunião entre os presidentes pode representar uma oportunidade de reaproximação estratégica, capaz de reduzir barreiras, ampliar a cooperação”, afirmou Ricardo Alban, presidente da CNI, em nota.

No caso da carne bovina, cresceu a esperança entre exportadores de que o tarifaço possa ser revisto. Esse foi o mote de uma videoconferência entre produtores na noite de terça-feira. A expectativa é que os 40% de tarifa adicional possam ser revogados. O Brasil exporta carne bovina magra para os americanos, usada em hambúrgueres. Os EUA produzem esse tipo de carne, mas a marmoreada, com maior teor de gordura. O argumento do setor é que a carne brasileira não concorre com a produção local, são produtos complementares.

O setor de carne lembra que empresas brasileiras, como a JBS, maior processadora de carne do mundo, fazem grandes investimentos e abrem empregos nos EUA. Embora as exportações de carne bovina da JBS representem cerca de 1% da receita da JBS Brasil, pelo menos 50% da receita da JBS Global já vêm dos EUA. Só este ano, a JBS USA vai investir US\$ 830 milhões nos EUA, para expandir e construir fábricas de produtos processados (como linguiça e bacon).

O setor de café diz que a abertura ao diálogo é positiva.

— A química entre os dois foi encontrada, vamos conferir a reunião. Mas isso revela o quanto o café e a carne são sensíveis em relação à inflação americana — diz Pavel Cardoso, presidente da Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic).

*Com reportagem de Letícia Messias realizada durante a Dag Hammarskjöld Fellowship

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 25/09/2025

A RECEITA DO SETOR PRIVADO PARA O BRASIL NEGOCIAR COM TRUMP: REDUZIR RESISTÊNCIAS EM TEMAS SENSÍVEIS

Visão é de que Brasil tem de buscar oportunidades. Segundo interlocutores, lobby bolsonarista perdeu força nos EUA

Por *Janaína Figueiredo* — Rio



Amostras de solo em um projeto de terras-raras em Minas Gerais — Foto: Victor Moriyama/Bloomberg

Uma eventual negociação entre o Brasil e os Estados Unidos de Donald Trump implicaria vários desafios para o governo Lula, que, como mostram recentes pesquisas, conseguiu capitalizar positivamente o embate com o republicano após o tarifaço de julho.

Embora haja divergências no governo brasileiro sobre o tema, há dois elementos que o Brasil poderia levar à mesa

de negociações que são do interesse de Trump: minerais críticos e regulação das big techs. Interlocutores do setor privado que têm conversado com integrantes do governo Lula argumentam que o Brasil deveria ver em ambos os casos uma oportunidade, não um problema.

No caso das terras-raras, frisou uma dessas pessoas, o Brasil detém um terço das reservas do mundo, mas apenas 2% da produção global.

Relutância no governo

Uma hipotética parceria com os EUA, que poderiam entrar com investimentos em troca de acesso privilegiado, é vista como positiva por esses interlocutores, que têm ido a Brasília conversar sobre o assunto com representantes do governo Lula, congressistas e empresários. Eles admitiram que importantes alas do governo — especialmente do PT — veriam esse movimento quase como uma concessão de soberania aos americanos.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já disse que poderiam ser retomadas tratativas de parcerias que vinham sendo negociadas com o governo anterior, de Joe Biden, entre elas sobre bicompostíveis e minerais críticos. Trata-se de acordos selados durante a cúpula do G-20, em novembro de 2024, no Rio.

Esses entendimentos, porém, nada têm a ver com a concessão de acesso privilegiado a investimentos americanos no setor de minerais críticos. Isso iria além do que Lula negociou com

Biden, e, segundo pessoas a par do tema, as resistências no governo brasileiro seriam grandes — e não apenas por parte do PT.

Exemplo do México

A sugestão dos interlocutores que têm conversado com diversas áreas do governo Lula é encarar uma possível negociação com os americanos como a oportunidade de fazer parte de um mercado hoje controlado pela China. Em troca de um acesso com privilégios a serem definidos, o Brasil poderia exigir, explicou um desses interlocutores, uma participação na cadeia de produção — e não ser apenas um fornecedor de minerais críticos.

O desafio, frisou esse interlocutor, é encontrar uma narrativa que derrube as resistências internas e não arrisque o capital político conquistado por Lula ao enfrentar Trump. Os EUA precisam dos minerais críticos, e o Brasil precisa aumentar sua produção. A parceria entre ambos faz sentido: o problema, apontam esses interlocutores, é político.

Uma possível inspiração é a presidente mexicana, Claudia Sheinbaum, que conseguiu construir uma relação com Trump na qual o americano fala para seu público interno usando a retórica trumpista — e sempre se mostrando vitorioso —, enquanto ela faz o mesmo em seu país.

Já o caso das big techs, um tema sensível para o Brasil, é mais complicado. As grandes plataformas, comentou um desses interlocutores, querem “uma linha de ação clara, e não ficarem expostas a novas ações do Supremo Tribunal Federal (STF)”. Para isso, disse, “Lula teria de negociar internamente, e isso não parece viável.”

‘Negociação pragmática’

Em Washington, a fala de Trump sobre Lula na Assembleia Geral da ONU não surpreendeu quem acompanha as tensões na relação bilateral. Pessoas com acesso ao governo americano relatam que, em conversas informais, Trump teria dito que o ex-presidente Jair Bolsonaro nunca fez nada por ele, dando a entender que poderia “soltar a mão” do ex-chefe de Estado. O lobby bolsonarista, segundo essas fontes, “vem perdendo força nos EUA”.

Em paralelo, o setor privado americano e seus lobistas teriam conseguido convencer Trump da necessidade de rever o tarifaço ao Brasil. Afinal, no caso do café, por exemplo, o impacto no mercado interno foi negativo: os preços subiram, e os consumidores reclamaram.

De acordo com um desses interlocutores, se Trump adotar um discurso positivo sobre o Brasil, “o resto de seu governo vai acompanhar”. A questão, acrescentou, é saber “se o Brasil está disposto a encarar uma negociação pragmática, com elementos que interessam ao presidente americano.”

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/09/2025

O QUE ESPERAR DO ENCONTRO DE TRUMP E LULA? ESPECIALISTAS INDICAM OS PONTOS QUE DEVEM ENTRAR NA NEGOCIAÇÃO

Eles citam etanol, minerais críticos, patentes e até serviços como educação e saúde como áreas que podem ser levadas para mesa de negociação

Por Cássia Almeida — Rio

Houve uma reversão de expectativas com o aceno do presidente americano, Donald Trump, ao presidente Lula na ONU, indicando que pode haver uma reunião entre os chefes de estado nos próximos dias.

Até quarta-feira, o país ainda vivia um clima pessimista em relação à abertura de negociações, após a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal, lembra a economista Sandra Rios, do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes). Especialistas citam

várias áreas onde pode haver alguma abertura de negociação, como minerais críticos, big techs, aprovação de patentes, etanol, que são pleitos já antigos dos Estados Unidos.



Lula e Trump discursaram na ONU — Foto: Montagem com fotos da AFP

— É um assunto (patentes) que está na pauta bilateral por anos e anos. Há uma reclamação dos EUA da lentidão do sistema de patentes brasileiro — diz Sandra.

Weber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior brasileiro e sócio da consultoria BMJ, lembra que o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, já vinha conversando com o secretário de Comércio americano, Howard Lutnick, mas as negociações não avançavam por não haver um sinal de

Trump para que isso acontecesse.

— Com essa indicação de Trump, a negociação pode avançar. Mas, se houver, será um acordo provisório. O Brasil não está na lista de prioridades dos Estados Unidos. Eles estão negociando, por ordem de prioridade, com a China, União Europeia, Reino Unido, Canadá, México, Japão, Coreia do Sul e Índia, e aí vem o Brasil.

O ex-secretário diz que os Estados Unidos já deram sinais que estão interessados em minerais críticos, legislação do mercado digital e sempre tem o etanol. Do lado do Brasil, a queixa é sobre a taxa de produtos agrícolas como açúcar que têm mais de 100% de tarifa. Mas pode ser um acordo temporário, e as negociações continuarem como está acontecendo com os outros países.

Por enquanto, as exceções ao tarifaço de Trump vieram por pressão do setor privado americano, diz Barral. Os últimos casos foram da celulose e agora há um projeto de lei para excluir o café da tarifa de 50%.

— O que tem avançado pontualmente é por pressão de lá.

Ele avalia que o ideal que o encontro seja presencial, não numa reunião virtual como tem sido aventado por dirigentes do governo:

— A grande vantagem de Lula é o carisma, é o encantador de serpente, com toda a sua experiência de negociador. Uma primeira reunião on-line, com tradutores, não é uma estratégia boa. Trump valoriza muito a questão pessoal. Não deveríamos perder essa oportunidade.

Mas todo o cuidado é pouco, alerta Bruna Santos, diretora do Brazil Program no think tank Inter-American Dialogue, em Washington:

— É como se Lula tivesse sido convidado para dançar por um parceiro conhecido por trocar de ritmo no meio da música. O convite pode abrir espaço para um passo de aproximação, mas exige cautela. A qualquer momento, a melodia pode mudar, e quem não estiver preparado pode tropeçar.

Ela também vê espaço para negociação com etanol, “um tema que perdura por 40 anos”, deve ser uma das questões a serem levadas à mesa, além dos minerais críticos:

— Esta área (minerais críticos) está listada como um tema econômico no qual é possível um acordo entre Brasil e EUA. O Brasil precisa de investimento para processar. Resta saber se a visão e abordagem americanas serão de estratégia ou apenas de contenção da China em projetos específicos.

A advogada Ana Caetano, sócia da área de comércio exterior da Veirano Advogados, lembra que a situação jurídica mudou nos Estados Unidos desde a imposição de tarifa de 50% sobre o Brasil em

julho. A Suprema Corte americana está em vias de julgar a base legal de 70% da política tarifária ser segurança nacional. O governo já perdeu em duas instâncias e existe uma visão “muito clara”, da inconstitucionalidade da medida:

— A Suprema Corte é constituída por republicanos na sua maioria e existe uma visão favorável ao Trump, mas há uma visão muito clara da falta de constitucionalidade. Por isso, o Executivo lançou mão do processo no Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR, na sigla em inglês), com base na seção 301, onde é haverá um canal de negociação de fato.

Luis Fernando Guerrero, sócio da área de Solução de Conflitos do Lobo de Rizzo Advogados, lembra ainda outra área que pode estar nas conversas, o setor de serviços que, no Brasil, ainda é muito fechado.

— Incluímos advocacia, serviços médicos, educacionais que possam atrair o interesse americano.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/09/2025

MINISTRO PREVÊ QUE GALEÃO CHEGARÁ A 30 MILHÕES DE PASSAGEIROS EM TRÊS ANOS

Ajuste no contrato do aeroporto é assinado e terminal deve ser leilado em março

Por Glauce Cavalcanti — Rio de Janeiro



Aeroporto do Galeão - Aeroporto Tom Jobim — Foto: Márcia Foletto/Agência O Globo

O ajuste de contrato de concessão do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro foi assinado na manhã desta quinta-feira, em evento na sede administrativa do Galeão. Ele sacramenta a nova organização societária da fatia privada (51%) da concessionária — com a entrada da Vinci Compass, ao lado da Changi Airports — e substitui o pagamento de outorga anual pelo pagamento de uma variável do faturamento anual bruto da operação.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou a recuperação do movimento de passageiros do Galeão e estimou que em três anos ele chegará a 30 milhões de passageiros.

O próximo passo será a realização de um novo leilão da concessão do aeroporto, de livre concorrência, previsto para março de 2026. Em paralelo, já está acertado um cronograma para reduzir o limite de movimento de passageiros do Santos Dumont, adotado quando os dois aeroportos passaram a atuar de forma coordenada e com o objetivo de permitir a reestruturação do Galeão.

— Nós saímos de, em 2023, 4,8 milhões de passageiros para, em dois anos, chegarmos a quase mais de 18 milhões no Galeão. Isso é fundamental para a nossa economia – afirmou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, que participou da cerimônia da assinatura de ajuste de contrato.

Ele explicou que os avanços em volume de passageiros no Santos Dumont serão feitos conforme avanços em obras que estão sendo feitas no aeroporto central do Rio, onde esteve hoje.

— Estamos fazendo investimentos de R\$ 450 milhões no Santos Dumont, R\$ 300 milhões já de obras em andamento, e a ideia é que, ao longo do ano de 2026, a gente vá ampliando a participação de passageiros, mas de acordo com as obras — afirmou.



Questionado se a RIOGaleão teria preferência no leilão, ele explicou que o mais importante agora é que o aeroporto internacional se tornou um “ativo valorizado”:

— O aeroporto será 100% leiloado. A nossa expectativa é que a gente possa ter esse ativo aqui preservado. Naturalmente, não faltam interessados porque o Galeão passou, a partir de agora, a ser um ativo valorizado.

Após o reequilíbrio financeiro do contrato de concessão, continua o ministro, a estrutura permite buscar novos agentes financeiros para investir no aeroporto.

— Tudo indica que a própria Vinci e a Changi querem continuar. E, naturalmente vão ter seu direito democrático de participação do leilão.

Segundo Costa Filho, o foco é ir melhorando a qualidade do atendimento no Santos Dumont para que, nos próximos três anos, o fluxo de turistas no Estado do Rio de Janeiro suba a mais de 35 milhões de passageiros.

Mudança no Santos Dumont

O limite de passageiros para o Santos Dumont hoje é de 6,5 milhões, mas passaria para oito milhões já este ano. Em 2026, subiria a nove milhões, e, no ano seguinte, para 10 milhões, conforme o acordo de repactuação do contrato da Riogaleão aprovado pelo TCU.

Costa Filho, porém, afirma que esse número ainda será avaliado no ano que vem:

— A ideia é que, a partir de março, que é o que está autorizado pelo Tribunal de Contas da União, a gente tenha a possibilidade de ir ampliando gradativamente. Mas a gente só vai fazer essa discussão no próximo ano, porque a gente tem um plano de investimento que está sendo feito — explicou. — Não tem nenhum número ainda porque é uma discussão que nós vamos fazer no Ministério, com a Anac para, ao final, entregar dois ativos valorizados no Rio de Janeiro, o Santos Dumont e o Galeão.

A RIOGaleão detém hoje o controle da concessão do aeroporto internacional fluminense. A Changi vendeu, em agosto, 70% de sua fatia no negócio para a Vinci Compass. Juntas, elas detêm o controle da concessionária. A Infraero é dona dos 49% restantes e deixará a operação após o leilão.

O Galeão foi leiloado em 2013 por R\$ 19 bilhões, com ágio de quase 300%. As estimativas de crescimento no movimento de passageiros do aeroporto traçadas à época, porém, não se confirmaram. O terminal viu o volume de viajantes cair ano a ano, abrindo uma crise financeira nos anos de pandemia.

O prefeito do Rio, Eduardo Paes, também presente no evento, destacou o papel do presidente Lula em garantir a renegociação do contrato da RIOGaleão no âmbito do Tribunal de Contas da União (TCU) em um processo que contou com a colaboração das autoridades do município, do estado, da concessionária, além dos órgãos setoriais, como o Ministério de Portos e Aeroportos e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

— O Rio é viável, o Rio é mágico e todo mundo quer vir para o Rio. Vamos parar com essa conversa de que o Rio vive um processo de decadência — disse. — Com boa gestão em novas condições, vamos em breve passar o aeroporto (Internacional) de Guarulhos (em São Paulo) em recepção de estrangeiros no país.

O prefeito afirmou que o Rio enfrentou anos de “lobby para destruir o Galeão” e, por isso, ainda não chegou ao movimento do aeroporto paulistano, “mas vamos chegar”, afirmou.

A mudança central para a RIOGaleão está ancorada na troca do pagamento de outorgas no valor de R\$ 1 bilhão por ano por uma contribuição variável de aproximadamente 20% do valor do faturamento bruto anual da concessionária.

Na esteira dos preparativos para o leilão, a RIOGaleão está iniciando um ciclo de investimentos de cerca de R\$ 1,1 bilhão, somando projetos da própria concessionária e de parceiros ao longo dos próximos três anos.

Isso inclui obras em melhoria de serviços e infraestrutura aeroportuária, sala multissensorial para passageiros com Transtorno do Espectro Autista, em novos fingers, um complexo logístico, hotel e centro comercial.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/09/2025

GALÍPOLO MINIMIZA COBRANÇA DE HADDAD POR QUEDA DE JUROS: 'ACHO UM LUXO MINISTRO DA FAZENDA COMENTAR POLÍTICA MONETÁRIA COM GENTILEZA'

Ministro da Fazenda disse que Selic "nem deveria estar em 15%"

Por Thaís Barcellos — Brasília



Presidente do Banco Central Gabriel Galípolo, durante cerimônia de comemoração de 60 anos do Banco Central — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

Após o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, dizer que a taxa Selic "nem deveria estar em 15%", o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse que não viu as declarações de forma pejorativa e que considera "um luxo" ter comentários do ministro da Fazenda sobre política monetária com tamanha "delicadeza, gentileza e educação". Depois, ele também disse que a opinião foi

legítima, com elegância e cuidado.

— No caso específico das falas do meu amigo Fernando Haddad e estendo também ao querido Ceron, secretário do Tesouro, pessoalmente acho um luxo que tenhamos um ministro da Fazenda e um secretário do Tesouro fazendo comentários sobre política monetária com a delicadeza, gentileza e educação da forma que eles fizeram. É absolutamente legítimo que o ministro da Fazenda faça uma análise sobre o que o BC deveria fazer, assim como o mercado — disse, Galípolo nesta quinta-feira.

Galípolo ainda disse que a autoridade monetária praticamente "gabarita" as condições para levar os juros para o patamar atual e mantê-lo nesse nível.

A taxa atual é a maior desde julho de 2006 e o BC indicou que pretende manter a Selic parada por período "bastante prolongado" para alcançar o objetivo de colocar a inflação na meta de 3,0%. A projeção do BC para o horizonte relevante (prazo com o qual trabalha para colocar a inflação na meta) é de 3,4%.

— O papel do BC é um pouco mais difícil do que de outras autarquias e secretarias, porque às vezes tem que desagradar um pouco. Nesse caso específico, mesmo com a Selic em 15%, praticamente se gabarita no livro-texto as condições de contorno para ter feito uma elevação 15% e manter a taxa de juros em uma condição contracionista.

Galípolo citou a mínima histórica na taxa de desemprego, com renda na máxima histórica, assim como recordes em importações e viagens como termômetros de uma atividade aquecida.

— Se 5% não está em pleno emprego, não sei quando o Brasil esteve próximo do pleno emprego. É a taxa mais baixa da série histórica, com renda na máxima da série histórica. Com as viagens batendo recorde, de importações batendo recorde. Por onde você olhar, é difícil reunir condições de

contorno, pela teoria econômica que você decidir se apoiar, que, em um cenário de inflação fora da meta e com o desemprego tão baixo, a reação da política monetária não deveria ser essa.

O presidente do BC ainda reforçou que o controle da inflação é melhor caminho para proteger a renda do trabalhador.

— A coisa vai convergindo para uma suavização da atividade econômica, justamente para proteger a renda do trabalhador. O pior cenário para a renda do trabalho é a inflação elevada. Como preserva a renda do trabalhador? Colocando a inflação na meta.

Além de Haddad, outros integrantes da Fazenda manifestaram preocupação com a "dose do remédio" dos juros e com os efeitos no crescimento da economia e da arrecadação de impostos.

O presidente do BC disse ainda que a autoridade monetária já espera que esse momento de manutenção dos juros fosse o período mais difícil em termos de visão externa sobre o trabalho do Copom.

— São quatro anos consecutivos crescendo acima do que se imagina que é o potencial. E com surpresas sucessivas, o mercado de trabalho mostrando força e resiliência e a inflação segue fora da meta. O que o BC fez responde menos à personalidade dos membros do Copom e mais aos dados. Esse é o ponto mais importante.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 25/09/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

HIDROGÊNIO VERDE TRAVA NA BAHIA, E EMPRESA BUSCA SOLUÇÃO PARA USAR EQUIPAMENTO MILIONÁRIO

Maquinário havia sido adquirido para o que seria primeira fábrica de hidrogênio verde do País
Por Luciana Dyniewicz e Talita Nascimento (Broadcast)

Diante da dificuldade para vender equipamentos que havia comprado para montar uma fábrica de hidrogênio verde em Camaçari (BA), a Unigel tenta criar uma joint venture com a alemã Ferrostaal para usar o maquinário adquirido na produção de e-metanol, apurou o Estadão/Broadcast. As dificuldades no mercado de hidrogênio, porém, têm retardado uma decisão em relação ao negócio.

Apesar de não ter iniciado as obras da fábrica, a Unigel comprou os equipamentos por US\$ 60 milhões (R\$ 320 milhões na cotação atual). Desse total, US\$ 30 milhões compõem a dívida da companhia. A empresa contratou o JP Morgan para tentar revender as máquinas — que estão na Europa —, mas não encontrou interessados.



A tentativa agora, apurou a reportagem, é fechar um contrato com a Ferrostaal para usar os equipamentos também em Camaçari. No lugar de produzir amônia a partir de hidrogênio verde, as empresas fabricariam e-metanol, combustível também feito com hidrogênio verde que tem potencial para ser adotado pelo setor marítimo para reduzir suas emissões de gases poluentes.

Equipamentos usados na produção de hidrogênio verde; Unigel comprou maquinário semelhante para fábrica em Camaçari Foto: Divulgação/ThyssenKrupp



Procurada, a Ferrostaal não respondeu à reportagem. A Unigel não quis comentar o assunto.

Em meio à crise financeira que atravessa há mais de dois anos, a Unigel desistiu de construir o que seria a primeira fábrica do País de hidrogênio verde. O projeto, cuja primeira fase havia sido orçada em US\$ 120 milhões, previa para o fim de 2023 o início da fabricação local de hidrogênio e de amônia verde. Produzida a partir do hidrogênio verde, a amônia verde pode ser usada na fabricação de fertilizantes com uma pegada de carbono reduzida quando comparada à dos produzidos com gás natural.

A intenção da Unigel era, na primeira fase, produzir 10 mil toneladas por ano de hidrogênio verde e 60 mil toneladas de amônia verde. Na segunda fase, que deveria ter sido iniciada neste ano, a companhia iria quadruplicar sua capacidade.

Os equipamentos comprados pela Unigel são três eletrolisadores. Essas máquinas separam as moléculas de hidrogênio e de oxigênio da água por meio de corrente elétrica. O hidrogênio pode ser armazenado na forma de gás em botijões ou transformado em amônia (usada em fertilizantes) para ser transportado. Se for transformado em amônia e exportado, ao chegar no local de uso, precisa ser reconvertido em hidrogênio para ser utilizado como combustível.

Apesar das apostas que surgiram nos últimos anos de que o hidrogênio verde seria uma das principais soluções para o mundo reduzir suas emissões de gases poluentes, o segmento não se desenvolveu como esperado — o que dificulta a missão da Unigel de se desfazer de seus eletrolisadores.

Em todo o mundo, empresas que haviam anunciado projetos de hidrogênio verde passaram a recuar diante dos altos custos de instalação de plantas, da escassez de incentivos públicos e da falta de demanda pelo produto. Em junho, a alemã Leag anunciou que adiou indefinidamente os planos de construir uma unidade porque as condições econômicas e políticas esperadas não se materializaram. No mesmo mês, a ArcelorMittal informou que desistiu de construir instalações que usariam hidrogênio verde como fonte energética e descarbonizariam duas unidades de produção de aço na Alemanha. Segundo a companhia, questões políticas, energéticas e de mercado não evoluíram de maneira favorável para tornar o investimento viável.

Também desistiram, postergaram ou reduziram investimentos que envolviam hidrogênio verde as espanholas Iberdrola e Repsol, as britânicas BP e Shell, a norueguesa Equinor, a finlandesa Neste e as australianas Fortescue e Woodside Energy.

O custo de produção geral do combustível — que demanda muita energia elétrica — é um dos entraves para o desenvolvimento do setor. Hoje, está ao redor de US\$ 6 por quilo. Para ser competitivo com o gás natural, teria de cair para US\$ 2. Enquanto não alcança esse patamar, o hidrogênio verde tem sido preterido por seus potenciais demandantes.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/09/2025

MRV ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 1 BILHÃO PARA CRIAR BAIRRO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Projeto que ocupará terreno equivalente a quase metade do Parque Ibirapuera prevê a construção de 5.400 unidades habitacionais enquadradas no Minha Casa, Minha Vida

Por Breno Damascena

Com investimento de R\$ 1 bilhão, a construtora MRV vai construir um bairro de 440 mil metros quadrados em São José dos Campos, interior de São Paulo. A promessa é que o terreno, equivalente a quase metade do Parque Ibirapuera, tenha comércio, mobilidade urbana e 5,4 mil apartamentos para abrigar aproximadamente 16 mil moradores.

Todas as unidades residenciais serão enquadradas no programa Minha Casa, Minha Vida, especialmente na Faixa 2 (famílias com renda mensal entre R\$ 2.850,01 e R\$ 4,7 mil) e na Faixa 3 (renda mensal de R\$ 4.700,01 a R\$ 8,6 mil).

Os apartamentos terão de 36 m² a 42 m² e vão custar de R\$ 220 mil a R\$ 320 mil. Os preços variam de acordo com a tipologia, que incluirão opções com ou sem varanda e vagas de garagem.

A princípio, o Cidade Sete Sóis São José dos Campos não englobará a Faixa 4 (para famílias com renda mensal de até R\$ 12 mil e moradias de até R\$ 500 mil), mas o grupo não foi descartado para as próximas etapas. “É um projeto que tenta englobar diferentes momentos da vida e da renda do comprador”, afirma Eduardo Fischer, CEO da MRV&CO.



Com foco no Minha Casa, Minha Vida, empreendimento da MRV será construído em terreno de 440 mil metros quadrados Foto: Divulgação/MRV

público, além dos primeiros edifícios residenciais.

As obras do primeiro loteamento começaram em setembro de 2024 e serão realizadas em etapas sucessivas. O cronograma prevê conclusão em cerca de dez anos e engloba a construção de praças, parques, pontos de ônibus e de todo o equipamento

A expectativa é que o valor geral de vendas (VGV) alcance R\$ 1,43 bilhão, e as primeiras quatro torres, anunciadas nesta quinta-feira, 25, devem ser entregues daqui a três anos.

O Residencial Caminho das Cerejeiras será uma torre única, com 288 unidades; já o Residencial Caminho dos Jerivás, com três torres, contará com 299 unidades. Serão apartamentos com metragens entre 35,27 m² e 44,58 m², com opções de suíte, varanda ou sem varanda.

A proposta da MRV é que o Sete Sóis São José dos Campos se torne um bairro de 15 minutos, ou seja, um espaço onde os moradores tenham lazer, transporte, comércio e outras demandas do cotidiano a uma distância curta de caminhada.

Não à toa, o lançamento já foi pensado com áreas voltadas para postos de gasolina, supermercados, drogarias e outros estabelecimentos comerciais, que serão negociadas posteriormente.

Impacto urbano

A MRV atua em São José dos Campos desde meados da década de 1990, mas este é o maior lançamento da história da companhia na cidade. O município foi escolhido justamente por ser uma praça que a empresa conhece bem, pelo mercado robusto e grande déficit habitacional, justifica o CEO da companhia.

Localizado no bairro Santa Inês, na zona leste, o terreno em que o Sete Sóis será erguido era uma fazenda, vizinha ao Parque de Inovação Tecnológica São José dos Campos, e foi adquirido em 2009.

Desde então, a MRV trabalha para aprovar a obra com o poder público. “Poucas empresas no Brasil têm a capacidade de entrar em um projeto desta magnitude e nós somos uma delas”, afirma Fischer.

A estimativa da companhia é que as obras dessa primeira fase gerem mais de 3 mil empregos diretos e indiretos. Além disso, mais de R\$ 90 milhões serão destinados a obras de infraestrutura e urbanização.



MRV planeja investimentos para desenvolver áreas públicas e de lazer no bairro planejado Foto: Divulgação/MRV

Entre as contrapartidas previstas para a cidade estão a duplicação do viaduto Santa Inês, o alargamento da Avenida Constância da Cunha Paiva, o prolongamento da Avenida Milton Santos e da Rua Albert Renart, a garantia de que 67 mil m² de áreas verdes serão preservadas, a construção de 22,6 mil m² de áreas de lazer e uma praça pública central de 33 mil m².

O Estadão entrou em contato com a Prefeitura de São José dos Campos, mas não obteve retorno.

Dados da Secovi-SP indicam que 2.378 unidades foram lançadas em São José dos Campos durante todo o ano de 2024. O número representa menos da metade das unidades previstas para a primeira fase do Sete Sóis.

Para Ângela Paiva Fernandes, diretora regional da Secovi-SP em São José dos Campos, a iniciativa deve atender a uma demanda que está crescendo.

“A região leste é o principal vetor de expansão urbana de São José dos Campos atualmente. É um local carente deste tipo de produto e com alto potencial de absorção”, analisa. “Tem muitos empreendedores e comerciantes que querem viver ali, além da influência do Parque Tecnológico, visto como um Vale do Silício do Vale do Paraíba paulista.”

Cidade Sete Sóis e segunda fase

O Cidade Sete Sóis São José dos Campos é o sexto bairro inteligente criado pela MRV. O maior deles é o Sete Sóis Pirituba (SP), em desenvolvimento numa área de 1,7 milhão de metros quadrados em Pirituba. Lançado no final de 2023, o empreendimento é fruto de um investimento de R\$ 2 bilhões e terá as primeiras unidades entregues no final deste ano.



Eduardo Fischer, CEO da MRV&CO, explica que a aquisição e estrutura do terreno foi realizada com recursos próprios; o financiamento dos empreendimentos será com a Caixa Econômica Federal, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida Foto: Divulgação/MRV

Outros projetos semelhantes foram lançados no Rio de Janeiro (RJ), Campinas (SP), Salvador (BA) e Belo Horizonte (MG). “Além de ajudar a transformar a cidade, ao desenvolver um bairro do zero, eu mantenho um time de corretores, um time comercial e um time de engenharia engajados durante anos. É uma produção que se compara a uma indústria”, diz Fischer.

Ele estima que a primeira fase do projeto vai chegar ao fim em 2034, mas a empresa ainda não abre detalhes sobre como será a segunda e última fase. O executivo sugere que há espaço, por exemplo, para a construção de empreendimentos enquadrados na Luggo, proptech da MRV&CO focada em aluguel.

Outra possibilidade é o desenvolvimento de prédios corporativos para atender a uma eventual demanda que se cria a partir do novo bairro. “É normal ter que fazer ajustes no meio do caminho. Pode ser que, no futuro, a gente resolva destinar uma área para um hotel, por exemplo”, idealiza.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 25/09/2025

NEGOCIAÇÃO COM EUA SERÁ ATÍPICA, SEM JOGO TRADICIONAL DE PEDIDO E OFERTA, DIZ EX-DIRETOR DA OMC

Para Roberto Azevêdo, apesar de aparente abertura de Trump ao Brasil, diplomacia empresarial continuará sendo necessária num mundo em que o multilateralismo está em xeque

Por Eduardo Laguna (Broadcast)

O ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) Roberto Azevêdo disse que o aceno desta semana do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, abre o caminho para um diálogo, que estava fechado, com o Brasil. Ele ponderou, no entanto, que o Brasil terá que se preparar para uma negociação com o governo americano que será “muito atípica”.

“Vai ser uma negociação muito atípica, diferente de tudo o que a gente já viu. Não haverá o jogo tradicional de pedido e oferta. Vai depender muito da capacidade do Brasil em incentivar o diálogo e a cooperação”, declarou Azevêdo durante a primeira reunião de trabalho da diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) que tomará posse em janeiro. Azevêdo aceitou o convite de Paulo Skaf, que vai suceder Josué Gomes da Silva no comando da Fiesp, para presidir o conselho superior de comércio exterior da entidade.



Roberto Azevêdo defende que setor privado precisa ter papel 'mais atuante' Foto: Gerardo Lazzari/Divulgação ABAG

O diplomata disse que ficou contente com a “aparente abertura” manifestada por Trump em seu discurso na Assembleia-Geral da ONU em dialogar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após a imposição de tarifas de até 50% contra produtos brasileiros vendidos aos EUA. “É um fato novo.”

Ainda assim, Azevêdo ressaltou que a diplomacia empresarial continuará sendo necessária num mundo em que o multilateralismo está em xeque. Ele defendeu maior presença e atuação do setor privado no exterior. “Nas crises, que vão acontecer com mais frequência, não temos os canais azeitados prontos para atuar. O setor privado precisa ter papel mais atuante do que tem”, cobrou.

“A diplomacia empresarial é necessária no mundo atual”, acrescentou o ex-diretor-geral da OMC. Ele apontou que o Brasil, num ambiente internacional de maior protecionismo, tem um trabalho desafiador à frente para retirar entraves tributários, jurídicos e regulatórios que penalizam setores exportadores.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/09/2025

BRASKEM FECHA PARCERIA PARA USINA SOLAR DENTRO DE FÁBRICA EM ALAGOAS

Iniciativa deve consumir R\$ 100 milhões em investimentos e entrar em operação em 2027

Por Luciana Collet (Broadcast)

A Braskem acertou a implementação de um projeto de geração solar fotovoltaica para autoprodução a ser instalado dentro de uma unidade industrial própria em Alagoas e conectado diretamente às operações locais da companhia, um modelo conhecido como offgrid. Com isso, além de garantir o suprimento de energia a custos mais baixos e previsíveis no longo prazo para a sua fábrica de PVC, a companhia afasta riscos ligados aos cortes de geração (curtailment, no jargão do setor elétrico), que tem afetado as grandes usinas solares e eólicas conectadas ao sistema de transmissão.



Fábrica de PVC da Braskem em Marechal Deodoro, Alagoas Foto: Divulgação/Braskem

O empreendimento, de 25 megawatts (MW) de potência instalada, deve consumir quase R\$ 100 milhões em investimentos e está sendo desenvolvido em parceria pelas empresas de projetos Innovvare e Helles Solar Capital. A previsão é que a usina entrará em operação em janeiro de 2027 e atenderá 25% do consumo total das linhas de produção de PVC. No

modelo adotado, as empresas serão responsáveis pela construção e operação durante 20 anos, e ao final desse período a Braskem terá a opção de compra do ativo.

Após mais de 36 meses de discussões entre as desenvolvedoras e a petroquímica, o projeto está atualmente em fase de estruturação financeira. De um lado, há conversas em andamento com bancos de fomento nacionais como Banco do Nordeste (BNB) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Mas as empresas também mapearam interesse de investidores chineses e árabes, que poderiam ingressar como acionistas na iniciativa. Procurada, a Braskem não retornou até a publicação deste texto.

Primeiro projeto de sociedade

Este é o primeiro projeto na sociedade entre Innovvare e Helles Solar Capital, mas as empresas vislumbram crescimento com outras instalações, dentro de outras plantas industriais da própria Braskem, uma vez que partiu da petroquímica o interesse em projetos offgrid.

Desde 2020, a Braskem vem avançando em iniciativas voltadas para a expansão do consumo de energia proveniente de fontes renováveis, incluso por meio de contratos de autoprodução, mas esses ativos estão localizados com em áreas distantes das fábricas, utilizando o sistema de transmissão, e portanto sujeitos a cortes de geração determinados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Na estruturação do contrato, as empresas se preocuparam em estabelecer potenciais saídas para eventuais mudanças no controle da Braskem ou venda da unidade industrial. “Isso foi colocado à mesa e é exatamente por isso que há as várias saídas”, comentou o especialista no setor elétrico e assessor jurídico do projeto, César Rezende. Entre as alternativas estaria a possibilidade de o empreendedor pagar um aluguel pelo uso do terreno e buscar as autorizações para injetar a energia na rede e vendê-la no mercado livre de energia.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/09/2025

VALLOUREC APOSTA EM PROJETO DA PETROBRAS PARA AMPLIAR PARCERIA COM A ESTATAL

Empresa vai participar de licitação para piloto de captura e armazenamento de carbono

Por Gabriela da Cunha (Broadcast)

A licitação da Petrobras para o primeiro projeto-piloto de captura e armazenamento de carbono (CCS, na sigla em inglês), que pretende captar até 100 mil toneladas de CO₂ por ano em Macaé (RJ), será a próxima oportunidade explorada pela multinacional de tubos de aço de origem francesa Vallourec para ampliar a parceria com a estatal. O recebimento de propostas começou em 10 de setembro e vai até 8 de dezembro.

“Vamos participar dessa primeira licitação histórica, oferecendo as nossas soluções tecnológicas e tentando ser o mais competitivo possível para que, nesse momento que a Petrobras vai injetar CO₂ de CCS no reservatório salino, utilize as soluções tubulares sem costura produzidas aqui em Belo

Horizonte”, disse à Coluna o diretor-presidente da Vallourec South America, André Lacerda, referindo-se a uma das fábricas da empresa no Brasil.



Plataforma de exploração de petróleo da Petrobras no Rio de Janeiro. Foto: Fabio Motta/Estadão

Lacerda explica que assumir o risco do projeto - cuja contratação contempla, entre outras etapas, a interligação e o comissionamento (condicionamento, testes funcionais, pré-operação e operação assistida) das instalações - é justificável mesmo sem um ambiente regulatório claro para CCS no Brasil. “Mesmo sem toda a parte de legislação, isso tem

que começar de alguma forma. E ninguém melhor do que por um gigante, como a Petrobras.”

Importação de tecnologia

Após assegurar em setembro seu maior contrato de fornecimento de produtos e serviços para as operações offshore da Petrobras, de até US\$ 1 bilhão, a Vallourec vê espaço para iniciar a produção local do Cleanwell, tecnologia de aperto mecânico de tubos que dispensa lubrificantes. “Esse contrato vai possibilitar validar uma tecnologia nova. A Petrobras dando sinal verde de que é essa a tecnologia que quer, esse será o nosso próximo investimento no Brasil”, declarou Lacerda.

Entre as vantagens da tecnologia patenteada pela empresa, presente em 20 países, estão a redução do risco de contaminação do poço por excesso de lubrificante e a diminuição de acidentes na estação de trabalho. O contrato com a Petrobras prevê o uso do Cleanwell, mas com parte do serviço executado na França. “O nosso objetivo é desenvolver o Brasil para o mercado doméstico e para o da América do Sul e, assim, fortalecer a empresa também para exportação.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/09/2025

MOTIVA, EX-CCR, CONFIRMA QUE VENDA DE SEUS 20 AEROPORTOS SERÁ EM BLOCO ÚNICO

Operação bilionária de vendas de aeroportos da Motiva faz parte de uma janela considerada única no segmento aeroportuário

Por Elisa Calmon (Broadcast)



O CEO da Motiva (ex-CCR), Miguel Setas, confirmou que a meta da companhia é vender seus 20 aeroportos em um bloco único. O processo, que tem atraído o interesse do mercado, segue em fase de propostas não vinculantes.

Aeroporto de Confins, próximo a Belo Horizonte, é administrado pela BH Airports, subsidiária da Motiva
Foto: Divulgação/BH Airports

“Estamos em tratativas com vários interessados, mas não há nada fechado”, afirmou Setas, destacando que o processo ocorre de maneira rigorosa, já que o tema é acompanhado de perto por investidores. “Qualquer novidade será comunicada ao mercado”, complementou.

Desde o início do ano, a Motiva está se movimentando para se desfazer do portfólio de aeroportos sob gestão da companhia por meio da venda de todos os terminais que opera, sendo 17 no Brasil e três em outros países da América Latina. O negócio é avaliado entre R\$ 10 bilhões e R\$ 12 bilhões.



Inicialmente, havia dúvidas no mercado se a operação ocorreria de forma fatiada ou em um bloco único. Contudo, Setas reforçou que o objetivo é que a venda ocorra integralmente, ou seja, com todos os ativos sendo adquiridos pelo mesmo comprador. “É isso que estamos perseguindo”, disse.

O Estadão/Broadcast havia antecipado que a Motiva seguia firme com a intenção de vender os aeroportos em um único bloco. Para viabilizar esse modelo, a solução que se desenha é da venda ser feita para um consórcio, segundo fontes ouvidas pela reportagem.

Apesar de não fornecer mais detalhes sobre o perfil dos interessados, Setas não descartou a possibilidade de que empresas se juntem para comprar os aeroportos e depois façam a divisão entre si. “É uma solução possível”, avaliou.

O CEO complementou afirmando que os principais objetivos da companhia com o desinvestimento é simplificar o portfólio e destravar valor. “Queremos nos concentrar nas áreas em que lideramos: rodovias e trilhos.”

Na última teleconferência de resultados, realizada em julho, Setas informou que a expectativa da Motiva era ter novidades sobre a operação no segundo semestre de 2025. Com isso, seria concluída no início de 2026.

A operação bilionária de vendas de aeroportos da Motiva faz parte de uma janela considerada única no segmento aeroportuário, que tem menos ativos disponíveis e possibilidades de concessão do que áreas como rodovias e portos. Além dessa operação, está no radar o leilão de repactuação do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão — Antônio Carlos Jobim, previsto para março de 2026.

Linha 4

As condições da prorrogação antecipada da Linha 4 (Via Quatro) do Metrô de São Paulo só serão divulgadas após a assinatura do contrato entre a Motiva (ex-CCR) e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), segundo Miguel Setas.

A Motiva anunciou na quarta-feira, 24, a prorrogação antecipada, mas sem divulgar qual será o prazo de extensão e os aportes previstos. “A Artesp divulgou a ata, mas ainda não informou as condições. Elas só serão divulgadas quando o contrato estiver finalizado”, afirmou o executivo. “Antecipar isso agora seria ir contra a vontade do regulador.”

Em comunicado ao mercado, a Motiva informou que a medida decorre do equacionamento do desequilíbrio econômico-financeiro da concessão e da inclusão de investimentos necessários à extensão da Linha 4 até o município de Taboão da Serra, que compreende a execução de obras civis, implantação de sistemas e aquisição do material rodante necessário à operação.

“A deliberação do conselho diretor da Artesp reconhece que a inclusão da extensão da Linha 4 no contrato provoca desequilíbrio econômico-financeiro, em favor da concessionária, na ordem de R\$ 136.765.299,77 em valores de fevereiro/05, a uma taxa interna de retorno de 11,07615%”, diz o documento.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/09/2025

EMBRAER COMPRA COMBUSTÍVEL DE AVIAÇÃO SUSTENTÁVEL DA VIBRA PARA ACELERAR PESQUISAS

Fabricante brasileira quer que suas aeronaves possam voar inteiramente com o biocombustível de origem renovável, sem mistura com combustíveis fósseis

Por Elisa Calmon (Broadcast)

A Embraer realizou a primeira aquisição de um lote de combustível de aviação sustentável (SAF, na sigla em inglês) comercializado pela Vibra. A compra vai permitir que a fabricante brasileira acelere os estudos para que suas aeronaves possam voar inteiramente com o biocombustível de origem renovável, sem mistura com combustíveis fósseis.

A Embraer destaca que, apesar do grande potencial para a produção, o Brasil ainda não conta com o produto em larga escala. Com isso, os estudos da companhia vinham sendo realizados apenas por meio de laboratórios nos Estados Unidos e na Europa. Além dos custos e dos processos administrativos envolvidos, havia outra dificuldade: a venda do SAF somente em grandes volumes, desproporcionais às necessidades reduzidas da rotina laboratorial.



Embraer está testando a compatibilidade do SAF inteiramente de origem renovável com materiais não metálicos Foto: Valeria Gonçalves/Estadão

A partir da primeira aquisição desse lote no Brasil, a Embraer está testando a compatibilidade do SAF inteiramente de origem renovável com materiais não metálicos. O objetivo é observar o comportamento deles, quando em contato direto com o biocombustível de maneira persistente, considerando especificidades dos tanques de asa nos jatos comerciais, executivos e militares.

“O acesso ao SAF no Brasil garante maior dinamismo na condução dos testes, realizados na sede da Embraer. Com mais esta ação, ficamos mais próximos da meta de ter nossas aeronaves aptas a operar com combustível 100% SAF até 2030”, afirma o Global Head de ESG na Embraer, André Tachard.

O SAF tem potencial para reduzir as emissões de carbono na indústria aeroespacial em até 80% em comparação ao combustível tradicional. Atualmente, todas as aeronaves da Embraer estão aptas a operar com uma mistura de até 50% desse combustível. Nos últimos anos, a companhia avançou nos estudos para que seus aviões possam voar com 100% do combustível sustentável, visando à meta de obter a certificação até 2030.

O biocombustível que está em teste na Embraer foi importado da Bélgica e está disponível na base localizada no aeroporto Tom Jobim, no Rio de Janeiro. O local recebeu a certificação ISCC (International Sustainability & Carbon Certification) EU e CORSIA, que garante o rastreamento da sustentabilidade de toda a cadeia de fornecimento do produto, incluindo a distribuição por meio da BR Aviation, unidade de negócios da Vibra para serviços de abastecimento de aeronaves.

“Ao viabilizar o acesso ao SAF no Brasil, estamos não apenas contribuindo com os estudos técnicos de uma das maiores fabricantes de aeronaves do mundo, mas também fomentando o desenvolvimento de um mercado estratégico para a descarbonização do setor”, afirma o vice-presidente de Operações da Vibra, Marcelo Bragança.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/09/2025

BRASIL SÓ TERÁ CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL COM SACRIFÍCIO, DIZ CAMPOS NETO

Ex-presidente do Banco Central afirma que, quanto mais rápido o País fizer ajuste fiscal, menor será o custo à sociedade

Por Eduardo Laguna (Broadcast)

O ex-presidente do Banco Central (BC) Roberto Campos Neto disse que é preciso encontrar soluções privadas a problemas públicos e defendeu uma grande reforma fiscal do lado dos gastos. A

fala ocorreu nesta quinta-feira, 25, durante a primeira reunião de trabalho da diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) que tomará posse em janeiro.

Campos Neto aceitou o convite de Paulo Skaf, que vai suceder Josué Gomes da Silva no comando da Fiesp, para presidir o conselho superior de economia da entidade. Após defender uma coordenação entre o governo e o Congresso em torno de medidas que, embora duras e impopulares, são necessárias, Campos Neto destacou que quanto mais rápido o País fizer o ajuste fiscal, menor será o custo à sociedade.



Para Campos Neto, maioria dos países tem tentado equilibrar as contas públicas com aumento de impostos, o que aponta para menor produtividade
Foto: Wilton Junior/Estadão

“Só entraremos em um ciclo de crescimento sustentável com sacrifício”, disse o ex-presidente do BC, acrescentando, diante de empresários da indústria, que é importante o setor produtivo estar aberto a esse debate.

Ele observou que estímulos à demanda são tentadores e geram impacto positivo à atividade no curto prazo, mas também deixam uma conta de produtividade grande no longo prazo. “Precisamos pensar em projetos de longo prazo, achar soluções privadas a problemas públicos”, afirmou Campos Neto.

Ele disse que passou muito tempo nos últimos dez anos pensando em soluções para o Brasil. Hoje, emendou, é difícil pensar em caminhos sem refletir sobre o contexto global, já que o mundo se endividou muito na pandemia, levando a um quadro de juros altos e dívida elevada em vários governos, incluindo os Estados Unidos. Esse ambiente, ressaltou, retira liquidez do setor privado.

Conforme Campos Neto, a maioria dos países tem tentado equilibrar as contas públicas com aumento de impostos, o que aponta para menor produtividade, já prejudicada pela tendência de envelhecimento da população.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 25/09/2025



VALOR ECONÔMICO (SP)

RETOMAMOS O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA FORTALECER O GALEÃO, DIZ MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS

Até a realização do leilão, a Infraero continua com 49% do aeroporto do Galeão, enquanto a fatia privada fica com 51%. Depois disso, a Infraero deixa de participar da sociedade do aeroporto

Por Kariny Leal e Jessica Alexandra, Valor — Rio

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse nesta quinta-feira que a assinatura do termo de composição do contrato de concessão do Galeão, no Rio, retoma o planejamento estratégico do aeroporto. “O Galeão será um grande ‘hub’ da aviação na América do Sul”, disse.

O ministro assinou hoje o termo que ajusta o contrato de concessão do aeroporto, com previsão de um leilão para reorganizar toda a estrutura societária em março de 2026. Aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o acordo redefine pontos centrais da concessão, como a venda assistida da

concessionária por meio de um processo competitivo simplificado, que terá lance mínimo de R\$ 932 milhões.



— Foto: Guito Moreto/Galeão

Até a realização do leilão, a Infraero continua com 49% do aeroporto do Galeão, enquanto a fatia privada fica com 51%. Depois disso, a Infraero deixa de participar da sociedade do aeroporto. Da parte privada, 70% é da Vinci Compass, depois do acordo aprovado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) nesta semana, e 30% da Changi Airports International.

Costa Filho disse que o Galeão, em pouco menos de dois anos, saiu de 4,8 milhões de passageiros em 2023, e deve passar, este ano, de 18 milhões de passageiros. Também está prevista a cobrança de uma contribuição variável de 20% sobre o faturamento bruto da concessionária até 2039, além da criação de uma compensação financeira caso haja restrição na movimentação de passageiros no Santos Dumont. Para o prefeito do Rio, Eduardo Paes, a entrada da Vinci Compass no quadro societário traz perspectiva diferente para o Galeão por ser radicada no Rio, e conseqüentemente, gerar oportunidade. O prefeito também apontou que foi o presidente Lula que deu cartada final. “Quando há vontade política, a burocracia funciona”, afirmou.

O acordo entre Vinci Compass e a Changi Airports International (CAI) para nova estrutura societária da fatia privada do aeroporto do Galeão foi assinado no fim de agosto. A Vinci assumiu o controle, com 70% das ações da RioGaleão, enquanto a Changi ficou com 30%.

Paes também acredita que número de visitantes estrangeiros deve ultrapassar o de Guarulhos. “Com boa gestão, como vamos ter daqui para frente com melhores condições, vamos passar os números de visitantes estrangeiros de Guarulhos”, disse.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 25/09/2025

ESTADOS DO SUL DEIXAM MELHORIAS EM ESTRADAS PARA CONCESSIONÁRIAS

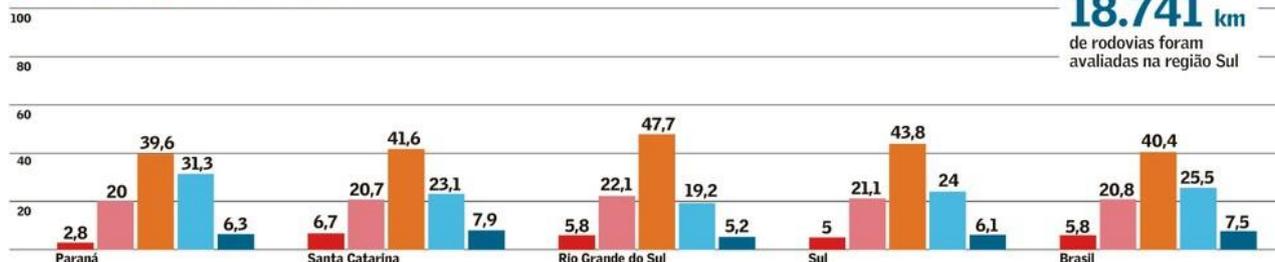
Acesso ao porto de São Francisco do Sul (SC) e trecho catarinense da BR-101 são prioridades
Por Domingos Zapparoli — Para o Valor, de São Paulo

Quilometragem

Menos de um terço das rodovias são boas ou ótimas

Qualidade das estradas - em %

● Péssima ● Ruim ● Regular ● Boa ● Ótima



18.741 km
de rodovias foram
avaliadas na região Sul

Fonte: Pesquisa CNT de Rodovias 2024 - Confederação Nacional do Transporte

O Ministério dos Transportes planeja realizar em 2026 a concessão da BR-280, principal via de acesso ao complexo portuário de São Francisco do Sul (SC). Serão quatro lotes, que deverão ir a leilão em duas etapas, uma em cada semestre do ano que vem. A rodovia se estende transversalmente por 634,1 km até Dionísio Cerqueira, na fronteira com a Argentina, tem na área de



influência cidades como Joinville, Jaraguá do Sul e Mafra e cruza a BR-101, formando um dos principais gargalos rodoviários de Santa Catarina.

No Paraná, as concessões estão em estágio mais avançado. Um acordo em 2023 entre os governos do Estado e federal estabeleceu os seis lotes rodoviários que totalizam 3,3 mil km de rodovias que se estendem por todas as regiões paranaenses. Os lotes 1,2,3 e 6 já foram leiloados, com investimentos contratados que somam R\$ 66,4 bilhões em 30 anos. Em outubro estão agendados os leilões dos lotes 4 e 5, que somam 1.058 km, para os quais estão previstos investimentos de R\$ 29,8 bilhões.

A Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) espera um “salto de qualidade” que garanta fluidez para escoar a produção local. Segundo João Arthur Mohr, superintendente da entidade, enquanto a produção industrial do Paraná cresceu 70% nos últimos oito anos, as rodovias continuam as mesmas. “Os 497 km entre Cascavel e Curitiba eram vencidos em seis horas; hoje, é normal levar dez horas”, diz. Nas rodovias do Sul prevalecem pistas simples e em mau estado de conservação. De acordo com a Pesquisa de Rodovias 2024 da Confederação Nacional do Transporte (CNT), 26,1% das vias da região encontravam-se em estado ruim ou péssimo no ano passado e 43,8% em situação regular. As boas e ótimas eram 30,1%, contra 75,4% em São Paulo, por exemplo.

Em outro indicador da CNT, o Índice de Perdão, que mede as consequências para as pessoas envolvidas em sinistros rodoviários, o desempenho sulista também não é bom. Um acidentado numa rodovia do Sul tem 26,6% de chances de sofrer efeitos graves em um choque. Em São Paulo, essas chances são de 6,4%.

Para quem produz, a má qualidade das estradas representa custos e dificuldade de escoamento. Santa Catarina, o maior produtor de carne suína do país e o segundo em aves, movimenta 344 caminhões por dia apenas para levar a produção dessas carnes destinada ao exterior aos portos. “As rodovias de pista simples que nos atendem hoje não dão fluidez a esse volume de veículos”, diz Jorge Luiz de Lima, diretor executivo do Sindicato da Indústria de Carnes de Santa Catarina (Sindicarne).

Segundo Clemerson Argenton Pedrozo, vp executivo da Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina (Faesc), um caminhão leva cerca de 9h nos 480 km de Chapecó ao porto de Itajaí, pela BR-470, e até 4h para percorrer, na BR-101, os 180 km que separam Joinville e Florianópolis. Nas férias, o tempo é maior. “Com o trânsito que tem, esse trecho precisaria ter quatro pistas de cada lado”, diz.

O trecho norte da BR-101 em Santa Catarina, concedido à Arteris em 2008, é considerado pelos transportadores de carga um dos principais gargalos logísticos catarinenses. O governo do Estado estuda a construção de uma via paralela, que já foi batizada de Via Mar.

“As rodovias de pista simples não dão fluidez a esse volume de veículos”

— Jorge Luiz de Lima

Na opinião de George Santoro, secretário-executivo do Ministério dos Transportes, a proposta da rodovia paralela é de baixa viabilidade, diante do impacto ambiental de alguns trechos e a necessidade de desapropriações em área densamente povoada. “Nosso plano é aproveitar as áreas de domínio da própria BR-101 para viabilizar a ampliação da rodovia com soluções de engenharia específicas para cada trecho”, afirma ele.

O ministério negocia com a Arteris a otimização do contrato do corredor formado pelas BRs 116/376/101, que liga Curitiba a Palhoça (SC). A ideia é que a concessionária assuma investimentos em troca de expansão do prazo de concessão, que termina em 2033, ou aumento de tarifa. Mesmo com o acordo, a otimização precisará ir a leilão em 2026. O grande nó a ser resolvido é referente às obras para fluidez no morro dos Cavalos, em Palhoça, com soluções como túneis, extensão da estrada e contenção de encosta - um investimento que pode chegar a R\$ 1 bilhão.

A pasta também negocia, como alternativa, transferir o trecho do morro dos Cavalos para a Motiva, controladora da ViaCosteira, responsável pelo trecho Sul da BR-101 de Paulo Lopes (SC) a Torres (RS). A concessão foi formalizada em 2020 por um prazo de 30 anos. “Como a concessão é mais recente e tem um prazo mais extenso, é possível diluir os investimentos e o impacto nas tarifas por um prazo maior”, diz Santoro. Qualquer definição demanda aval do Tribunal de Contas da União (TCU).

Arteris e Motiva não se pronunciam a respeito. Fernando de Marchi, diretor da ViaCosteira e da ViaSul (RS), diz que em cinco anos de concessão a companhia já investiu R\$ 1,3 bilhão na BR-101 Sul/SC, realizou obras de infraestrutura de grande impacto e que mantém diálogo com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) sobre demandas em sua área de concessão. Na ViaSul, que abrange 473,4 km de rodovias que incluem trechos das BRs 101/290/386/448 e atendem à 36 cidades no Rio Grande do Sul, o esforço prioritário é o investimento de R\$ 1 bilhão na duplicação de 165 km da BR-386.

A concessionária também investiu R\$ 300 milhões em obras emergenciais para a recuperação de trechos de sua área de concessão afetados pelas enchentes no Rio Grande do Sul em 2024.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 25/09/2025

PORTOS DIZEM QUE INTEGRAÇÃO COM OUTROS MODAIS É CRUCIAL PARA A REGIÃO SUL

Infraestrutura portuária tem gargalos que limitam potencial
Por Vladimir Goitia — De São Paulo, para o Valor

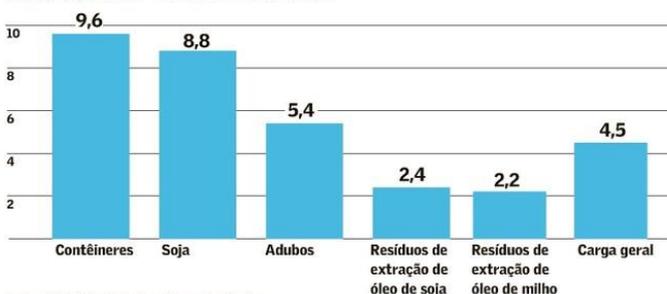
Saída marítima

Movimentação nos portos do Sul é recorde

39,9 milhões de toneladas movimentadas no primeiro quadrimestre

7,35% foi a alta sobre o mesmo período de 2024

Principais produtos - em milhões de toneladas



Fontes: Ministério de Portos e Aeroportos/Antaq

Maiores portos da região

Movimentação - em milhões de ton



A integração entre os modais portuário, hidroviário, rodoviário e ferroviário é, segundo operadores, um dos maiores desafios para a infraestrutura de transporte na região Sul, considerada um dos principais pilares logísticos do país. Estudo recente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta que a sinergia entre esses modais permitiria reduzir custos, aumentar a capacidade de carga e diminuir o impacto ambiental.

“Apesar da relevância, a infraestrutura portuária da região enfrenta gargalos que limitam seu potencial”, diz Rodrigo Cuesta, diretor financeiro e de novos negócios da Norsul, empresa de navegação e logística. Para ele, investimentos em dragagens, expansões de infraestrutura portuária e terrestre, além de sistemas mais eficientes, trariam ganhos imediatos de produtividade. “A solução passa por um plano coordenado de investimentos que alinhem capacidade física, tecnologia e eficiência operacional, garantindo que o potencial logístico da região seja plenamente aproveitado”, diz Cuesta.



Cleverton Vieira, presidente do Porto de São Francisco do Sul (SC), também avalia que há necessidade de melhorar a integração dos modais para a expansão sustentável das em Santa Catarina, entre públicos e privados, que operam com sinergia, mas enfrentam problemas de acesso. Embora [o acesso] não seja deficiente, é insuficiente”, diz.

A duplicação da BR-280, que liga o noroeste catarinense a São Francisco do Sul, em estudo desde 2012, é uma das reivindicações. A necessidade de uma quarta faixa de ao menos 1,4 km no acesso ao complexo é tal que o porto decidiu bancar os R\$ 12,5 milhões da obra.

Uma parceria pública privada entre a operadora, o Estado e o Porto Itapoá desembolsará R\$ 324 milhões para o aprofundamento (de 14 m para 16 m) e alargamento da curva de acesso (para 260 m) do canal externo da baía da Babitonga, onde ficam os dois portos. A meta da operadora é, até 2035, dobrar a capacidade de movimentação de cargas no complexo portuário registrada no ano passado, de 17 milhões de toneladas.

No Estado vizinho, a Portos do Paraná está investindo R\$ 600 milhões na construção do chamado Moegão, um sistema de descarga ferroviária de grãos que visa aumentar a eficiência e a capacidade de recebimento de cargas em Paranaguá em 60%. “Além de atender à demanda atual, [o Moegão] prepara o porto para receber o maior volume de cargas que chegarão a Paranaguá pelo modal ferroviário”, diz Luiz Fernando Garcia, diretor-presidente da Portos do Paraná.

O complexo terá três linhas férreas independentes capazes de descarregar 180 vagões a cada quatro horas, conectados, por correia transportadoras, a 11 terminais. Isso reduzirá os cruzamentos ferroviários urbanos de 16 para 5.

A estatal fará, em outubro, leilão para concessão do canal de acesso ao porto, com previsão de ampliação do calado dos atuais 13,1 m para 15,5 m. “Dois metros de calado representam, em média, mil contêineres a mais no navio ou 14 mil toneladas a mais de algum produto em uma embarcação”, afirma Garcia.

A Portos RS, estatal que administra os principais portos do Rio Grande do Sul, faz coro em relação à necessidade da integração dos modais, que traria, segundo seu presidente, Cristiano Klinger, ganhos importantes e melhorias na eficiência logística gaúcha. “O governo do Estado vem tratando a pauta ferrovia, importante passo que exige investimentos, para que a gente consiga ter a integração entre os modais e, conseqüentemente, melhorar a chegada ou a saída de cargas ao nosso complexo portuário em Rio Grande”, afirma.

Rodovias também são fundamentais, diz ele, principalmente a BR-392, que liga Santa Maria a Rio Grande, com trechos que não estão duplicados. “Isso traz transtornos, aumentando o tempo e o risco da utilização desses trechos da rodovia, que está dentro do nosso complexo portuário”, afirma.

O executivo informa ainda que, para melhorar a navegabilidade, a Portos RS investe R\$ 731 milhões, provenientes do Fundo do Plano Rio Grande, para recuperar canais para navegação interior e o calado de acesso ao porto de Rio Grande, para 15 m, afetados pelas enchentes de 2024. Para este ano, espera-se que o complexo portuário gaúcho movimente mais que as 45 milhões de toneladas de 2024.

As hidrovias do Rio Grande do Sul também enfrentam desafios importantes, entre eles assoreamento de canais e pedrais que precisam ser vencidos, além da necessidade de dragagem e manutenção. A Hidrovia do Mercosul (lagoa dos Patos e rio Jacuí), importante corredor logístico para o transporte de grãos e produtos florestais, tem trechos com dificuldade de navegabilidade por causa desses problemas.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 25/09/2025

EMPRESAS DO SUL OPERAM NO LIMITE POR GARGALOS NA INFRAESTRUTURA REGIONAL

Região tem economia diversificada e localização estratégica, mas rodovias são piores que a média e mais da metade das ferrovias está inoperante

Por Vinicius Konchinski — Para o Valor, de Curitiba



O Sul do Brasil tem economia diversificada e indicadores sociais acima da média nacional. No entanto, enfrenta problemas logísticos que dificultam o escoamento da produção agrícola e industrial e impedem um crescimento mais robusto. Mais da metade das ferrovias da região está fora de operação. Já as rodovias estão em condição pior do que a média brasileira, segundo a Confederação Nacional do Transporte (CNT). Tudo isso eleva o custo de transporte dentro dos Estados e para fora deles. Acaba, assim, desincentivando investimentos que poderiam dinamizar ainda mais as economias do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina - quarta, quinta e sexta maiores do país.

Não é à toa que 81% dos empresários do Sul apontaram os gargalos no transporte como o principal problema de infraestrutura da região em pesquisa conduzida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) no ano passado. De acordo com Roberto Muniz, diretor de relações institucionais da entidade, os problemas rodoviários no Sul têm impacto no número de acidentes, nos danos ao meio ambiente e, por consequência, na competitividade regional. “A infraestrutura deficitária afeta a segurança viária, eleva a emissão de poluentes, gera engarrafamentos e pressiona os custos logísticos em virtude do aumento do consumo de combustível e da deterioração dos veículos”, resume.

Guilherme Bertani, presidente da Associação Empresarial de Joinville (SC), sexta maior cidade do Sul, disse que já há empresas adiando projetos por conta de problemas de infraestrutura. “Uma importante multinacional do setor siderúrgico fez investimento bilionário para se instalar em São Francisco do Sul (SC), e a infraestrutura logística foi um dos fatores preponderantes para a escolha da cidade, há 22 anos”, conta, sem revelar a companhia. “Hoje, o maior problema dela é justamente a infraestrutura logística. Isso faz com que a empresa não faça novos investimentos em sua unidade.”

Um frete que deveria custar R\$ 1.000, no Sul custa R\$ 1.370”
— Fernanda Rezende

A ArcelorMittal, siderúrgica que tem uma unidade em São Francisco do Sul, reconhece que a infraestrutura é um desafio para escoar sua produção. Mas ressalta que isso não é impeditivo para investimentos. “Entre 2021 e 2024, R\$ 2 bilhões foram destinados para obras de expansão”, informa a empresa.

Segundo a Pesquisa CNT de Rodovias, em 2024, o estado de conservação das estradas aumentava em 37% o custo operacional de transporte para as empresas da região. No Rio Grande do Sul, o aumento chegou a 38,5%, contra 32,5% na média nacional. “Um frete que deveria custar R\$ 1.000, no Sul acaba custando R\$ 1.370”, diz Fernanda Rezende, diretora executiva interna da CNT. De acordo com ela, há menos rodovias em ótimo e bom estado na região do que na média do Brasil - 30,1% contra 33%, respectivamente -, e há até menos rodovias pavimentadas: 9,9% contra 12,6%.

Expansão

A sobrecarga da infraestrutura logística nos Estados do Sul, que acaba por limitar a expansão dos negócios - e, por consequência, da atividade econômica - de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, é agravada pelo custo para o financiamento de eventuais melhorias e até mesmo pela falta de empresas capazes de tocar as obras necessárias, dizem consultores.



“Há muitos projetos, mas não existem tantas empresas assim para assumi-los, principalmente considerando o nível dos juros e a incerteza de hoje”, afirma Paulo Uebel, sócio da consultoria Ernst & Young especializado em relações de governo, sobre a dificuldade atual de realizar obras necessárias em tempo razoável para a região.

Gargalos locais fazem empresas adiarem investimentos, diz presidente de associação

O governo do Paraná, por exemplo, tenta, desde 2021, relimitar seis lotes de concessão das principais rodovias que cortam o Estado, incluindo neles obras para duplicação de 1,8 mil km de estradas. Só em outubro deste ano é que o trabalho deve ser concluído, com o leilão dos últimos dois lotes. “Se você lança tudo de uma só vez, não tem empresa suficiente para disputar”, pondera Uebel.

Problema semelhante dificulta o avanço de projetos para melhorias na rede ferroviária, diz Vinicius Daher, sócio-diretor da consultoria Alvarez & Marsal responsável pela área de infraestrutura. Segundo Daher, há poucas empresas no Brasil atualmente com capacidade para gerir uma linha férrea. Isso atrapalha os planos para modernização da Malha Sul, projeto visto por ele como crucial para redução do custo logístico da região.

De acordo com a Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), o transporte ferroviário é, em média, 30% mais barato do que o rodoviário. Um trem com cem vagões carrega o mesmo que 150 caminhões, desafogando rodovias e emitindo 80% menos poluentes.

A Malha Sul tem 7.223 km de extensão e é administrada pela Rumo Logística. Contudo, cerca de 60% desses trilhos estão inativos, segundo os Estados. Em julho, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, junto com Mato Grosso do Sul, assumiram um compromisso público de trabalhar na reativação dos trilhos. O governo federal pretende relimitar a concessão em 2027. “O porto de Paranaguá (PR) até funciona”, acrescenta Daher. “Mas é preciso fazer a carga chegar até lá”, complementa.

A Rumo informou que mantém diálogo com o Ministério dos Transportes e demais autoridades para contribuir, “de forma racional e efetiva, para o endereçamento da complexidade inerente à configuração atual da Malha Sul”.

Luiza Bublitz, presidente da Aliança Navegação e Logística, vê na integração entre portos, ferrovias e rodovias uma solução para os problemas de transporte no Sul. Segundo ela, a operação dos terminais marítimos da região tem crescido. No entanto, poderiam ser ainda maiores com melhorias em estradas e portos. “Em determinadas localidades, as vias de acesso aos portos apresentam congestionamentos frequentes. Há também portos com restrições de calado. Outro ponto é a infraestrutura rodoviária e ferroviária insuficiente em algumas regiões, que encarece e alonga o tempo de transporte até o porto”, lista.

O governo do Paraná informou ao Valor que tem um pacote de obras de R\$ 6 bilhões em infraestrutura para se firmar como “o centro logístico da América do Sul”. Santa Catarina relata que está na terceira posição nacional na categoria Infraestrutura no Ranking de Competitividade dos Estados e que sua economia foi a que mais cresceu, entre todas as unidades da federação, nos últimos 12 meses, o que indica que não há desvantagem em relação a outros Estados. Já o Rio Grande do Sul reconhece que sua infraestrutura estava historicamente deficiente, mas hoje se encontra em processo consistente de recuperação e modernização.

O governo federal, por sua vez, informa que o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) contempla R\$ 11 bilhões em investimentos em transporte rodoviário na região, em 50 projetos. Desses, 25 estão em andamento e três já foram concluídos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/09/2025

RODOVIAS FEDERAIS CONCENTRAM UM TERÇO DOS PROBLEMAS LOGÍSTICOS DO SUL

Gargalos estão principalmente na BR-101, que interliga as capitais Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba

Por Vinicius Konchinski — Para o Valor, de Curitiba



As rodovias federais que cruzam o Sul concentram um terço dos principais gargalos da região. Os problemas estão principalmente na BR-101, que interliga as capitais Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba. A estrada, apesar de ter sido concedida à iniciativa privada e ter recebido obras recentes, como o Contorno de Florianópolis, inaugurado há um ano, é apontada por empresas como um dos entraves logísticos da região.

Os problemas estão elencados no “Panorama da Infraestrutura - Região Sul”, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), publicado em abril de 2024. Dentre as 33 obras prioritárias apontadas pela CNI, destaca-se o pedido de celeridade para melhorias na estrada que é uma das principais artérias que conectam Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul ao restante do país.

“A BR-101, apesar de duplicada, é insuficiente. Passa por dentro de cidades e necessita de anéis viários em Itajaí e Joinville [SC]”, diz Marcos Egídio Battistella, vice-presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Paraná (Setcepar). O trecho entre elas, Penha e Balneário Camboriú é o mais congestionado.

O Ministério dos Transportes informou que lançou em 2023 procedimentos para “otimização” dos contratos de concessão de rodovias em vigor, como é o caso da BR-101. “A ‘otimização’ permitirá uma modernização e padronização desses contratos, possibilitando a retomada imediata da execução de obras”, disse em nota. Já o governo catarinense pretende construir uma estrada paralela à BR para dividir o tráfego entre Joinville e a Grande Florianópolis por meio de uma parceria público-privada (PPP). A nova estrada deve se chamar Via Mar e custará R\$ 9 bilhões. Sua obra deve começar em 2026.

A CNI também recomenda construção de uma rodovia contornando a baía de Guaratuba (PR), ligando a BR-277, no trecho da capital paranaense, ao litoral de Santa Catarina. O projeto faz parte do Complexo Rodoviário no Litoral do Paraná, cujo estudo de viabilidade acaba de ser contratado pelo governo do Estado. O estudo irá analisar a possibilidade de três novas rodovias: o contorno da baía, com ligação da BR-277 à catarinense Garuva; uma pista ligando essa estrada a Matinhos, no litoral sul do Paraná; e uma estrada ligando a BR-116 à BR-277, passando por Antonina e Morretes (litoral norte). O investimento não está definido, mas o governo paranaense afirma que “sem dúvida” será o maior já realizado na região.

A recuperação da Ponte do Fandango, em Cachoeira do Sul (RS), atingida pela enchente de 2024 e recomendada pela CNI, teve início em novembro do ano passado. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) estima aplicar até R\$ 62 milhões nas obras. O governo federal aprovou a destinação de R\$ 6,5 bilhões para recuperação dos danos causados pela tragédia em todo o Rio Grande do Sul.

O documento abrange ainda projetos em aeroportos. Parte deles, como uma terceira pista no Aeroporto Afonso Pena, que atende Curitiba, já está encaminhada. A concessionária Motiva Aeroportos estima gastar R\$ 500 milhões na obra, que deve terminar em 2028. A CNI recomenda também investimentos em dois aeroportos municipais catarinenses, de Joaçaba e de Caçador. Santa Catarina tem um plano aeroviário com investimentos projetados de R\$ 254 milhões até 2044.

Há propostas para obras em oito portos de Santa Catarina e no de Paranaguá (PR). O Paraná informou que seu porto é reconhecido como o de melhor gestão do Brasil e bateu recorde de movimentação de cargas em 2024. Ainda assim, vai receber um novo moegão - estrutura para centralizar o recebimento de grãos e farelos - que aumentará sua capacidade de descarga ferroviária em 60%. A obra vai custar R\$ 592 milhões e deve ficar pronta em dezembro.

Por fim, a CNI também recomenda a renegociação da concessão das ferrovias da Malha Sul, hoje administrada pela Rumo Logística. São 7.223 km de extensão de trilhos, mas 60% estão inativos segundo os governos estaduais. O governo federal pretende religar a concessão em 2027, em conjunto com a Ferroeste, cuja privatização já foi autorizada.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/09/2025

PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL QUEREM AUMENTAR USO DE TRENS

Estudo feito pela União leva em conta renovação da concessão da Malha Sul, ampliação de Ferroeste e revitalização da ferrovia Norte-Sul

Por Vinicius Konchinski — Para o Valor, de Curitiba



Marli Olmos, repórter especial do Valor, Marcelo Prado, da Infa SA, e Rodrigo Ferreira, do Ministério dos Transportes — Foto: Leticia Moreira/Valor

Os Estados da região Sul e o governo federal pretendem definir até o fim deste ano uma estratégia para aumentar a relevância dos trens na matriz do transporte regional, cuja dependência das rodovias se tornou um problema para a competitividade da região. A estratégia está

sendo discutida no âmbito do Plano Nacional de Logística 2025 (PNL 2050), coordenado pelo Ministério dos Transportes. Segundo Rodrigo Ferreira, coordenador-geral de política de planejamento da pasta, na primeira versão do PNL, a ser concluída ainda em 2025, já devem estar previstas ideias para aumentar o uso de ferrovias no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

“Existe uma frustração geral na região com a situação da malha ferroviária. O Sul talvez seja uma das regiões mais dependentes do transporte rodoviário”, disse Ferreira em evento em Curitiba, em 26 de agosto, na série de debates Logística no Brasil, promovida pelo Valor, com oferecimento do Ministério dos Transportes e Infra SA. O encontro foi mediado por Marli Olmos, repórter especial do jornal.



A primeira alternativa passa pela Malha Sul, rede administrada pela Rumo Logística com 7.223 km de trilhos que vão de São Paulo ao Rio Grande do Sul, mas com cerca de 60% deles inativos. A atual concessão termina em fevereiro de 2027, e o Ministério dos Transportes deve lançar um edital para um novo contrato em 2026. Segundo Ferreira, é possível que o pleito já leve em consideração as conclusões do PNL. “A Malha Sul tem ponto positivo porque já é uma infraestrutura implementada, mas às vezes pode ter traçados que não são ideais”, explicou. “Existe um debate sobre isso.”

Outra alternativa levada ao ministério é a que prevê a construção de uma nova ferrovia de mais de 1.500 km entre o porto de Paranaguá (PR) e o Mato Grosso do Sul. Chamada de Nova Ferroeste, a ideia foi encampada pelo governo do Paraná, comandado pelo governador Ratinho Junior (PSD), mas está paralisada à espera de uma decisão sobre a concessão da Malha Sul. O custo pesa contra o projeto, estimado em até R\$ 35 bilhões pelo governo paranaense.

Segundo Ferreira, também está em análise a revitalização do tronco sul da Ferrovia Norte-Sul, entre o Paraná e o Rio Grande do Sul, e até a elaboração de um projeto completamente novo para melhorias do modal ferroviário da região. “Podem aparecer novas soluções. Não olhamos só para a carteira existente”, disse. “Vamos pensar quais projetos trazem mais benefícios, menos riscos e mais condição de sair do papel.”

Marcelo Vinaud Prado, diretor de mercado e inovação da Infra SA, afirmou que estudos como o PNL 2050 são essenciais para que a logística do Sul realmente melhore. A estatal foi contratada pelos governos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul para fazer planos estaduais de logística, que vão se conectar com o estudo federal. “A cultura do planejamento está sendo levada a sério. Os gargalos existem porque os planos foram negligenciados”, disse.

Prado disse que a Infra SA também está debruçada sobre o problema da malha ferroviária do Sul; a ideia é traçar um projeto definitivo para o modal para que o setor privado também se interesse em investir, aliviando assim os cofres públicos. “Queremos uma evolução do investimento privado, que pode chegar a R\$ 5 de cada real investido pelo Poder Público daqui a dez anos”, disse. “Isso desonera e abre espaço para que o setor público resolva gargalos específicos.”

João Arthur Mohr, superintendente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), cobrou no evento que o planejamento dos governos seja executado. Segundo ele, debates feitos sobre o transporte do Paraná há 15 anos já falavam da importância do transporte ferroviário. No entanto, o Estado e toda a região não recebem investimentos consistentes em ferrovias há 40 anos. “Ou investimentos em infraestrutura, ou vamos ter que falar para as indústrias do Sul que parem de crescer”, afirmou, ressaltando que a exportação via Paranaguá cresce, em média, 8% ao ano nos últimos dez anos, e que a logística não evoluiu nesse ritmo.

O presidente da Federação das Empresas de Transportes de Cargas do Estado do Paraná (Fetranspar), coronel Sérgio Malucelli, disse que 65% do transporte no Estado é rodoviário e 75% do que vai ao porto de Paranaguá chega por caminhão. E se rodovias paranaenses estão no limite, as de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, principalmente após a enchente de 2024, estão ainda piores, afirmou.

Malucelli defendeu investimentos massivos em infraestrutura, incluindo uma nova rodovia ligando Curitiba a Paranaguá e três novos portos para carga e descarga de mercadorias. Ele e Mohr lembraram que o porto de Paranaguá vem batendo recordes de movimentação de cargas nos últimos anos e pode atingir seu limite de operação no médio prazo. Em 2024, passaram pelo Terminal de Contêineres do Paraná (TCP) mais de 1,5 milhão de TEUs (medida equivalente a contêineres de 20 pés de comprimento), 25% a mais do que o recorde anual anterior, em 2023.

O governo paranaense estuda a construção do Complexo Rodoviário no Litoral do Paraná. Se viabilizado, uma estrada irá contornar a baía de Guaratuba, criando acesso a Paranaguá via BR-376, que passa por Santa Catarina. Não há até agora uma data para essa obra começar. O Estado também informou que não desistiu da Nova Ferroeste. A Rumo informou que mantém diálogo

constante com o Ministério dos Transportes para endereçar questões relacionadas à configuração atual da Malha Sul.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/09/2025

GOVERNO FEDERAL PROGRAMA RELICITAR MALHA SUL EM 2027

Plano prevê a divisão da ferrovia em três lotes

Por Domingos Zapparoli — Para o Valor, de São Paulo



Trem da Ferroeste, que pode entrar na nova licitação da Malha Sul — Foto: Chuniti Kawamura/ANPR

O Ministério dos Transportes planeja publicar em 2026 o edital de relicitação da Malha Sul, ferrovia que conecta os três Estados do Sul do país com São Paulo, e realizar o leilão no início de 2027. Segundo George Santoro, secretário-executivo da pasta, a tendência é que a licitação seja dividida em três lotes. O primeiro, partindo de São Paulo, atende o porto de Paranaguá (PR) e chega ao porto de São Francisco do Sul (SC). O segundo lote abrangerá o trajeto de São Francisco do Sul ao porto de Rio Grande (RS), e terceiro, o de Porto Alegre a Uruguaiana (RS), com conexão com a malha argentina.

Os trechos, suas ramificações, obras e investimentos e o cronograma de licitação estão em fase de validação. O projeto, desenvolvido pela Infra SA, passará por audiência pública e aprovação pelo Tribunal de

Contas da União (TCU), antes de ir a leilão.

Hoje a Malha Sul é administrada pela Rumo Logística, com concessão que se encerra em fevereiro de 2027. Cerca de 60% dos 7.223 km da ferrovia estão inativos. O Paraná, com 2.000 km de trilhos, concentra cerca de 70% dos trechos úteis. Santa Catarina tem 1.300 km de trilhos, a maioria inoperante. No Rio Grande do Sul são 3.823 km, sendo 921 km em operação.

Soja, farelo de soja, milho, açúcar, celulose e fertilizantes são os principais itens transportados, e a Malha Sul apresenta baixa atratividade para os embarcadores de carga. “A ideia é recuperar a ferrovia e aumentar sua capacidade de transporte de carga”, diz Santoro. “A revitalização da Malha Sul é vital para a região”, segue João Arthur Mohr, superintendente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). Segundo ele, em média, o custo do transporte ferroviário é 30% menor do que o rodoviário, além de proporcionar benefícios socioambientais. Uma composição com cem vagões, diz o superintendente, substitui 150 caminhões, desafoga rodovias e emite 80% menos carbono na atmosfera.

A Fiep e as federações paranaenses da agricultura (Faep), das cooperativas (Ocepar) e das empresas de transportes de cargas (Fetranspar) são favoráveis à divisão da licitação e reivindicam que o lote 1 incorpore a Ferroeste, ferrovia estadual que se conecta à Malha Sul em Guarapuava e se estende por 248 km até Cascavel (oeste do Paraná).

A proposta de operador único prevê que o novo concessionário assumirá o compromisso de reformular os trilhos na Serra Esperança, em Guarapuava, onde a velocidade média hoje é de 10 km/h. “Uma carga que sai de Cascavel leva seis dias para chegar ao porto de Paranaguá. Deveria fazer o percurso em 30 horas”, diz Mohr. “Apenas 5% da carga originada no oeste paranaense utiliza a Malha Sul, o resto segue de caminhão”, afirma.

Na proposta dos setores produtivos, a descida da serra do Mar até Paranaguá continua sendo realizada pela Malha Sul, que tem capacidade para transportar no trecho 30 milhões de toneladas por ano, mas hoje é subutilizada, carregando cerca de 43% dessa capacidade. O novo concessionário também assumirá o compromisso de expandir a Ferroeste para Maracaju (MS) e



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 144/2025
Página 71 de 71
Data: 25/09/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Chapecó (SC), formando um corredor para o transporte de grãos para as principais regiões produtoras de frangos e suínos do país. “A própria receita operacional da concessionária proveria parte expressiva dos recursos para a expansão”, avalia Mohr.

Essa expansão é reivindicação antiga dos setores produtivos catarinenses e paranaenses. O governador do Paraná, Ratinho Júnior, já reiterou o interesse na obra, como também a construção de uma nova descida da serra do Mar. Mas as obras teriam forte impacto socioambiental, fato que dificulta o licenciamento e encarece o projeto, que no momento não tem previsão de ser efetivado.

Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul criaram uma comissão conjunta para, em bloco, influenciar a licitação. “Não se trata apenas de defender um modal logístico, mas de impedir a desarticulação de uma infraestrutura estratégica para o desenvolvimento regional”, disse o governador gaúcho, Eduardo Leite (PSD), em julho. Nos bastidores, avalia-se que a Rumo tem interesse apenas em 2.000 km da Malha Sul, em trechos que atendem aos portos de Paranaguá (PR), São Francisco do Sul (SC) e Rio Grande (RS).

Em nota, a companhia afirmou que a operação segue a lógica da complementariedade intermodal, com trens para longas distâncias e caminhões para trajetos curtos. “A concessionária mantém diálogo constante com o Ministério dos Transportes (Poder Concedente) e demais autoridades visando a contribuir, de forma racional e efetiva, para o endereçamento da complexidade inerente à configuração atual da Malha Sul”, informou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/09/2025



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 25/09/2025